



Mais de mil delegados e de 3 mil convidados participaram nos trabalhos

Conferência Nacional do PCP

ABRIL VENCERÁ!

A Conferência analisou a situação política e traçou os objectivos, as tarefas e as perspectivas para as próximas batalhas eleitorais. A Conferência debruçou-se também sobre a organização do

Partido, tendo sido divulgados os dados mais recentes sobre o número de militantes. A Proclamação aprovada no final contém as conclusões dos trabalhos.

Pág. 3 a 11

PCP: 187 mil militantes

- O PCP conta actualmente com **187 018 militantes**, o que corresponde a um aumento de **13,5 por cento** praticamente num ano. Sabendo-se que a JCP tem actualmente perto de **36 000 membros**, dos quais nem **10 por cento** são membros do Partido, podemos salientar que existem agora cerca de **220 000 comunistas organizados**.
- No distrito de Lisboa o número de membros do Partido ultrapassou os **50 000**. O distrito de Setúbal tem agora mais de **30 000** membros do Partido, no Alentejo existem quase **30 000**, e no Norte mais de **33 000**. No distrito do Porto aproximamo-nos dos

22 000. No distrito de Braga existem **6000** e no de Santarém caminha-se para os **10 000**. Nos distritos de Coimbra, Faro e Leiria ultrapassaram-se já os **5000** militantes.

- Desde o princípio do ano, entraram para o Partido **17 590 camaradas**, ultrapassando-se em mais de **75 por cento** a meta de **10 000** novos militantes estabelecida para a campanha de promoções regionais. Em Lisboa aderiram **4000** novos camaradas, em Setúbal quase **3400**, no Alentejo mais de **2100**, no Norte mais de **3800**.

Contra as agressões da África do Sul Solidariedade com o MPLA e o povo angolano

Pág. 16

O Governo não soube defender-se porque a sua política não tem qualquer defesa



Pág. 12

Os artistas da Festa do «Avante!»



Da esquerda para a direita: Magro, Milinho e Aquiles (falta o Rui), componentes do MPB4; Chico Buarque de Holanda; Milton Nascimento. A foto foi tirada há pouco mais de um mês, no Brasil, durante um espectáculo realizado no 1.º de Maio. Mas, dentro de poucos dias, para quem os quiser ver e ouvir ao vivo, aqui entre nós, não terá problemas: eles estarão na Festa do «Avante!»

Os trabalhos na Ajuda
O que está feito
e o que falta
ainda fazer

Pág. 13

Todos às manifestações do próximo sábado!

Pág. 16



A partida para o Maputo, no aeroporto de Lisboa

Delegação do PCP em Moçambique

Uma delegação do PCP, composta pelos camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Costa, encontra-se desde antontem na República Popular de Moçambique. A visita, que se prolongará por alguns dias, é feita a convite do Comité Central da Frelimo

Pág. 2



Aspecto parcial da exposição sobre Camões, que enche por completo o vasto salão da Sociedade Nacional de Belas Artes, em Lisboa. O certame foi inaugurado na passada segunda-feira e constitui um valiosíssimo contributo para a compreensão da vida e da obra do poeta. A iniciativa, enquadrada em muitas outras, pertence à comissão do PCP encarregue das comemorações do Quarto Centenário de Camões

Camões e o seu tempo ao alcance de todos

Pág. 2

Editorial

DUAS GRANDES INICIATIVAS POLÍTICAS COMPLEMENTARES

N a semana que acaba de findar, duas iniciativas políticas de grande alcance do PCP, de natureza diferente mas intimamente relacionadas e complementares, assumiram particular relevo na cadeia dos acontecimentos nacionais.

A primeira em ordem de importância foi a Conferência Nacional do PCP subordinada ao lema «Com o PCP/com a APU Abril Vencerá», convocada para definir a tática e as tarefas imediatas do Partido para as próximas eleições legislativas e presidenciais.

A segunda foi a interpeleção do grupo parlamentar comunista ao Governo da «AD» cujo debate terminou com a apresentação de uma moção de censura à equipa fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

A Conferência Nacional do PCP, na cidade do Porto, constituiu uma nova afirmação da vitalidade e pujança política do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses e da sua implantação nacional.

Estiveram presentes 1084 delegados eleitos pelas suas organizações que trouxeram à sala do Pavilhão do Académico «um saber de experiências feito» que deu à Conferência um elevado nível de capacitação política e de inserção na problemática nacional.

Vieram de todos os recantos do País - muitos traziam nos rostos, no modular típico das falas e até por vezes mesmo na própria indumentária, a marca inconfundível da sua região natal.

Traziam sobretudo consigo uma expressiva mensagem de confiança e de luta, não no singular mas no plural, não da sua exclusiva pessoa mas mandatados por um colectivo social e político que os transcendia e ao mesmo tempo qualificava - a organização regional ou de freguesia, a célula de empresa ou da UCP/Cooperativa, o organismo de classe ou o grupo de trabalho - e transmitiram-nos nos termos responsáveis e precisos próprios dos comunistas.

Cada um deles trouxe à Conferência Nacional do seu Partido uma partícula de uma outra mensagem colectiva e nacional no seu todo, não para o uso interno mas virada para o exterior, para as massas.

Era uma grande e significativa mensagem, simultaneamente minhota e açoreana, transmontana e durlesense, estremenha e sadina e ainda uma outra encharcada de amor à Pátria de Abril, vinda de além fronteiras, da emigração, dos que, labutando duramente num país estrangeiro para ganhar o pão de cada dia, não esquecem o seu Partido e a terra onde nasceram.

Todos trouxeram afinal à Conferência a vida porque o Partido da esperança e do futuro - o PCP - é vida e luta e também alegria e confiança.

E o que veio de facto à Conferência Nacional do PCP foi a vida e experiência condensadas em cada militante e organismo do Partido e por seu intermédio o próprio sentir das massas populares.

A Conferência mostrou que os combates pela defesa da Reforma Agrária, pelas nacionalizações, pelos direitos e garantias dos trabalhadores, por melhores salários e por uma política social que garanta o dia de amanhã aos que labutam nas fábricas e nos campos, nos escritórios e noutros locais de trabalho, aos homens e mulheres da terceira idade (reformados, pensionistas, deficientes e inválidos), pelos direitos da mulher e da juventude, mostrou que

toda essa dura batalha que hoje se trava em todas as frentes contra a política reaccionária da «AD» e do seu Governo é inseparável das grandes tarefas políticas que preludiam a batalha eleitoral, a qual irá decidir no último quartel de 1980 dos destinos políticos imediatos e a médio prazo da democracia portuguesa e do Portugal de Abril.

A jornada de luta do dia 21 pela defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e pela demissão do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral assume neste contexto uma importância primordial para a consecução daqueles objectivos.

A Conferência Nacional do PCP acentuou de maneira iniludível que a demissão do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral antes da campanha eleitoral ou, se tal não se verificar, em resultado das próprias eleições, é não somente uma exigência nacional como um objectivo central ao alcance do Povo português.

Nas intervenções dos delegados avultou o quadro material das ilegalidades e violências do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, da inconstitucionalidade/legislativa sistemática da equipa governamental e da sua periclitante e escassa maioria parlamentar que não corresponde como é sabido à maioria do voto dos eleitores. A ilegalidade, a inconstitucionalidade, a violência são as características fundamentais do projecto subversivo da reacção contra o regime democrático e o 25 de Abril.

O desenvolvimento da operação política subversiva do Governo fascizante do PPD e do CDS pôs contra ele vastas massas populares, debilitou a sua base social e política, agravou o clima de desestabilização e de conflitos criados pela sua política antipopular e antidemocrática.

Como sublinhou Álvaro Cunhal, na tribuna da Conferência, o Governo acumula desaires sobre desaires, está em perda de velocidade na materialização do seu projecto subversivo, levou a um grau insustentável a confrontação entre os diversos órgãos de Poder, designadamente entre o Governo e a Assembleia da República, entre estes dois órgãos de soberania e o Conselho da Revolução e Presidente da República.

O sistemático desrespeito pela legalidade democrática originou e agravou uma situação de conflito entre os poderes legislativo e executivo e os Tribunais.

A Conferência Nacional do PCP pôs em relevo os perigos para a democracia e para a livre expressão da vontade popular nas próximas eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República da existência à frente do País do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral que tudo tem feito para falsear a vontade dos eleitores e manipular em benefício das forças revanchistas do 24 de Abril a máquina do Estado e os órgãos de comunicação social estatizados, todos os preparativos indicam que o Governo tenta levar avante uma grande burla eleitoral que garanta a continuidade e o controlo das forças reaccionárias sobre os órgãos do PCP.

A jornada popular de luta do dia 21 que tem como palavra de ordem central «Sá Carneiro para a rua!» virá seguramente aprofundar o divórcio entre o actual Governo e o Povo, virá exprimir com uma força concluyente que este Governo demitido nas ruas deve também se-lo no plano Institucional e desde já ou mais tarde como resultado das próximas batalhas eleitorais do ano em curso.

A «Proclamação Eleitoral do PCP» saída da Conferência, a par do apelo dos democratas e patriotas para derrotar a Aliança reaccionária, contém a alternativa democrática para a situação actual a explicitar no Programa do PCP para as próximas eleições.

Desde já uma linha clara para a derrota da reacção e a vitória das forças democráticas foi traçada pela Conferência Nacional para todo o Partido, uma proposta de unidade e de acção foi feita a todos os democratas e patriotas.

A convicção de que «Com o PCP/com a APU Abril Vencerá!» salu ainda reforçada pela «Conferência Nacional» a Conferência de um grande Partido, que com os seus 187 000 militantes, acrescidos de mais de 36 000 jovens comunistas, todos irmanados na linha de pensamento e de acção do PCP, de um grande Partido que representa uma força decisiva ao serviço da democracia e da causa da libertação do Povo português, ao serviço dos trabalhadores e das conquistas fundamentais do Portugal de Abril.

Levar agora à prática as decisões da Conferência é a tarefa imediata essencial dos comunistas, vanguarda organizada dos trabalhadores e do Povo.

A outra grande iniciativa política do PCP no âmbito da Assembleia da República representa, ela também, uma importante batalha em estreita conexão com a frente decisiva do movimento de massas para a demissão do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

O debate parlamentar da Interpeleção do PCP, que finalizou com a apresentação de uma moção de censura, pôs à mostra as entranhas apodrecidas da política do Governo da «AD», desmascarou a mentira e a demagogia dos actos e das palavras dos actuals governantes, pôs cruaente ao sol as raízes antipopulares da política social da reacção no Poder.

Os deputados comunistas demonstraram que a prática e os projectos ocultos das forças reaccionárias detentoras do Governo se integram na política de acumulação capitalista de concentração e centralização de capitais, de correspondente agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias da população, de abasamento dos salários reais, das pensões, subsídios e benefícios sociais, de carências de toda a ordem indispensáveis à reconstituição do poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários contra o Portugal de Abril.

A incisiva e documentada interpeleção do PCP os ministros da «AD» responderam com generalidades e afirmações demagógicas («está em estudo», «vamos começar», «os projectos estão avançados» e outras bacoradas do estilo) - concretamente não respondendo às críticas e questões objectivas colocadas pelos deputados comunistas, fugindo abertamente ao debate e à confissão de falência de uma política social virada contra o povo trabalhador, iludindo com tiradas pseudo-humorísticas, provocatórias e anticomunistas estereotipadas, as denúncias feitas da tribuna da Assembleia da República por comunistas, socialistas e outros deputados democratas com assento no hemiciclo.

Peças notáveis da demagogia e da vacuidade política do Governo foram as intervenções dos ministros do Trabalho, dos Assuntos Sociais e da Economia e Finanças e particularmente do próprio Primeiro-Ministro a resumir anticomunismo do mais

primário para iludir os resultados concludentes do debate, sobejamente demonstrativos da indigência e do carácter reaccionário de classe da política social do Governo.

A entrevista de Sá Carneiro ao jornal portuense, órgão oficial do CDS, «O Primeiro de Janeiro» reflecte exactamente essa indigência, demagogia e vacuidade políticas do Primeiro-Ministro e do seu Governo reveladas no debate parlamentar da interpeleção do PCP.

A paranóia anticomunista do chefe do Governo empresta-lhe uma dimensão anã como estadista.

Sá Carneiro, com uma pobreza de argumentação inconcebível na boca de um primeiro-ministro, mesmo com as suas tendências fascizantes e no meio de delirantes tiradas anticomunistas e antisoviéticas, diz ao jornal do Porto que os preços dos produtos alimentares desceram de 1,17% (!!!) escamoteando que no mês de Março deste ano, relativamente ao mesmo mês do ano anterior, o índice dos preços subiu de 25% (contra 24% em 1979), os do vestuário e calçado de 35,2% (contra 20%) e os da habitação de 26% (contra 21%). Uma ligeira desaceleração na rubrica «Alimentação e Bebidas» tem principalmente origem na quebra do preço dos vinhos - não no consumidor mas no produtor - e foi conseguida além disso à custa de outras operações sobre os preços nas empresas nacionalizadas.

Um facto apontado pelo PCP que deixou mudos os ministros da «AD» foi a referência à quebra inexplicada de 10 milhões de contos nas reservas do Banco de Portugal apesar da entrada de oito milhões em remessas dos emigrantes. Em que foram gastas verbas tão elevadas? Não significará este sorvedouro inexplicado das reservas bancárias a utilização dos dinheiros públicos desde já ao serviço dos objectivos eleitorais do Governo «AD»?

Tais perguntas não envolvem qualquer intenção especulativa - trata-se sim duma questão de importância real que importa urgentemente ser esclarecida pelos governantes.

A interpeleção parlamentar do PCP e a apresentação da moção de censura ao Governo no final dos debates encheu de pânico a Aliança reaccionária.

O Governo teme não só a discussão da moção de censura como os próprios resultados da votação dadas as fendas da maioria escassa e periclitante que o apoia na Assembleia da República.

Só o medo da derrota explica a obstrução e as tentativas de estrangular o debate da moção de censura do PCP pelos partidos da direita na Comissão Permanente dos grupos parlamentares.

Para já, seja ou não vitoriosa a votação da moção de censura ao Governo da «AD» na Assembleia da República, a iniciativa da interpeleção pelo PCP representa um êxito das forças democráticas e do Partido na luta contra a política do Governo e pela sua demissão e substituição imediatas.

As duas grandes iniciativas políticas do PCP na última semana abrem novas perspectivas à luta de todos os trabalhadores e democratas; armam todos os combatentes da liberdade e da democracia em Portugal para as novas batalhas, novas vitórias democráticas e novas e decisivas derrotas da reacção.

Álvaro Cunhal e Carlos Costa na RP de Moçambique

«As relações de amizade existentes entre o PCP e a FRELIMO são na actualidade a mais elevada expressão da amizade entre o povo português e o povo moçambicano» - declarou, à sua partida para Moçambique, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, que, juntamente com o camarada Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, se desloca àquele país a convite do CC da FRELIMO.

«A visita de uma delegação do Comité Central do nosso Partido à República Popular de

Moçambique - afirmou ainda Álvaro Cunhal - inscreve-se nas tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois Partidos, e estamos certos que não só representará um novo passo no reforço dessas relações como também um contributo positivo para o estabelecimento de laços de verdadeira amizade e cooperação entre os dois países. Somos velhos amigos da FRELIMO e do povo moçambicano. Lutámos em comum contra o fascismo e o colonialismo e hoje, apesar das diferentes condições em que nos encontramos, a nossa causa é igualmente comum».

A propósito de uma recente entrevista de Sá Carneiro ao «Primeiro de Janeiro», em que este afirma que até hoje os comunistas têm estado no poder (!), Álvaro Cunhal comentou, em resposta a perguntas dos jornalistas: «Se isso fosse verdade a Aliança reaccionária não estaria no poder. Teria perdido as eleições. E teria perdido as eleições porque se o PCP tivesse estado no poder saberia resolver os problemas do nosso povo e do nosso país, ganharia a confiança do nosso povo com a sua política e assim ganharia as eleições. Disso podemos estar certos».

A exposição «Camões poeta do Povo e da Pátria» organizada pela Comissão do PCP para as Comemorações do IV Centenário da morte do nosso Epico nacional representa uma contribuição ímpar para a valorização do nosso património histórico-cultural.

A riqueza da documentação exposta, o rigor histórico, a honestidade intelectual e uma grande abnegação à causa superior da cultura popular e nacional combinam-se nesta grande iniciativa cultural do PCP.

A Comissão organizadora, sob a coordenação de Rogério Ribeiro e integrada por Pedro Vieira de Almeida, Borges Coelho, José Santa Bárbara, Leonor Santa Rita, José Flores, Dagoberto Lobato, Sá Marques, Manuel Jorge, Manuel Piçarra, Gisela da Conceição

e Manuel Augusto Araújo e com a colaboração de outros intelectuais e artistas membros e amigos do PCP, produziu um trabalho meritório de alto valor histórico e didáctico.

Com razão os comunistas se consideram os mais lídidos herdeiros do património cultural, artístico, progressista do seu Povo. Camões, o grande poeta do Povo e da Pátria, legou-nos uma obra-prima da poesia universal mas não só: deu-nos também com a sua genial percepção dos acontecimentos, um quadro rico da sua época, um testemunho excepcional das transformações económicas, sociais e científicas originadas pela epopeia marítima dos navegadores portugueses.

Com razão no momento actual, quando as forças reaccionárias

detentoras do Governo tudo fizeram para impedir as comemorações do IV Centenário de Camões e que, pela sua cogueta e reaccionarismo, lhes roubaram brilho o projecto nacional, são os comunistas juntamente com os nossos melhores intelectuais e artistas que se lançam na organização desta significativa exposição.

Os que hoje à frente do Governo quiseram apagar Camões e a sua mensagem universalista são os lídidos representantes das classes parasitárias e da Inquisição que na época perseguiram o poeta.

Camões morreu pobre - aos pobres cabe a sua herança histórica.

A exposição do PCP encerra no domingo. É preciso visitá-la.

Camaradas falecidos

MANUEL VALENTE - Na sequência de um desastre de viação, ocorrido quando se dirigia para a cidade Porto, faleceu o nosso camarada Manuel Marques Valente, de 51 anos. Militante comunista desde 1947, foi um lutador activo contra o fascismo, integrando as fileiras do MUD Juvenil, CDE e PCP. Após o 25 de Abril foi candidato à Constituinte pelo MDP/CDE e à Assembleia da República (em 79) pela APU.

O camarada Manuel Valente era técnico de desenho na MDF e exercia funções de delegado sindical. O desastre ocorreu quando se dirigia para a Conferência Nacional do Partido, realizada no Porto no último sábado, integrado numa delegação do Sindicato dos Metalúrgicos, organização convidada para assistir aos trabalhos da Conferência. Presentemente, o camarada era

também vereador da Câmara Municipal de Abrantes.

o funeral, em que se integraram milhares de pessoas, constituiu uma significativa manifestação de pesar.

JOSÉ MARCHANTE - Com 32 anos e após prolongada doença, faleceu o camarada José de Matos Marchante, militante na organização da Freguesia da Falagueira/Venda Nova, na Amadora. Muito estimado por todos, muitas pessoas incorporaram-se no seu funeral.

CARLOS CARVALHO - Com 70 anos, faleceu na Covilhã, onde residia, o militante comunista Carlos Paiva de Carvalho, tradutor, camarada muito estimado por todos quantos o conheciam.

As famílias dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS! O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo. PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soares Pereira Gomes - 1895 Lisboa CODEX. Tel. 768345. ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARIL, Av. Santos Dumont, 57-2º D - 1000 Lisboa. Tel. 789744/789751. DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1895 Lisboa-CODEX. Tel. 789725/789722. DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Lryreia, SARIL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2º D - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825. Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/V - 1000 Lisboa. Tel. 789705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal). Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238. Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 29938. Casa de Venda: R. do Almada, 18-2º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441. Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúria - 3000 Coimbra. Tel. 31286. Centro Distribuidor do Alentejo: Alcazar de Évora, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361. Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417. ASSINA TURAS: Av. Santos Dumont, 57-2º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828. PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 779836/779750. Porto - Rua do Almada, 18-2º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067. EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044. Composto e impresso na Hecla Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tiragem média do mês de Maio 70 400



Professores comunistas denunciam projecto de Lei de Bases

Um claro testemunho da política irresponsável, incompetente, demagógica, anticonstitucional e antipopular do Executivo golpista Sá Carneiro/Freitas do Amaral - esta a característica do projecto de Lei de Bases do Sistema Educativo, que pretende ser (e seria de facto se fosse aprovada e quando viesse a ser aplicada) uma alteração profunda neste importante domínio da vida da Nação, afectando desde já directamente quase dois milhões de estudantes e 100 mil professores, desde o ensino pré-primário ao pós-universitário, mas com consequências da máxima gravidade para todo o povo português e para o futuro de Portugal - alerta um documento divulgado pela organização dos Professores Comunistas da ORL do PCP.

Depois de salientar que um tal propósito exigiria de qualquer governo minimamente responsável, perante a complexidade da matéria e as suas consequências para o desenvolvimento geral do país, que mesmo antes da elaboração do projecto, e para a sua elaboração, um amplo debate nacional tivesse sido organizado e fossem apresentados publicamente os sólidos estudos que permitissem fundamentar as opções a fazer, além do respeito pelos direitos e interesses do nosso povo e a aplicação das determinações constitucionais, o documento dos professores comunistas denuncia:

«Desde a apresentação do programa do Governo que os subreptores do projecto lei prometem sujeitá-lo a debate

público. No entanto, a sua prática política não tardou em mostrar o que para a «AD» significa o debate público. Ao mesmo tempo que promete enviar à Comissão de Educação da Assembleia da República todos os pareceres que a ele foram remetidos, pede à mesma Comissão que dispense o exame do diploma e requer prioridades e urgência para a sua discussão no plenário da Assembleia.

«Por outro lado, os partidos da «AD» têm boicoteado o funcionamento da Comissão de Educação da AR e impedido, ao provocarem sistemáticas faltas de quorum, que propostas apresentadas pelo PCP, PS e MDP, lentes para elaborar um calendário de acções para discussão pública, sejam discutidas e aprovadas. Numa manobra de fuga ao debate e de

desrespeito pela sua seriedade, o Governo furta-se à publicação dos estudos e relatórios que fundamentaram as opções por si tomadas e que permitam qualificar as propostas feitas e definir prazos, suscitando mesma a fundada dúvida sobre se eles existem sequer. Entretanto, o Governo falseia grosseiramente dados e números numa clara exibição da sua incompetência e atitude manipuladora».

A audição, entre outras, das estruturas representativas dos professores e dos estudantes, das instituições de educação, científicas e culturais, dos órgãos de gestão democrática, do movimento sindical, constitui uma exigência da Lei Fundamental do nosso país, a Constituição da República, o que não foi feito.

Desporto infantil em Belém

«Brilhe sempre o Sol da Paz» - este o lema do Festival Desportivo Infantil que se realiza no próximo domingo, com início às 10 horas, nos relvados junto à Torre de Belém, em Lisboa. A iniciativa integra-se nas comemorações do Dia Mundial da Criança e é promovida, entre outras, pelas seguintes organizações: Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Movimento Democrático de Mulheres (MDM), Movimento

Voluntário Desportivo (MVD), Pioneiros de Portugal, Departamento de Mulheres da USL, Departamento de Tempos Livres da USL, Secretariado das Colectividades de Cultura e Recreio e Secretariado das Comissões de Moradores. O Festival, que dará diplomas a todos os participantes, está aberto a todas as crianças, em grupo (escolas, clubes, associações, etc.) ou individualmente. Haverá três escalões: «A» - até aos 6 anos; «B» - dos 7 aos 10; «C» - dos 11 aos 14.

Atletismo, futebol de 5, mini-andebol, mini-basquetebol, xadrez e damas são as modalidades que integram o Festival, não esquecendo as demonstrações de tiro com arco, judo e ginástica. O programa inclui ainda exposições de desenhos e fotografias alusivas à actividade desportiva, além de pintura e modelagem. As inscrições funcionam na sede da Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio, Rua da Palma, 256-A, 1100 Lisboa (telefone 86 16 19).



CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PORTO JUN. 1980

REPORTAGEM • REPORTAGEM • REPORTAGEM • REPORTAGEM • REPORTAGEM • REPORTAGEM

42 intervenções sobre Abril para que Portugal vença!



A leitura e a aprovação por unanimidade e aclamação da Proclamação Eleitoral do PCP, bem como a intervenção final de encerramento proferida pelo camarada Álvaro Cunhal foram os actos que culminaram, ao fim da tarde do passado sábado, os trabalhos da Conferência Nacional do PCP, reunida durante todo esse dia na cidade do Porto, com a participação de mais de mil delegados que ali representavam o grande colectivo de 187 018 militantes do Partido Comunista Português. Ao longo de mais de nove horas de trabalho divididas em quatro sessões, a que assistiram milhares de convidados, a Conferência Nacional, tendo como ponto único da ordem de trabalhos «O PCP e as próximas eleições», definiu as linhas gerais de intervenção do nosso Partido no processo eleitoral que se avizinha. Além das duas intervenções proferidas pelo secretário-geral do PCP — uma intervenção de fundo proferida no decorrer da primeira sessão de trabalhos — e da saudação com que o camarada Ângelo Veloso deu início aos trabalhos, os delegados e convidados presentes escutaram 40 intervenções.

Os trabalhos iniciaram-se às nove horas em ponto da manhã de sábado no Pavilhão do Académico do Porto, com os acordos de «A Internacional» transmitidos pela instalação sonora e sublinhados com o coro de milhares de vozes.

Presidida pelo camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, a primeira sessão procedeu à eleição da Mesa da Conferência (na qual tomaram lugar todos os membros da Comissão Política e do Secretariado do CC, vários membros do Comité Central e diversos outros militantes do nosso Partido) e dos organismos da Conferência (Secretariado, Comissão de Redacção e Comissão de Verificação de Mandatos), bem como à votação da Ordem de Trabalhos e do Regulamento.

Depois de concluídos os trabalhos formais de início — e convém aqui salientar que, apesar disso, os presentes souberam transmitir-lhes o entusiasmo que sempre caracterizam estes momentos nas realizações do nosso Partido, e se possível desta vez ainda mais acentuado, pelo facto de esta realização de âmbito nacional ter tido lugar no Porto — o camarada Octávio Pato deu a palavra à camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Saudação de abertura

Ângelo Veloso, da tribuna da Conferência, saudou todos os delegados e convidados presentes

amanhã, os comunistas lutam e lutarão pela unidade de todos os trabalhadores, pela aliança de todas as classes e camadas antimonopolistas, pela aproximação, pelo entendimento, pela cooperação e pela acção comum ou convergente de todos os democratas e de todos os patriotas a fim de prosseguir na construção de um Portugal democrático, próspero e independente, a caminho do Socialismo.

Ao encerrar a saudação, e após ter referido que as batalhas eleitorais que se aproximam serão a continuação do vasto movimento social que se tem erguido contra o agravamento das condições de vida, contra as limitações à liberdade, contra a repressão, contra o assalto à comunicação social, contra a acção subversiva e golpista do Governo do PPD/CDS e em defesa da Reforma Agrária, o camarada Ângelo Veloso disse:

A força, a determinação e a amplitude das acções de massas desenvolvidas nos últimos meses, a vitalidade das

Esta revelação, bem como a ultrapassagem em mais de 75 por cento da meta estabelecida para a campanha de recrutamento que decorreu desde Janeiro, foram acolhidas no Pavilhão do Académico com manifestações de natural e evidente entusiasmo e regozijo.

Entusiasmo e regozijo que se iam prolongar pelo decorrer da sessão, sempre que tal ou tal organização dava conta dos progressos e vitórias localmente registadas, factos, todos eles consubstanciados na consigna em que decorreram os trabalhos da Conferência: Com o PCP, com a APU, Abril Vencerá!

Foi esta a primeira grande realização nacional do nosso Partido realizada desde a anterior Conferência (que decorreu no Pavilhão da Académica da Amadora) em Outubro do ano passado e dos resultados eleitorais de 2 e 16 de Dezembro.

Assim, delegados de todas as organizações regionais do PCP subiram à tribuna para dar conta dos resultados obtidos e das perspectivas que se abrem no

sentavam de reforço do PCP e, consequentemente, de crescimento do País que defende e fará vencer Abril, igual atitude e interesse mereceram aquelas que falaram das dificuldades, e as que relataram as movimentações populares de organização e de oposição ao Governo do PPD/CDS.

De um trabalho que é certeza e um entusiasmo que é confiança

A Conferência não se limitou, porém, a analisar o trabalho do Partido e a luta dos trabalhadores nas várias regiões do País. Sendo também isso, a Conferência foi mais do que isso: na sua tribuna, dirigentes e militantes do PCP, especialistas, homens e mulheres de vários sectores profissionais analisaram questões partidárias gerais e abordaram os grandes temas nacionais na perspectiva de Abril.

A análise de temas como as lutas dos trabalhadores, a Reforma Agrária, a questão eleitoral, as mulheres, o desporto, a organização e seu reforço, os intelectuais e quadros técnicos, as classes médias, o ensino e a cultura, a juventude, a emigração, os reformados e doentes, os problemas económicos, os pequenos e médios agricultores, as nacionalizações e o controlo operário, as liberdades democráticas, a política externa, a política social, os comunistas na Assembleia da República e o sector cooperativo e autogestionário constituíram, assim, um valioso contributo dos trabalhos da Conferência, na posse do qual melhor se assumirá a defesa do Portugal de Abril.

Nesta sequência, a aprovação por unanimidade e aclamação da Proclamação Eleitoral do PCP, a que se procedeu na parte final dos trabalhos, longe de ter constituído um mero acto formal, representou o culminar dum processo que, antes e durante a Conferência, mobilizou a organização do nosso Partido no arranque para as batalhas que se avizinhavam.

Foi por isso que os trabalhos se encerraram num ambiente de grande confiança e de galvanização para o período de intenso trabalho que se aproxima, que já decorre. Mas acabou também num ambiente de festa e de fraternidade, porque esse intenso trabalho é a aposta dos comunistas na defesa do que de mais importante há em Portugal: o 25 de Abril!



Tudo correu a 100%!

Nas traseiras do Centro de Trabalho de Aníbal Cunha há um vasto pavilhão que, desde as primeiras horas da noite de sexta-feira (e sobretudo depois das 23 horas) se começou a encher de homens, mulheres e jovens com sacos, malas ou pastas na mão.

Eram camaradas de todo o País que se encontravam com camaradas do Porto, e ali resolviam uns e outros uma questão essencial: o alojamento para essa noite.

Dir-se-ia estaríamos numa grande gare ferroviária, só que não de partida, mas de chegada; alfaiates chamavam pessoas (não com voz impetuosa de quem, nos aeroportos chama o passageiro senhor fulano tal, mas com o interesse fraternal de despachar os camaradas o mais depressa possível) e à medida que os camaradas iam sabendo pormenores do seu alojamento e iam saindo — a maior parte das vezes transportados pelos próprios hospedeiros — novos camaradas se acercavam do longo balcão, assim que o seu nome era pronunciado nos alfaiates.

Pode dizer-se que este é um aspecto muito particular ou de menores importância ao falarmos de uma realização da envergadura e da importância desta Conferência Nacional do PCP: trata-se, no entanto, de um ângulo que dá bem a medida do esforço e dedicação de centenas de camaradas da DORP que, desde o dia 9, realizaram jornadas de trabalho no Pavilhão do Académico.

Além, esse pormenor, diríamos mais, esse cuidado e esse carinho, à mistura com um grande entusiasmo, seria bem visível em todos os aspectos por que analisemos o trabalho material realizado para que a Conferência decorresse com êxito e a eficácia com que, de facto, decorreu.

Via-se bem esse aspecto, por exemplo, no arranjo e decoração do vasto pavilhão do Académico — e podem acrescentar-se que, aqui, o trabalho dos camaradas do Porto não foi nada fácil, uma vez que o recinto, não só não se encontrava preparado para uma iniciativa deste tipo como, por outro lado, houve que melhorar diversos dos seus aspectos para o tornar simultaneamente funcional

e acolhedor. Como exemplo, podemos referir que houve que proceder a um grande trabalho, nas instalações sanitárias; houve que arranjar mais de três mil cadeiras. E tudo se arranjou a tempo e horas, graças ao esforço e dedicação de centenas de camaradas da DORP que, desde o dia 9, realizaram jornadas de trabalho no Pavilhão do Académico.

Via-se bem esse aspecto no funcionamento do restaurante anexo ao pavilhão e onde foram servidas mais de mil refeições em menos de duas horas, sem que se registasse qualquer demora que prejudicasse o recomeço dos trabalhos.

A realização da Conferência Nacional no Porto teve bem a imagem do nosso Partido, desde o mais pequeno pormenor à mais importante decisão, porque foi consequência das características dos militantes comunistas: o entusiasmo, a dedicação, a capacidade de organização e de resolução dos problemas, a iniciativa criadora, o trabalho voluntário e dedicado. Assim aconteceu também no Porto.

Partidos e organizações convidados

Delegações de partidos democráticos, de sindicatos e de outras organizações assistiram à Conferência Nacional do PCP, convidados para tal pelo Partido. O camarada Ângelo Veloso revelou que tinham sido dirigidos convites ao MDP/CDE, à Aliança Povo Unido, ao Partido Socialista, à UEDS, à Base-FUT e à ASDI. CGTP/Intersindical, Confederação Nacional da Agricultura, Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte, Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos, Movimento Democrático de Mulheres, Comissões Unitárias de Mulheres eram, entre outras, as organizações também convidadas.

Instituições democráticas, as sucessivas derrotas e fracassos sofridos pela Aliança reaccionária — são razão para redobrada confiança.

Um País de Abril em que Abril vencerá

Atentamente escutada por todos os delegados e convidados presentes, foi, em seguida, a intervenção de fundo do camarada Álvaro Cunhal, que publicamos noutro local.

Depois de ter analisado a actual situação política e traçar as perspectivas que se oferecem no horizonte próximo da vida portuguesa, o secretário-geral do PCP referiu-se, ao constante reforço do grande colectivo comunista, revelando o número total de militantes que actualmente o compõem: 187 018!

processo eleitoral que se avizinha.

Deste modo, o entusiasmo e o regozijo, mas também a confiança e a determinação, foram-se assim multiplicando à medida em que, ao longo das sessões — presididas pelos camaradas Octávio Pato, Ângelo Veloso e José Vitoriano — iam sendo revelados factos e números que comprovam o alargamento da influência regional do PCP, da APU, nos últimos actos eleitorais e o reforço da organização do nosso Partido registado desde o IX Congresso, e nomeadamente o êxito das campanhas regionais de recrutamento de novos militantes.

E se essas intervenções — que falaram da situação do nosso Partido e das perspectivas que se oferecem à APU nos 18 distritos do continente e nas duas regiões autónomas — foram particularmente saudadas pelo que repre-

Ali, na rua de Costa Cabral junto ao Pavilhão do Académico

Sábado à tarde, rua de Costa Cabral, no Porto. Desde o princípio do dia que se regista ali um movimento invulgar, junto do Pavilhão do Académico. Mas nessa altura da tarde, há algo que reforça tal movimento: das bandas do Marquês, há um som que começa a avolumar.

Um grupo de 18 zés-pereiras, os «Mareantes da Foz do Douro», com os seus bombos, caixas e tambores, aproxima-se do Pavilhão do Académico e para

frente à entrada. Junto com eles, um pano a toda a largura da rua, anuncia o motivo deste acontecimento, que alegra várias ruas do Porto e que, nesse momento, enche de som, de ritmo, a rua de Costa Cabral: a realização no Porto, ali mesmo no Pavilhão do Académico, da Conferência Nacional do PCP.

Depois de saudar a Conferência com o som dos seus instrumentos rítmicos (e não era difícil, para

quem assistiu em plena rua de Costa Cabral, à exibição dos zés-pereiras, acompanhar o toque dos bombos e das caixas com as vozes, dizendo ao ritmo «PCP-APU!», os «mareantes» retiram-se, voltando a percorrer ruas e artérias do Porto, pano à frente a assinalar o motivo.

Truas e artérias do Porto que, logo às primeiras horas da manhã, também tinham sido percorridas por muitas centenas de delegados e convidados à Conferência

Nacional do PCP, chegados ao Porto pelos mais diversos meios — comboios especiais (de Lisboa foram dois, de Setúbal um, de Santarém um, de Beja também um), camionetas de excursão ou automóveis.

Chegar ao Pavilhão do Académico era, mesmo para os que nunca se tinham deslocado ao Porto, relativamente fácil: o caminho para a rua de Costa Cabral encontrava-se profusa-

mente assinalado em numerosos pontos da cidade.

Foi por isso que, desde as primeiras horas da manhã de sábado, a rua de Costa Cabral e artérias próximas registavam um movimento certamente inusitado: era a Conferência Nacional do PCP que mobilizava aqueles milhares de pessoas, era um partido em movimento para o futuro que ia ao Porto discutir o País e estudar o futuro.



Milhares de pessoas participaram na festa que, na noite de sábado, terminada a Conferência, o PCP promoveu na Praça Humberto Delgado, no Porto. Canções animaram a noite. E o camarada Carlos Brito num intervalo da Conferência não seria totalmente satisfeito. Ficariam sem resposta perguntas que visavam saber qual o candidato que o PCP apresentaria ou apoiaria nas próximas eleições presidenciais.

20 mil contos para a sede Meta atingida no decorrer da Conferência Nacional

A Campanha dos 20 mil contos, que mobilizou os esforços dos camaradas do Norte do País, recolhendo a contribuição de militantes comunistas, de simpatizantes, de amigos e de muitos democratas, visando dar ao Partido uma sede à sua altura, atingiu a meta no próprio dia da Conferência Nacional do PCP realizada no Porto.

Quando tal facto foi anunciado o entusiasmo rebentou no Pavilhão do Académico e os milhares de camaradas, delegados e convidados aplaudiram de pé o anúncio feito pelo camarada Ernesto Afonso.

Mais tarde, o camarada Ângelo Veloso, da Comissão Política do Comité Central, citando um comunicado da DORP, faria de novo estalar os aplausos, ao revelar que, no dia anterior, uma contribuição de 350 contos — gesto fraternal da DORL — entregue em nome dos comunistas de Lisboa, tinha feito atingir a meta dos 20 mil contos.

Assim, duas semanas antes da data prevista foi completado o objectivo global da campanha. Trata-se — como salienta o comunicado da DORP — de um grande sucesso do Partido que confirma a sua crescente influência e o apoio que sectores democráticos cada vez mais amplos dispensam ao PCP por confiarem na justiça da sua orientação, na coerência das suas posições e na firmeza que o PCP põe na luta.

A nova sede já funciona. O novo edifício situado na Avenida da Boavista, no Porto, dotado do espaço e dos requisitos que permitirão um melhor trabalho aos comunistas, está ao serviço da classe operária, de todos os trabalhadores da cidade e do campo, e constitui um instrumento para levar mais longe a sua luta em defesa dos interesses do povo e da democracia.

E um mural que se podia apreciar logo à entrada, «vestia» o novo edifício com as cores e a palavra de ordem da Conferência Nacional do Partido, no dia em que a cidade do Porto se enche com a presença de alguns milhares de comunistas vindos de todo o País.

De todo o País chegaram também, enquanto durou a campanha dos 20 mil contos, as contribuições de muitos militantes e simpatizantes que ajudaram à obtenção do êxito.

Mas, apesar de atingida a meta, a campanha continuará ainda, conforme anuncia a Direcção da Organização Regional do Porto, que exorta as organizações que ainda não cumpriram as metas sectoriais e os portadores de compromissos mensais que levam até ao fim o seu esforço, a sua dedicação e o seu espírito de sacrifício.

Os órgãos da Conferência

Mesa da Presidência

Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP e Ângelo Veloso, António Dias Lourenço, António Gervásio, Carlos Brito, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Dinis Miranda, Fernando Bianchi Teixeira, Jaime Félix, Jaime Serra, Jorge Araújo, José Casanova, José Vitoriano, Octávio Pato, Raimundo Cabral, Sérgio Viarigues, membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central: Edgar Correia, membro da DORPorto, Francisco Miguel, deputado, Domingos Oliveira, membro da DORInterior, Georgete Ferreira, membro da DORLisboa, Helena Medina, membro da DORPorto, Horácio Ruffino, membro da CE da CC da JCP, João Bernardino, membro da Direcção Regional da Região Autónoma da Madeira, Manuel Sobral, membro da DORSetúbal, Rodrigo Manuel Henriques, Veiga de Oliveira, membro do Secretariado do Grupo Parlamentar, e todos membros do Comité Central: Adalberto Ribeiro, funcionário público — deputado, Alfredo Graça, Presidente da CM de Vila Real de Santo António, Ana Cristina Peralta, membro da C. Concelhia de Salvaterra de Magos, Anita Vilar, médica — membro da Comissão Concelhia de Coimbra, António Peguinho, operário

industrial — membro da C. Distrital de Portalegre, Bernardina Sebastião, empregada — membro da C. Distrital de Beja, Manuel Azevedo Marrinhas, operário metalúrgico — membro da Comissão Distrital de Aveiro, Filgueirinha Marques, pescador — membro da Organização de Matosinhos, Filipe Jorge, estudante — do núcleo do PCP na RFA, João Jacinto, empregado dos GTT — membro da Comissão Concelhia de Mirandela, José Casimiro, pequeño agricultor — deputado, José Joaquim Correia Fernandes, operário — membro da DORMirim, José Paulo Gascão Nunes, empregado — membro da DORInterior, José Vicente, comerciante

— membro da Comissão Concelhia de Vila Pouca de Aguiar, Luis Noronha, membro da Direcção Regional da Região Autónoma de Agoras, Silvina da Conceição Mata, reformada — membro da Comissão Concelhia do Barrero, Manuela Machado, professora — membro da Organização de Viana do Castelo, Orlando Gomes, pequeno industrial — membro da Comissão de Freixo da Freguesia de Fátima, Orlando Almeida, Presidente da Câmara da Amadora, Rosária Porfírio, doméstica — membro do Secretariado da Direcção Distrital de Lisboa do MDM e membro da Comissão Concelhia de Sintra, Serafim da Silva, operário agrícola — membro da Comissão Distrital de Évora, Teresa Cruz, professora — membro da Organização de Mangualde

Secretariado

Ângelo Veloso, Bianqui Teixeira, Carlos Costa, Domingos Abrantes, Edgar Correia, João Fonseca.

Comissão de Verificação de Mandatos

António Lopes, Augusto Sousa, Georgete Ferreira.

Comissão de Redacção

Álvaro Cunhal, Aurélio Santos, Carlos Brito, Vitor Dias.

«Esta iniciativa testemunha crescimento do PCP no Norte»



A curiosidade que alguns jornalistas mostraram no decorrer do breve encontro da imprensa com o camarada Carlos Brito num intervalo da Conferência não seria totalmente satisfeita. Ficariam sem resposta perguntas que visavam saber qual o candidato que o PCP apresentaria ou apoiaria nas próximas eleições presidenciais.

O camarada Carlos Brito colocar-se-ia, entretanto, à disposição dos jornalistas para responder a perguntas e trocar opiniões sobre os temas da Conferência. E, como introdução, fez algumas considerações prévias, começando por salientar o facto de que esta iniciativa nacional do PCP agora realizada no Porto se não distinguia, nem pelo entusiasmo nem pela capacidade de concretização das outras já realizadas.

Esta iniciativa testemunha o grande crescimento do Partido no Norte — afirmou o dirigente comunista que, a seguir, sublinhou a grande hospitalidade no acolhimento promovido pelos norteños.

Dito promovido pelos norteños, o facto de observar que todas as intervenções produzidas se encaminhavam para um mesmo objectivo — a Proclamação, que reúne as contribuições e ideias dos participantes e cujo projecto os delegados apreciavam e que seria objecto de votação, conforme se veio a verificar, Carlos Brito adiantou algumas linhas mestras

que se podiam já reter das intervenções produzidas. A primeira é que um governo que está atacando o regime não tem legitimidade para governar — disse. — A segunda é que a AD não tem a força que apregoa e tem revelado a sua fragilidade numa série de desaires.

Carlos Brito considerou depois serem objectivos dos comunistas correr a reacção do poder, colocando em minoria os partidos da AD, e reforçar a maioria democrática, reforçando a posição do PCP e da APU na Assembleia da República. afirmou ainda que essa maioria democrática deverá ser a base de um governo amplamente representativo e com a participação do PCP, existindo grande disponibilidade dos comunistas para considerar outras possibilidades constitucionais.

Finalmente, e antes de referir aos jornalistas o balanço da organização divulgada na Conferência que revelou existirem já cerca de 220 mil comunistas organizados, aquele membro da Comissão Política do CC e presidente do grupo parlamentar comunista sublinhou que o PCP considera politicamente prioritárias as eleições legislativas, para além das razões de calendário, pois estas terão certamente um influência grande nas eleições presidenciais.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PORTO
JUN. 1980

Intervenção de Álvaro Cunhal na abertura dos trabalhos

Camaradas:
Tem esta Conferência Nacional do nosso Partido um único ponto na sua ordem de trabalhos: «O PCP e as próximas eleições».

Trata-se de examinarmos a situação, os objectivos, as tarefas e as perspectivas.
O Comité Central do Partido apresenta à Conferência para apreciação e aprovação o Projecto da «Proclamação Eleitoral do PCP» que condensa a orientação do Partido para as próximas eleições.

O objectivo desta expor, explicar e em alguns casos justificar com factos, algumas das principais teses da «Proclamação».

Da análise da situação feita pelo Comité Central resulta uma apreciação positiva da evolução da situação política.
Em vésperas de eleições para a Assembleia da República, a reacção enfraquece, o movimento operário e popular mostra-se unido e poderoso, o governo esbarra contra a resistência popular e contra o funcionamento das instituições e sofre crescentes reveses na sua política interna e externa.

Em véspera de eleições podemos dizer: há sólidas razões para confiar em que, nas eleições, a Aliança reacçãoária será derrotada, o governo Sá Carneiro irá para a rua se não tiver ido até lá, haverá uma maioria democrática e condições para a formação de um governo democrático.
A reacção será derrotada e Abril vencerá!

1 — Comprometida a realização do plano subversivo da «AD»

Cinco meses passados desde a formação do governo da Aliança reacçãoária e a três/ quatro meses do fim do seu mandato, qual é o balanço da realização do seu plano Inconstitucional, ilegal e subversivo?

A primeira coisa a sublinhar é que o Governo da Aliança reacçãoária causou imensos danos, prejuízos e sofrimentos ao nosso povo e ao nosso país e que mordeu e mordeu bem em algumas das conquistas democráticas alcançadas com a revolução e consagradas na Constituição da República como parte integrante do regime democrático.

O governo «AD» é responsável pelo rápido agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo português em geral, com particular incidência para os que recebem mais baixos salários, as mulheres e os jovens vítimas de discriminações salariais, os reformados, os deficientes.

O governo «AD» é responsável pela congelação das convenções colectivas de trabalho, pelo bloqueamento da subida vertiginosa do custo de vida, pelas consequências gravosas para os trabalhadores da declaração de empresas em «situação económica difícil».

O governo «AD» é responsável pela degradação da segurança social, da habitação, da saúde e da vida cultural.

O governo «AD» é responsável pelo agravamento da situação dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, pelo roubo dos baldios aos povos, pelos alfitivos problemas dos pequenos e médios comerciantes e industriais.

Assim, o governo «AD» causou e continua a causar danos profundos ao povo português e a Portugal.

Mas em muitos casos e em variadas frentes a luta de massas com grandiosas movimentações que mobilizam milhões de portugueses de Norte a Sul do país, obriga o governo a recuar.

O governo foi obrigado pela luta de massas a recuar no bloqueamento das Convenções Colectivas de Trabalho. Foi obrigado a recuar em numerosos casos nos lectos salariais que pretendia fixar.

Foi obrigado a recuar nas medidas de agravamento da situação dos trabalhadores com fundamento na situação económica difícil das empresas.

Na zona da Reforma Agrária, apesar da monstruosidade das decisões, apesar das brutalidades e violências que ficarão na História e na lembrança do povo como exemplos típicos do fascismo à solta, os trabalhadores resistiram com firmeza e inabalável confiança na vitória e em muitos casos recuperaram os gados que lhes foram roubados, colhem os frutos pendentes que legitimamente lhes pertencem, semeiam em terras que lhes foram arrancadas.

Nós daqui saudamos os heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, assim como todos os trabalhadores e todos os portugueses e portuguesas, cuja resistência heróica é a melhor garantia da derrota final da reacção e da vitória democrática.

A Aliança reacçãoária continua é certo a constituir um verdadeiro flagelo para o bem-estar do povo, para a democracia, para a independência nacional.

Continua a ter nas mãos grande parte do aparelho de Estado. Continua a utilizar os meios de Comunicação Social estatizados que assaltou para desinformar e manipular a opinião pública.

Continua a avançar projectos de lei inconstitucionais como o projecto de Bases do Ensino e a Lei da Defesa Nacional, que, entre outros aspectos, viola competências constitucionais do Conselho da Revolução. Parece não ter desistido da «lei quadro do referendo».

Mas a força relativa da Aliança reacçãoária é cada vez menor. A força do governo desce na medida em que a força popular cresce.

2 — As instituições funcionam

Senhora do governo e da maioria na Assembleia da República, a Aliança reacçãoária queria encostar à parede os outros órgãos de soberania e, com chantagens, pressões e manobras desestabilizadoras, forçá-los a apoiar ou pelo menos «deixar passar» a sua política e a sua legislação, arrogantemente inconstitucionais e ilegais.

Mas afinal são os outros órgãos de soberania que estão encostando o governo «AD» à parede da legalidade democrática.

Procurando monopolizar rapidamente o poder, a Aliança reacçãoária pretende usurpar competências de outros órgãos de soberania, paralisá-los, impedir o funcionamento das instituições. Mas, a realidade do regime democrático criado pela revolução é mais forte que o voluntarismo contra-revolucionário. Como o PCP já tem sublinhado, as instituições funcionam e funcionam contra o plano inconstitucional, ilegal e subversivo da Aliança reacçãoária.

Assim falhou o plano de abrir imediatamente ao grande capital privado sectores básicos nacionalizados.

Havia já acordos em andamento, veio cá o Rockefeller, do Chase Manhattan Bank. Vieram os do Banco Morgan. Tudo estava preparado para o lançamento dos bancos privados e de companhias de seguros privadas, antes das eleições, para reprivatização de importantes empresas nacionalizadas, de forma a que as eleições tivessem lugar já com uma nova realidade inconstitucional nas estruturas socioeconómicas.

Um tal plano esbarrou de encontro à indignação e aos protestos populares e à declaração (três vezes seguidas) pela Comissão Constitucional e pelo Conselho da Revolução da inconstitucionalidade da nova lei da delimitação dos sectores.

O plano subversivo contra as nacionalizações por agora caiu por terra, e, apesar dos furibundos ataques da reacção, chegaremos às eleições com os grupos monopolistas liquidados e com as nacionalizações de pé, como uma realidade inalienável do regime democrático.

Caiu também por terra ou pelo menos está gravemente comprometido o plano da Aliança reacçãoária de transformar as próximas eleições numa mascarada.

A Aliança reacçãoária contava poder criar com este objectivo alguns instrumentos fundamentais:

Uma lei do recenseamento e uma lei de nacionalidade que permitissem inscrever oficiosos e fraudulentamente pelos conselhos de eleitores muitas centenas de milhares de supostos emigrantes que nem sequer portugueses são.

Uma lei eleitoral que violasse o princípio da proporcionalidade e diminuísse o número de deputados no território nacional para a sua cota aumentar o número de deputados com votações fabricadas nos conselhos PPD/CDS, que estabelecesse votos por correspondência enviados pelo correio ou por portador o que, como já foi dito, seria um processo de «chapeladas ao domicílio»; de tal forma que mesmo que o PPD e o CDS perdessem (como esperamos que percam) centenas de milhares de votos, mesmo que os partidos democráticos tivessem (como esperamos que venham a ter) larga maioria de votos, continuaria a haver na Assembleia da República uma maioria da Aliança reacçãoária e continuaria a haver um governo Sá Carneiro/ Freitas do Amaral.

Em que ponto se encontra a realização deste plano?

A lei do recenseamento levada em goização suja ao Conselho da Revolução, na ausência do Presidente da República, para poder ser promulgada pelo presidente interino, do PPD, foi uma primeira vez declarada inconstitucional e, novamente aprovada pela maioria, reacçãoária, novamente foi declarada inconstitucional. Assim este importante instrumento do plano subversivo da Aliança reacçãoária, também não passou.

Estamos convencidos de que, da mesma forma, o projecto de lei eleitoral e eventualmente de uma lei da nacionalidade não passarão.

Também os tribunais estão dando em numerosos casos razão aos trabalhadores contra as actuações ilegais do governo.

São já numerosos os acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que, por recurso das UCP's/Cooperativas, mandam suspender a executividade de despachos do MAP atribuindo a latifundiários reservas nas terras da Reforma Agrária.

São também de sublinhar as repetidas decisões de tribunais absolutando trabalhadores presos pela GNR (por ordem do MAP) por estarem a trabalhar nas terras de reservas legais e decidindo que por este motivo não podem ser presos.

Estas decisões dos tribunais aparecem com duplo significado. O primeiro é o facto de estes órgãos de soberania darem razão às UCP's/Cooperativas contra as ilegalidades do MAP do governo Sá Carneiro.

O segundo é o escandaloso facto de o MAP se recusar a executar os Acórdãos e sentenças confirmando assim ser um governo que se coloca abertamente fora da legalidade democrática.

As instituições funcionam contra o plano subversivo do governo. O governo actua inconstitucional e ilegalmente contra as instituições.

A solução desta contradição só pode ser uma: é a demissão, tão rapidamente quanto possível, do governo fora da lei.

3 — O desastre do governo na política externa

Para levar por diante o seu plano subversivo, pouco seguro do apoio interno para a realização de tal plano, o governo Sá Carneiro/ Freitas do Amaral procurou freneticamente apoiar externos.

A custa de uma orientação inconstitucional da política externa portuguesa, feudando-a submissa e servil ao imperialismo norte-americano.

A custa dum colagem rasteira e obediente, sem o mínimo de dignidade nacional, à política de lançamento da guerra fria e à campanha eleitoral do presidente dos Estados Unidos.

A custa de cedências aos monopólios estrangeiros e aos seus governos, cedências lesivas do bem-estar dos trabalhadores portugueses e dos interesses da nossa economia e da nossa independência.

A custa dos graves perigos, para a segurança dos portugueses, se se confirmam notícias não desmentidas de acordos negociados à pressa para a instalação em Portugal de um oleoduto de abastecimento a porta-aviões americanos e de depósitos de materiais nucleares em zonas turísticas como a Arrábida e a Costa da Caparica.

A custa do boicote às relações de amizade e cooperação com Angola e Moçambique e das tentativas de envenenamento das relações com a URSS e outros países socialistas, denunciando acordos culturais e recusando vistos a conjuntos artísticos, a mulheres, a jovens, a turistas.

Entretanto, a política externa do governo «AD» está registando fracasso atrás de fracasso.

Fracasso da campanha contra o Aleganistão tão exaltada e desproporcionada que já parecia que Amaro da Costa, no seguimento da sua proclamação em tempos feito, estava pronto a partir para barricadas em Kabul.

Fracasso do boicote aos Jogos Olímpicos com o registo de 84 países participantes, boicote em que Carter ficou praticamente isolado e em que o governo Sá Carneiro/ Freitas do Amaral ficou igualmente isolado incluindo do Comité Olímpico Português, que sobrepos justamente os interesses do desporto nacional e do desporto em geral à baixa política das forças reacçãoárias. Hora lhe seja feita!

Fracasso da tentativa de intervenção militar norte-americana contra o Irão, aparentemente para libertação dos reféns, operação que o governo Sá Carneiro/ Freitas do Amaral apoiou em termos de completa irresponsabilidade, que levaram ao corte do fornecimento do petróleo (1,4 milhão de toneladas pelo preço de 18 milhões de contos) que nos vinha desse país e que teremos agora que pagar mais caro.

E, como fracasso dos fracassos, o fracasso da operação Mercado Comum.

Todos nos lembramos de que o governo definiu a integração de Portugal no Mercado Comum como «a prioridade das prioridades», da sua política externa.

Ouvindo os chefes da «AD» dir-se-ia que, graças à formação do governo «AD», a entrada no Mercado Comum estava por dias.

E afinal?

Afinal a viagem de Sá Carneiro/ Freitas do Amaral aos países do Mercado Comum terminou em catástrofe para a Aliança reacçãoária e os seus chefes.

Não foi o ligeiro acidente de automóvel em Londres que recambiou para Portugal não só Sá Carneiro um pouco combatido, mas Freitas do Amaral completamente leso.

Que o recambiou foi o fiasco da viagem, consumado quando o governo francês se recusou a receber o vice-primeiro-ministro, ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe do CDS, Diogo Freitas do Amaral.

Que tal bofetada tenha sido dada na Aliança reacçãoária e nos seus chefes, é de utilidade para o esclarecimento dos portugueses acerca do desprestígio da incompetência do governo actual.

Mas a bofetada, dada naqueles que oficialmente representam o nosso país, faz cair sobre Portugal a vergonha da sua actuação.

O verdadeiro desastre do governo PPD/CDS quanto ao Mercado Comum não fica por aí.

Na conferência do nosso Partido sobre a integração do Mercado Comum, realizada no Porto em 31 de Maio, dizendo «Não ao Mercado Comum» concluímos que a integração de Portugal no Mercado Comum não é inevitável e «ainda não é absolutamente certa», o que tanto o povo português como países do Mercado Comum poderiam ainda rejeitá-la ou impedi-la.

Apenas cinco dias depois da conferência logo os factos confirmaram estrondosamente as nossas conclusões.

Foi a bomba!

A atitude da França, definida pelo Presidente da República Francesa, Giscard d'Estaing, agora acompanhado pelo chanceler da RFA, Schmidt, «adiando» a entrada de Portugal e Espanha, atrai por terra «a prioridade das prioridades», atrai por terra, planos, projectos, afirmações, garantias do governo da Aliança reacçãoária e dos seus chefes, e confirma, de forma espectacular, as análises e conclusões do nosso Partido.

A não ser que Giscard d'Estaing e Schmidt sejam submarinos do PCP, Mas parece que não.

Os fracassos da política externa do governo têm uma causa de fundo: o mundo actual e a correlação de forças não são tais como o sr. Carter gostaria que fosse.

A evolução da situação mundial, dá-se a favor das forças da liberdade, da independência nacional, da paz e do socialismo. E mau grado a agressividade do imperialismo norte-americano, são o desanuiamento, a coexistência pacífica e a cooperação, que se impõem nas relações internacionais.

O que interessa a Portugal é uma política externa inspirada pelos interesses do povo e da Pátria e não pelos interesses do grande capital que quer restaurar o seu domínio, uma política externa diversificada e independente, de relações de amizade e cooperação com todos os povos do mundo.

4 — A «AD» a caminho da derrota

Querendo levar a cabo uma política que contraria tanto a realidade nacional como a realidade internacional, encontrando a cortar-lhe o passo, firme, massiva e poderosa resistência das massas populares é o funcionamento das instituições, o governo regista fracassos na sua política interna, fracassos na sua política externa, é obrigado a recuar em numerosos casos e não consegue dar todos aqueles passos que no seu plano eram essenciais para tornar as eleições uma mascarada e para poder finalmente proceder à revisão inconstitucional da Constituição.

A realização do plano inconstitucional, ilegal e subversivo da «AD» está a perder velocidade, a ser contida em numerosas frentes e a ser comprometida no seu desenvolvimento em aspectos fundamentais.

Toda a campanha eleitoral da Aliança reacçãoária nas eleições de 1979 foi conduzida sob o lema «AD — a maioria certa». Em vez de «a maioria certa» podem escrever agora «a derrota certa». Já há quem diga que «AD» quer dizer «A Derrota».

Na verdade, com a luta do povo e o funcionamento das instituições, a Aliança reacçãoária e a sua política inconstitucional, ilegal e subversiva vão a caminho da derrota.

Sectores cada vez mais vastos da população tomam consciência de que o governo Sá Carneiro/ Freitas do Amaral não tem legitimidade para governar.

Não tem legitimidade para governar um governo que em cada um dos seus actos viola ostensivamente a Constituição, a legalidade democrática, a ordem democrática.

Não tem legitimidade para governar um governo que desafia frontalmente o funcionamento das instituições, que finge ignorar as decisões dos outros órgãos de soberania, que se recusa a cumprir decisões dos tribunais e actua contra elas.

Não tem legitimidade para governar um governo que não resolve qualquer dos problemas nacionais, que só faz mal ao povo e à economia nacional, defende e restaura privilégios, e contra a Constituição e o regime, tem como plano a restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Não tem legitimidade para governar um governo que se propõe a destruição do regime democrático e que, pela sua submissão ao imperialismo estrangeiro, não só não garante como põe em perigo a independência nacional.

Não tem legitimidade para governar na altura da realização das eleições um governo que pretende transformar as eleições numa trágica mascarada.

«Sá Carneiro para a rua!» tornou-se a reclamação de milhões de portugueses.

O povo português reclama a demissão do governo Sá Carneiro com urgência, antes das eleições.

Mas se não for demitido até às eleições então será o povo português que demitirá o governo recusando os votos à «AD» e elegendo uma maioria democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República.

5 — Primeiro objectivo: derrotar a «AD» nas eleições

A luta do povo português, o funcionamento das instituições, os fracassos em tentativas golpistas de fazer passar leis inconstitucionais relativas ao processo eleitoral, dão sólidas razões para confiar em que não passará também o plano da Aliança reacçãoária de transformar as próximas eleições numa autêntica mascarada digna dos tempos em que os chefes do PPD e do CDS aprendiam política na Assembleia Nacional fascista ou nas teorizações de Marcelo Caetano.

É certo que o carácter inteiramente democrático das eleições não está assegurado.

Do governo Sá Carneiro/ Freitas do Amaral só há que esperar medidas discriminatórias a fim de impedir a igualdade de direitos das forças políticas concorrentes.

Só há que esperar violências e tentativas de coacção física, económica, psicológica e religiosa, sobretudo nas regiões onde têm podido evitar que chegue o 25 de Abril.

Só há que esperar desinformação, intoxicação e manipulação do eleitorado através dos meios de Comunicação Social. Só há que esperar ilegalidades, arbitrariedades e irregularidades, abusos do poder, fraudes e falsificações.

Se nós sabemos que o MNE, citando leis inexistentes, dá ordens aos conselhos para fazerem inscrições oficiosas de eleitores para além do prazo legal (31 de Maio); se sabemos que há casos, como em Caracás, em que representantes do PPD nas comissões de recenseamento nem cidadãos portugueses são — fácil é de ver do que serão capazes o PPD, o CDS e o seu governo.

A luta pelo carácter democrático das eleições, pela sua legalidade, pela seriedade do processo, pela fiscalização efectiva terá de continuar sem descanso até serem conhecidos os resultados.

Apesar, porém, de todas estas limitações, o povo português está em condições de infligir nas próximas eleições para a Assembleia da República, uma grande derrota eleitoral aos partidos reacçãoários e de assegurar a eleição de uma maioria de deputados das forças democráticas.

O governo lançará ainda sem qualquer dúvida uma grande campanha demagógica (com tiradas promissoras e com concessões oportunistas) para enganar o eleitorado.

Em cada dia que passa reduz-se porém a base de apoio social e eleitoral da Aliança reacçãoária.

Se as forças democráticas emprenderem a batalha eleitoral com determinação, ideias claras e confiança, a Aliança reacçãoária sofrerá uma derrota histórica que correrá com ela definitivamente do poder.

É necessário insistir e insistir sempre no que seria para Portugal e para o povo português se a Aliança reacçãoária alcançasse de novo uma maioria na Assembleia da República e constituísse de novo governo.

Sem dúvida que a luta continuaria, que o povo português não capitularia, que o nosso Partido se manteria à frente das massas, defrontando todas as dificuldades até à batalha final.

Mas a luta seria extraordinariamente mais difícil, mais dura, muito mais perigosa e o povo português passaria novas privações e novos sofrimentos.

Todos os trabalhadores, todos os democratas, todos os que querem impedir o regresso ao tenroso passado fascista, todos os que querem que continue Portugal democrático e independente, devam ter como primeira e principal tarefa nas próximas eleições derrotar a Aliança reacçãoária reduzindo-a de novo na Assembleia da República, aquilo que é no país: uma minoria.

Além do mais, se o governo Sá Carneiro não for demitido até às eleições a derrota da Aliança reacçãoária nas eleições terá que significar a sua imediata demissão.

Depois de tantos meses de política reacçãoária, a derrota da Aliança reacçãoária, não só libertará Portugal e os portugueses das ameaças mais prementes duma nova ditadura, como significará um passo decisivo para a consolidação do regime democrático e para uma viragem democrática na vida política portuguesa.

6 — PS e FRS sozinhos não são alternativa

Todas as informações e notícias disponíveis indicam que milhares e milhares de eleitores que votaram na Aliança reacçãoária compreendem o engano em que cairam e não voltarão a repetir o seu erro.

Essa deslocação do eleitorado é decisiva para a derrota da Aliança reacçãoária.

Deslocações de votos de um partido democrático para outro partido democrático podem alterar a correlação de forças entre os partidos democráticos, mas não alteram a correlação de forças entre os partidos democráticos por um lado e os partidos reacçãoários por outro.

Consideramos por isso que é tarefa essencial dos partidos democráticos na campanha eleitoral informar, esclarecer, e convencer eleitores que votaram «AD» a votarem nos partidos democráticos.

O PCP, pela sua parte, conduz e conduzirá a batalha eleitoral nessa direcção e estamos certos de que nas próximas eleições milhares de eleitores que votaram na Aliança reacçãoária, votarão no PCP, votarão na APU.

Ao contrário do que pensam dirigentes do PS, essa parte do eleitorado não se ganha fazendo concorrência política de direita com outra política de direita, e ao anticomunismo do PPD e do CDS com o anticomunismo PS. Ganha-se através do esclarecimento e apresentando uma política que vá ao encontro dos reais interesses das classes e camadas sociais em que essa parte do eleitorado se insere.

Reduzir de novo a Aliança reacçãoária a uma minoria na Assembleia da República não basta porém. É necessário que a maioria democrática numérica se torne de facto uma maioria política real.

E isto significa que não será indiferente o voto em qualquer dos partidos democráticos porque a posição destes (designadamente do PS e do PCP) não é igual em relação à formação de uma maioria democrática. Enquanto o PCP luta tenazmente pelo entendimento e acção comum dos democratas (única base para uma maioria democrática real) a direcção do PS insiste em combater a unidade dos democratas, a unidade com o PCP.

Nos termos do Comunicado Final da sua constituição, a Frente Republicana e Socialista (FRS) pretende ser uma espécie de Terceira Força situando-se entre aquilo a que chama «as forças extremistas da AD e do PCP/APU».

Vê-se que o PS, agora com os seus aliados da UEDS e da ASDI, insiste na velha ideia de ser a «charneira», de «ganhar sozinho», de ser só por si a «alternativa».

A que pode conduzir tal atitude?

Minoritário como é, pode conduzir de novo à falhada política do balanço das alianças, que, como a experiência mostrou, não é tão balanceado como isso porque sempre balançou para a direita.

Uma tal atitude não contribui decerto para a derrota da direita e a vitória democrática.

Primeiro porque é completamente irrealista admitir (mesmo estando a sonhar) que o PS e os seus aliados da FRS (que pouca expressão eleitoral têm) poderão ser só por si uma alternativa à direita.



CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PORTO JUN. 1980

Se a FRS alcançar a uns 30% de votos já isso significará uma notável recuperação do PS. Mas, mesmo que isso suceda, ficará ainda a grande distância da maioria que lhe permitiria governar sozinho.

Segundo porque pretender dividir politicamente a sociedade portuguesa em três forças principais em conflito entre si («AD», FRS e APU) só pode servir a reacção, porque a «AD» constitui a grande aliança, o grande bloco, das forças reacçãoárias e da direita e a FRS e a APU são forças democráticas que, para bater a reacção e a direita teriam toda a vantagem de não aparecerem divididas e em conflito, mas sim aliadas.

Na situação criada pela maioria da «AD» na Assembleia da República, pela actuação do governo AD e pelos planos da «AD» de liquidação do regime democrático, meta-se pelos olhos dentro a necessidade do entendimento, da acção comum, do propósito comum de derrotar a reacção e de salvar e continuar o regime democrático.

Meta-se pelos olhos dentro que, numa tal conjuntura, a divisão política necessária não é em três sectores, um dos quais é a direita unida e os outros dois são os democratas divididos.

Meta-se pelos olhos dentro que contra a chamada «bipolarização dos extremos», a arrumação das forças políticas deveria realizar-se em volta de dois pólos fundamentais, o plano de destruir o regime democrático e em torno deste pólo se arruma a «AD» e as outras forças da direita fascista, e a determinação de o defender e continuar — e em torno deste pólo deveriam arrumar-se, unidos no fundamental, todos os democratas, designadamente o PCP e o PS, designadamente a APU e a FRS.

É esta a nossa concepção por cuja concretização nós incessantemente trabalhamos.

7 — Voto na APU para uma maioria democrática e um governo democrático

Não. Só por si o PS, agora a FRS, não serão maioria, não serão uma alternativa.

Para fazer parte de uma alternativa o PS e a FRS terão de fazer alianças.

Assim, persiste a velha questão! Depois das eleições, com quem irão aliar-se o PS e a FRS, para fazer parte de uma maioria e de uma alternativa? Ao PCP e à APU? Ou à direita, ao PPD, ou mesmo novamente ao CDS?

É inquietante ouvir o sr. Carlos Macedo garantir (ele porta-voz do PPD antidemocrático) que «Mário Soares é um democrata» e ouvir o dr. Mário Soares no mesmo momento em que o governo Sá Carneiro desenvolve uma actuação para a liquidação do regime democrático declarar que Sá Carneiro é «um homem adepto da vida democrática» (DL 9.6.80).

Seria mais tranquilizador para o povo português se houvesse menos trocas de flores entre o PS e o PPD.

Tudo isto significa que, para assegurar uma maioria democrática real e reais condições para a formação de um governo democrático, não é indiferente votar no PS, na FRS ou no PCP, na APU.

Por isso, ao mesmo tempo que insistimos em que é de vital importância ganhar para o voto nas forças democráticas eleitores que enganados votaram na «AD», dizemos que uma eventual deslocação de votos da APU para o PS (para a qual apela o PS invocando um suposto «voto útil» no PS) reforçaria as tendências no PS para um acordo com a direita, enfraqueceria as possibilidades dum entendimento do PS e PCP, da FRS e da APU.

E, pelo contrário, a deslocação de votos do PS para a APU, para o PCP — as forças mais consequentes na defesa dos interesses populares, das conquistas de Abril, do regime democrático, as forças mais consequentes na luta pela unidade dos democratas — garante que esses votos ficam solidamente no campo democrático e é um factor positivo para conduzir ao entendimento do PS e do PCP, da FRS e da APU, à formação de uma verdadeira maioria democrática.

Quanto a eventuais candidaturas esquerdistas nas eleições para a Assembleia da República, a experiência das anteriores eleições já mostrou que, não tendo apoio bastante para serem eleitas servirão apenas para dividir os votos democráticos, entrar o progresso da APU e facilitar a eleição de deputados da direita.

Por todas estas razões, o aumento do número de votos e do número de deputados da APU é essencial para que a derrota eleitoral da Aliança reacçãoária e a maioria de deputados dos partidos democráticos na Assembleia da República se convertam numa maioria política efectiva que dêem base parlamentar e popular à formação de um governo democrático.

Alcançada uma maioria de deputados democráticos na Assembleia da República, defendemos a formação de um governo democrático amplamente representativo com a representação do PCP.

O PCP está disposto a examinar todas as soluções constitucionais que permitam a formação de um governo democrático com uma política democrática.

A experiência mostra entretanto que a participação do PCP num governo democrático é a melhor garantia de que nesse governo haverá quem defenda sem quaisquer vacilações os interesses do povo trabalhador, as conquistas de Abril, o regime democrático, a independência nacional.

8 — As eleições presidenciais e as eleições legislativas

Em torno da realização desta nossa Conferência gerou-se certa expectativa relativamente às eleições presidenciais.

Generalizou-se a ideia de que iríamos nesta Conferência revelar o nome do nosso candidato ou do candidato que apoiaríamos para a Presidência da República.

Aqueles que assim pensaram têm razão para ficarem decepcionados: ainda não é desta que o PCP dirá qual a candidatura à Presidência da República que propõe ou promove.

Queremos aqui explicar quais as razões por que o fazemos.

Em primeiro lugar, falando de eleições, as forças reacçãoárias falam muito das presidenciais e pouco das legislativas, porque têm medo das legislativas porque não conseguiram o recenseamento-burla nem a lei eleitoral burla, porque percebem que os espera a derrota, porque prevêem que vão ficar novamente em minoria na Assembleia da República e por tudo isso querem distrair as atenções e os esforços das forças democráticas das tarefas relativas a essas eleições.

O PCP não cai nessa armadilha. As eleições para a Assembleia da República terão lugar três meses antes das eleições para a Presidência. Não há que distrair as atenções das eleições para a Assembleia. Há que concentrar esforços, recursos, energias e atenções para realizar uma tarefa fundamental: preparar e ganhar as eleições para a Assembleia da República.

Em segundo lugar, as candidaturas, campanhas e resultados das eleições presidenciais dependerão em larga medida dos resultados das eleições legislativas.

Nenhuma das candidaturas até hoje avançadas para a Presidência da República se pode considerar definitiva.

Bem pode Sá Carneiro vir ganhar (como o fez na quinta-feira) que «Soares Carneiro será eleito, com uma única dúvida, se será à primeira ou à segunda volta» («O Dia» 13.6.80).

A dúvida porém é outra e fundamentada: é se Soares Carneiro é o candidato da «AD» para ficar ou para largar, se ao general candidato da «AD» reserva o papel de comandante em chefe da grande operação política das eleições presidenciais ou se está a servir-se dele apenas para uma patrulha de reconhecimento. No fim de contas se este candidato chegar sequer à primeira volta.

Pode prever-se. Logo que se verificar a derrota da Aliança reacçãoária nas eleições para a Assembleia, é caso certo: a «AD» deixará cair a candidatura Soares Carneiro sem mais cerimónias e tentará encontrar um candidato menos identificado e menos directo e pessoalmente comprometido com o regime fascista, candidato do qual outros candidatos da direita (como Galvão de Melo e Pires Veloso) não possam dizer (como têm dito) que está ainda mais à direita do que eles.

Quanto às candidaturas de Pires Veloso e Galvão de Melo já lançadas em velocidade na campanha, também não é certo que vão longe.

O candidato Pires Veloso declara solenemente: «Em momento algum da campanha eleitoral desistirei». «A minha candidatura é irreversível e nada, mesmo nada, me fará virar a cara à luta, para ir até ao fim e para vencer». («O Diário» 14.1.80)

O candidato Galvão de Melo declara com não menor solenidade que irá para a frente até ao fim.

Estes candidatos juram e trejuram que não irão desistir. A ver vamos se sim ou não cumprem o juramento.

Quanto à candidatura de Otelo Saralva de Carvalho, talvez não haja desistência, mas nenhuma hipótese tem.

Foi apoiada primeiro por uma Frente de Unidade Popular com alguns grupos e grupinhos esquerdistas que, na altura da sua fundação, anunciaram ser uma alternativa ao PCP e ao PS.

Depois, como sucede com esta gente, puseram-se à bulha uns com os outros, desfizeram a «Frente» zangaram-se com o caudilho e o caudilho zangou-se com eles e aí temos Otelo

Saralva de Carvalho pendurado no ar, cada vez mais nervoso, cada vez mais anticomunista, cada vez menos verdadeiro no que conta e no que afirma.

Esta candidatura talvez vá para a frente porque a sua missão não é ganhar ou perder: é tentar dividir a esquerda, é tentar entravar o progresso do PCP, é no fim de contas servir, pelo menos objectivamente, os interesses da direita.

Quanto ao nosso Partido, tem-se falado muito nos últimos tempos na eventualidade de o PCP apresentar ou promover uma candidatura militar.

Nada está decidido a esse respeito. Mas desde já interessa dizer: para a vitória democrática, não interessa, com uma candidatura às presidenciais, reaproximar, na luta contra o nosso Partido e contra o candidato que apoiemos, as forças políticas e os sectores militares que estiveram unidos no 25 de Novembro numa aliança contranatura e que agora estão em posições divergentes.

Não interessa dar pretextos ou estímulos a manobras desestabilizadoras às Forças Armadas. Não interessa agora, antes das legislativas, criar em torno de uma candidatura à Presidência disputa batalhas e radicalizações que prejudiquem a dinâmica unitária e a votação APU nas eleições para a Assembleia da República.

O PCP não tem pressa alguma de avançar um candidato seu ou apoiar a promoção de um outro.

Posteriormente se decidirá se apresentamos ou não um candidato do Partido, se promovemos ou não a apresentação de um candidato, se apoiaremos ou não um candidato promovido por outras forças.

Por agora lembramos que as candidaturas para a Presidência da República podem ser apresentadas até pelo menos finais de Outubro. Há portanto tempo antes ou depois das eleições para a Assembleia da República. Por enquanto reservamos a nossa atitude, mantendo-nos sempre prontos a examinar com outras forças e sectores democráticos todos os problemas relativos à derrota de ou dos candidatos da direita e à eleição de um Presidente que garanta e esteja em condições de garantir a defesa da Constituição e do regime democrático.

Agora a nossa grande tarefa é dinamizarmos a campanha das eleições para a Assembleia da República, impulsionarmos a dinâmica APU, organizarmos as estruturas indispensáveis a todo o processo eleitoral, levarmos a todos os recantos do país a palavra de esclarecimento e de convencimento e trabalharmos afinadamente (com a consciência de que se trata de uma batalha decisiva), para derrotar a «AD» nas eleições e para aumentarmos a votação e o número de deputados do PCP, da APU — condição essencial para uma maioria democrática na Assembleia e para a formação de um governo democrático com uma política democrática.

9 — Papel determinante do PCP com o movimento operário e popular

Na «Proclamação Eleitoral do PCP», que o Comité Central sujeita à aprovação da Conferência Nacional, são expostas e precisadas as teses e os objectivos que acabo de expor, embora de forma incompleta e com diferente valorização relativa das matérias, nesta intervenção.

Na «Proclamação Eleitoral» não se faz apenas o ponto da situação política e não se definem apenas os grandes objectivos a alcançar nas eleições para a Assembleia da República.

Apresenta-se também «Uma Política Nacional Com Portugal de Abril», que o PCP propõe ao eleitorado.

A política proposta pelo PCP contém 5 pontos essenciais: 1 — Política de liberdade; 2 — Política de desenvolvimento; 3 — Política do bem-estar e cultura; 4 — Política da legalidade e estabilidade e tranquilidade pública; 5 — Política da independência da paz e cooperação.



Intervenção de Álvaro Cunhal na sessão de encerramento

Camaradas: A «Proclamação Eleitoral do PCP» que acaba de ser aprovada contém as conclusões da nossa Conferência Nacional.

As intervenções dos camaradas delegados trouxeram riquíssimas informações e opiniões fundamentadas que constituem valiosa contribuição para a nossa actividade.

Permitam-me entretanto que saliente ainda, em poucas palavras, embora correndo o risco de repetições, alguns aspectos (apenas alguns aspectos) dos problemas tratados e das conclusões da nossa Conferência Nacional.

Confiança na vitória

Sublinhando que as próximas eleições constituem uma batalha decisiva para o futuro da democracia, a Conferência tomou decisões fundamentais para conduzir à derrota a Aliança reacçãoária, para preparar e assegurar a vitória democrática nas eleições.

As conclusões da Conferência e as intervenções dos camaradas delegados testemunham uma inabalável confiança no nosso próprio Partido, na classe operária, no povo português, no futuro da democracia portuguesa.

Não se trata de uma confiança resultante de qualquer apreciação irrealista e subjectiva da situação. Trata-se de uma confiança assente numa análise objectiva da realidade e da evolução da situação política, na experiência da luta, na avaliação cuidadosa das forças e das possibilidades.

Trata-se de uma confiança assente na firme determinação do nosso Partido, de todo o nosso Partido, de todos os nossos militantes, em empenharem as suas energias e capacidades para que os objectivos indicados sejam alcançados.

A vitória democrática nas próximas eleições está ao nosso alcance. Mas todos temos consciência de que para alcançar a vitória teremos que trabalhar e lutar (e trabalhar e lutar no duro), como temos trabalhado e lutado.

Da firme disposição para trabalhar e lutar, sempre estreitamente ligados à classe e às massas, nos vem a confiança de que os objectivos definidos pela Conferência serão alcançados.

Tarefas imediatas

Temos para já por diante tarefas práticas imediatas definidas pela Conferência para a batalha eleitoral.

1. Impedir — pela acção política geral, pelo esclarecimento, pela contribuição para o funcionamento das instituições — impedir, que a Aliança reacçãoária leve por diante a legislação eleitoral-burla, designadamente a lei eleitoral inconstitucional proposta pelo Governo.

2. Criar e dinamizar por toda a parte Comissões eleitorais APU, verdadeiramente unitárias, que empreendam desde já a batalha eleitoral, elaborando e distribuindo documentos, utilizando outros meios de propaganda, organizando sessões, designando e ajudando a preparar mais de 26 mil delegados efectivos e suplentes para as assembleias e secções de voto, a fim de estarmos em condições de impedir ou imediatamente desmascarar e anular as irregularidades e falcatruas previsíveis por parte dos partidos reacçãoários.

3. Levantar a cabo uma grande campanha do esclarecimento, a começar desde já e a atingir o ponto culminante no mês que antecede o dia das eleições, de forma a convencer (e podemos convencer, e vamos convencer) muitos milhares de eleitores, incluindo aos que votaram no PPD e no CDS, de que o voto justo, o voto certo, é o voto no PCP, é o voto na APU.

Creio camaradas que salimos da Conferência com a determinação de levamos por diante com êxito a realização destas tarefas, das qual depende em larga medida a vitória democrática nas próximas eleições.

As lutas de massas

Entretanto, resulta também com evidência das conclusões da Conferência e das intervenções dos camaradas delegados que, até às eleições, não basta levar à prática as tarefas específicas relativas às eleições.

Os objectivos que a Conferência Nacional coloca para as eleições — a derrota da Aliança reacçãoária, o aumento do número de votos e de deputados do PCP, da APU, a constituição duma maioria democrática efectiva na base da qual se constitua um governo democrático — estes objectivos serão alcançados, não só porque sabemos levar à prática as tarefas específicas relativas às eleições que a Conferência indica, não só porque sabemos organizar e conduzir uma campanha eleitoral digna das responsabilidades e possibilidades do nosso Partido, mas ainda porque até às eleições a luta continua e o povo português continuará a dar a resposta adequada às forças reacçãoárias e ao seu Governo, enquanto ele existir.

Conforme as intervenções dos delegados à Conferência claramente demonstraram, as lutas de massas têm sido e continuarão a ser um factor determinante dos sucessos fracassos e atrasos da Aliança reacçãoária na realização do seu plano inconstitucional, ilegal e subversivo de liquidação das conquistas da Revolução e do regime democrático.

As lutas de massas continuarão a ser e serão um factor determinante do enfraquecimento da reacção e do seu Governo e do reforço constante das forças democráticas.

As lutas de massas constituem por si uma verdadeira campanha de esclarecimento acerca da política das forças reacçãoárias, dos verdadeiros interesses dos trabalhadores, dos verdadeiros defensores da democracia e da independência nacional.

As lutas de massas terão assim uma influência que pode ser determinante na consciência do povo português e no voto dos eleitores nas próximas eleições para a Assembleia da República.

O papel e o reforço do PCP

E se se fala em luta de massas tem de falar-se no Partido Comunista Português, porque o Partido Comunista Português é o principal organizador e impulsionador da resistência popular à política do Governo PPD/CDS, das lutas de massas em defesa dos interesses populares, das conquistas da revolução do regime democrático.

O aumento constante dos efectivos do Partido (que foi inexactamente referido na minha intervenção inicial por grahn no

exemplar dactilografado que li mecanicamente — pelo que peço desculpa — mas que outros camaradas já aqui tiveram ocasião de rectificar) o aumento constante dos efectivos do nosso Partido é um traço característico da evolução da situação política portuguesa desde o 25 de Abril.

14 593 em Julho de 1974, 2 meses depois do 25 de Abril. Cerca de 30 000 por alturas de 28 de Setembro de 1974. Cerca de 100 000 em Março de 1975.

115 000 no VIII Congresso em Novembro de 1976.

142 512 em princípios de 1978 depois da Promoção Conquistas de Abril.

164 713 no IX Congresso em Maio/Junho de 1979.

187 018 nesta nossa Conferência Nacional.

Isto é: O Partido tem agora mais 22 305 membros do que no IX Congresso e mais 45 000 contados desde o fim da Promoção Conquistas de Abril até ao fim da promoção anterior a esta Conferência.

Este aumento constante dos efectivos do nosso Partido indica, no seu significado mais directo, o reforço da força organizada do Partido.

Mas o reforço constante do nosso Partido tem um significado mais vasto e profundo.

O reforço constante do nosso Partido é uma prova indiscutível da elevada consciência de classe dos trabalhadores, da consciência política, da combatividade e da determinação das massas populares.

A luta continua

É uma prova indiscutível de que o povo português não se submete, não capitula ante as ofensivas da reacção, não se atemoriza ante as ameaças, o perigo e a repressão e mantém sempre bem alto a vontade de luta, a confiança no futuro, a certeza da vitória final e definitiva de Portugal de Abril.

O reforço do nosso Partido é a melhor garantia de que não só nas tarefas específicas relativas às eleições serão cumpridas como também de que o nosso Partido estará à altura das suas responsabilidades na luta que continua.

A luta continua — resistindo à política inconstitucional, ilegal e subversiva do Governo da Aliança reacçãoária, resistindo à arbitrariedade e à violência, resistindo sempre com determinação e confiança, defendendo palmo a palmo as liberdades e as outras conquistas da Revolução.

A luta continua em defesa dos interesses vitais da classe operária e das massas populares, dos trabalhadores das cidades, dos campos e do mar, dos pequenos e médios agricultores e rendeiros, dos intelectuais e dos quadros técnicos, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, das mulheres, dos jovens, das camadas mais desfavorecidas como os reformados e deficientes.

A luta continua em defesa da Reforma Agrária nas acções heróicas dos trabalhadores da Reforma Agrária, na sua resistência aos roubos de terras, de gados, de máquinas, de instalações, de frutos pendentes, com a certeza de que as terras roubadas serão recuperadas, de que a Reforma Agrária vencerá!

A luta continua, reclamando a demissão do Governo Sá Carneiro, não só porque cada um dos seus actos é um atentado contra os interesses do nosso povo e do nosso país, não só porque

Estes cinco pontos são na «Proclamação Eleitoral» concretizados de forma sumária e serão desenvolvidos no «Programa Eleitoral do PCP» que será difundido mais tarde.

Na «Proclamação Eleitoral» são indicados, na situação actual, alguns «pontos fulcrais e decisivos» para a estabilidade, consolidação e prosseguimento do regime democrático: a rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e legais dos governos reacçãoários; o nível de vida dos trabalhadores e das massas populares; a Reforma Agrária; as nacionalizações; a situação dos pequenos e médios agricultores; a situação nos meios de Comunicação Social.

Na «Proclamação Eleitoral» é também abordado o problema da revisão constitucional que caberá nos poderes da próxima Assembleia da República.

O PCP lutará para impedir qualquer revisão inconstitucional da Constituição que signifique a destruição do regime democrático, para garantir que a revisão se faça dentro das linhas materiais e formais legalmente obrigatórias para que não seja permitido qualquer referendo para que qualquer revisão constitucional contribua para o reforço e jamais o enfraquecimento da democracia, do Portugal de Abril.

Estamos certos de que a «Política Nacional» que o PCP propõe ao eleitorado, corresponde aos interesses, aspirações e objectivos da esmagadora maioria do povo português e por isso ganhará para o Partido, para a APU, para a causa da democracia, para a causa do Portugal de Abril, muitos milhares de portugueses.

Na batalha eleitoral que se avizinha como em toda a vida política e social portuguesa, o PCP é chamado a representar um papel determinante.

O PCP é o Partido firme e consequente que, sem quaisquer vacilações, com uma só face e uma só palavra, emprega todos os seus esforços e energias à defesa dos interesses dos trabalhadores, à defesa das liberdades, da Reforma Agrária, das nacionalizações e das outras conquistas da revolução, a defesa do regime democrático e da independência nacional.

O PCP é o Partido que, desenvolvendo como nenhum outro a acção por objectivos concretos e imediatos, definindo a cada momento as tarefas e os objectivos a curto prazo, tem sempre presente a larga perspectiva política e histórica, os objectivos específicos da luta da classe operária e dos trabalhadores de que o PCP é a vanguarda revolucionária, o horizonte socialista da democracia portuguesa.

O PCP é o Partido cuja criação, existência, continuada actividade, capacidade de mobilização e de luta, vêm das suas raízes profundas na classe operária e nas massas populares, da sua indissolúvel ligação com o povo.

Por tudo isso, ao longo de todo o processo da revolução portuguesa, ao longo dos últimos anos em que o povo português tem tido que defrontar a brutal ofensiva de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, fazendo frente às violentas, virulentas e incessantes campanhas que contra ele movem em coro forças reacçãoárias, reformistas e esquerdistas, desmentindo os prognósticos dos seus inimigos, o PCP tem aumentado continua e progressivamente a sua organização, os seus efectivos, a sua influência popular e eleitoral.

O Comité Central informa a Conferência e, por intermédio da Conferência, todo o Partido e o povo português, que o objectivo definido pelo CC em 25 de Janeiro do ano corrente do recrutamento de mais 10 000 novos membros do Partido até esta Conferência Nacional, foi largamente ultrapassado e que as Promoções Regionais alcançaram o total de 17 590 novos militantes do Partido.

O Comité Central apuro também, na sua última reunião plenária do dia 10 do corrente o total dos efectivos do Partido.

No IX Congresso, realizado em 1979, há cerca de um ano, o Partido registou 164 713 membros.

Tenho a honra de informar a Conferência, em nome do Comité Central, que desde o IX Congresso os efectivos do Partido aumentaram cerca de 22 mil membros de forma que o Partido conta actualmente com 187 018 membros a que devemos juntar 35 000 membros da JCP.

O camarada Blanqui Teixeira, na sua intervenção, dará mais alguns dados do Balanço da Organização. Mas é desde já de salientar que no distrito do Porto ultrapassámos 20 000 militantes. A Organização Regional do Alentejo continua a reforçar-se nas duras condições da ofensiva contra a Reforma Agrária, estando prestes a atingir 30 000 membros; a Organização Regional de Setúbal ultrapassou os 30 000 membros e que a Organização Regional de Lisboa, ultrapassou os 50 000 membros. Noutras regiões, os progressos são também importantes.

Sá Carneiro disse anteontem na Assembleia da República que para governar Portugal é preciso fazê-lo «sem o Partido Comunista e mesmo contra o Partido Comunista».

A verdade é que, conforme a experiência mostra, sem os comunistas e contra os comunistas só se pode desgovernar. No Portugal Democrático, no Portugal de Abril, para governar realmente (e isso significa resolver os problemas do povo e do país) tem de se governar não contra os trabalhadores e contra o PCP, mas com os trabalhadores e com o PCP.

Com o PCP, com a APU.

Avante para a derrota da Aliança reacçãoária («AD») nas próximas eleições!

Avante por uma maioria democrática e por um governo democrático!

Avante com Portugal de Abril!
Avante pela unidade de todos os democratas portugueses!
Viva o Partido Comunista Português!

um tal Governo tem como seu programa a liquidação das conquistas da Revolução e do regime democrático, mas também um tal Governo no poder compromete gravemente o carácter democrático das eleições.

A Conferência tomou claro que a luta continua pela demissão do Governo Sá Carneiro e mais rapidamente possível, mas que, se não for demitido até às eleições (ou se ele próprio não se demitir como há muito teria feito se tivesse o mínimo da dignidade) se não for demitido até às eleições, então (como indicou a nossa Conferência na sua «Proclamação Eleitoral») então será o povo português que o demitirá nas próximas eleições, votando contra a «AD», votando APU, e assegurando assim uma maioria democrática que dê a base parlamentar e popular a um governo democrático.

Apelo à unidade

Nós, comunistas, temos consciência da força e do papel do nosso Partido.

Mas temos também consciência de que a vitória democrática só será assegurada pela unidade dos trabalhadores, pela unidade dos democratas.

Por isso, antes do encerramento dos trabalhos da nossa Conferência Nacional, daqui saudamos os nossos companheiros de Aliança Povo Unido, os nossos companheiros do MDP/CDE, assim como os democratas independentes que lutam a nosso lado — salientando a importância da sua consequente actuação democrática e o valor do seu exemplo.

Por isso também, ao terminarmos os trabalhos da nossa Conferência Nacional, fazemos um apelo a todos os democratas sem discriminações para que façamos esforços para superarmos divergências, reservas e desconfianças que existem entre nós, para que procuremos um entendimento, para que nos unamos numa luta comum para derrotar a Aliança reacçãoária, defender, salvar e continuar o regime democrático consagrado na Constituição.

Objectivos para as próximas eleições

Saímos desta nossa Conferência Nacional com a confiança reforçada em que serão alcançados os objectivos a que nos propomos nas próximas eleições para a Assembleia da República.

- derrotar a Aliança reacçãoária, reduzindo-a de novo a uma minoria na Assembleia da República;
- aumentar o número de votos e o número de deputados do PCP e da APU;
- transformar a maioria de deputados dos partidos democráticos que resultará das eleições numa maioria política efectiva que dê a base parlamentar e social para a formação de um governo democrático com uma política democrática que continue Portugal de Abril.

Com o PCP, com a APU, com Portugal de Abril!
Avante para a derrota da Aliança reacçãoária!
Avante para a vitória democrática!
Viva a unidade de todos os democratas!
Viva o Partido Comunista Português!

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PORTO JUNHO 1980

INTERVENÇÕES INTERVENÇÕES INTERVENÇÕES INTERVENÇÕES

Desporto

(...) Se bem que a planície do movimento popular desportivo seja o traço dominante, o certo é que a situação actual caracteriza, por outro lado, pela acção repressiva e reacção do governo PPD/CDS. Esta acção traduz-se, entre outros, nos seguintes factos: imposição de legislação, organismos e estruturas corporativas e fascistizantes, ingerência inconstitucional na vida associativa...

Distrito de Setúbal

(...) Na s UCPS/Cooperativas do distrito, contra a legalidade e a pirataria do governo, levanta-se a resistência heroica dos trabalhadores da Reforma Agrária. O que se passa nas cooperativas 1.º de Maio, da Gândia, Sermarias e Vale da Balsa e Evaristo Gago, é um expressivo exemplo desta luta...

Classes Médias

Uma percentagem importante da população portuguesa pertence às camadas intermédias: pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, quadros técnicos, intelectuais, etc. São mais de um milhão de cidadãos...

R.A. dos Açores

A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Bragança

(...) Na nossa região a direita, que conseguiu ganhar muito boa gente, provou na sua acção governativa não corresponder às aspirações do povo transmontano. Prometiam defender os interesses da laboureira e do trabalhador...

Distrito de Viana do Castelo

(...) Apesar de o nosso Partido não ter nenhum deputado eleito pelo distrito, foi o nosso Grupo Parlamentar que levantou os problemas do distrito mais vezes do que qualquer outra força representada na Assembleia da República...

Distrito de Lisboa

(...) As lutas que se têm vindo a travar nas empresas do distrito de Lisboa, o prestígio crescente que ali tem o nosso Partido, colocam as células de empresa responsáveis para a próxima campanha eleitoral...

Distrito de Portalegre

(...) Camaradas, as próximas eleições legislativas no distrito de Portalegre, pelas particularidades especiais: - primeiro, é de primordial importância tirar um deputado à direita, deixar abaixo a pavoneia do -AD- por ter ganho em terras da zona de intervenção da Reforma Agrária...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Viana do Castelo

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Lisboa

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Portalegre

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

A organização do Partido

O grande sucesso conseguido pelo Partido nas eleições de Dezembro passado, o enorme aumento do número de votos na APU, mostrou que era tarefa inadiável o alargamento das fileiras do Partido. Em todas as organizações se estabeleceram promoções e metas, se discutiu persistentemente as possibilidades existentes para o recrutamento e a necessidade de as tomar realidade. Como já foi afirmado nesta Conferência, desde o princípio do ano foram recrutados 17 590 novos camaradas. Trata-se um quantitativo notável. Mas, por outro lado, as organizações do Partido não foram capazes de uma intensa mobilização das camaradas para os protestos, concentrações, manifestações e outras iniciativas, de que os cinco meses passado foram marcados por uma intensa actividade de massas levada a cabo. Será conveniente atencionalmente conhecer as deficiências do conhecimento, formação e promoção dos quadros, dificuldades que se mantêm no que respeita à estruturação e à actividade regular dos organismos do Partido, e incompreensões e sectarismos na aproximação e recrutamento de novos elementos, são também factores que não ajudaram a um maior aumento das nossas fileiras. Isto em nada desvaloriza o que se conseguiu, mas indica que é possível e necessário ampliar ainda mais o Partido, vencendo as principais debilidades do trabalho organizativo. E não desvaloriza o que se conseguiu

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Viana do Castelo

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Lisboa

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Portalegre

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Viana do Castelo

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Lisboa

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Portalegre

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Vila Rica

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Beja

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Évora

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

Distrito de Faro

(...) A situação económica e social da Região Autónoma dos Açores vem assumindo, no contexto da situação nacional, uma importância crescente. Das razões que justificam este facto convém destacar as seguintes: 1. Razões institucionais...

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PORTO JUN. 1980

A Conferência Nacional do PCP, realizada no dia 14 de Junho de 1980, examinou a situação política e os problemas e tarefas relativas às próximas eleições para a Assembleia da República.

A Conferência Nacional do PCP concluiu que a democracia corre riscos reais, mas que o Povo português tem força bastante para derrotar a reacção e garantir a defesa e a consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

O PCP proclama que, com o PCP, com a APU, está ao alcance dos portugueses derrotar a "AD" nas próximas eleições, garantir uma maioria democrática e um governo democrático e prosseguir o caminho aberto pela Revolução de Abril.



1 O PCP PROCLAMA: UM GOVERNO QUE QUER DESTRUIR O REGIME DEMOCRÁTICO NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA GOVERNAR

Não tem legitimidade para governar um governo que desenvolve uma actuação frontalmente contrária à Constituição e evidencia ser seu objectivo a destruição do regime democrático e a instauração de uma nova ditadura.

Uma maioria na Assembleia da República pode legitimar institucionalmente a formação de um governo pelos partidos que a compõem. Mas não autoriza um tal governo a violar a Lei Fundamental da República e a conduzir uma actuação subversiva.

O Governo "AD" dispõe de uma maioria de deputados na Assembleia, mas tal maioria é escassa, precária e conjuntural. Não corresponde a uma maioria de votos. Nas últimas eleições a "AD" teve menos 300 mil votos que as forças democráticas. Pela sua actuação inconstitucional, ilegal, arbitrária e subversiva o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral perdeu a legitimidade para governar.

Com a sua política e a sua actuação contra a Constituição e a legalidade democrática, o Governo "AD" deu, à custa do povo e do País, vultosos benefícios ao grande capital, aos latifundiários, aos senhorios ricos, aos grandes especuladores, mas não resolveu um único dos grandes problemas nacionais.

O resultado de cinco meses de Governo "AD", desmentindo a sua demagogia e as suas promessas, é o agravamento generalizado das condições de vida do povo

— agudização da carestia de vida, congelamento de salários e da contratação, despedimentos em massa, degradação da segurança social, da habitação, da saúde e da vida cultural.

Não são os problemas do povo e do País que o Governo procura resolver. O seu objectivo é a restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários adoptando para isso decisões e medidas inconstitucionais e ilegais.

Inconstitucionais e ilegais — as medidas contra os trabalhadores, os seus direitos, as suas liberdades — nova legislação laboral, congelamento da contratação colectiva, declaração de empresas em "situação económica difícil", despedimentos e arbitrariedades patronais.

Inconstitucionais e ilegais — as sucessivas tentativas para abrir ao capital privado sectores nacionalizados, particularmente os sectores-chave e os mais rentáveis, reprivatizar empresas, entregar participações do Estado, restaurar o capitalismo monopolista.

Inconstitucional e ilegal — a restauração dos latifúndios através da criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária, com repressão violenta, com o saque de terras, gados, máquinas e instalações das UCPs/Cooperativas, com actos de vandalismo, com a destruição de colheitas e benfeitórias, com o impedimento da colheita dos frutos pendentes a que, por lei, os trabalhadores têm direito.

Inconstitucional e ilegal — a decisão do Conselho de Ministros retirando os baldios à administração directa dos povos.

Inconstitucionais e ilegais — as sucessivas tentativas para impor novas leis do processo eleitoral (lei do recenseamento e lei eleitoral) que, com a inscrição oficiosa e fora do prazo pelos consulados de pessoas sem direito a voto, com o alargamento arbitrário dos deputados pela emigração, com o voto por correspondência através do correio e de mandatários, e com outros expedientes abriam caminho a todas as irregularidades e falcatruas e fariam das próximas eleições uma mascarada.

Inconstitucionais e ilegais — o assalto e manipulação do aparelho de Estado e da comunicação social pelos partidos do Governo, a grosseira violação do pluralismo, a censura interna, o saneamento de profissionais por motivos políticos.

Inconstitucionais e ilegais — as novas orientações da política externa, de subserviência, submissão e capitulação ante o imperialismo, de incitamento à guerra fria, de sabotagem das relações de cooperação com países amigos.

Inconstitucionais, ilegais, subversivos — os planos de revisão inconstitucional da Constituição, a tentativa de introduzir o referendo para ultrapassar os limites materiais e formais da revisão, os planos de restauração do poder económico e político dos monopólios (ligados ao imperialismo) e dos latifundiários, de liquidação do regime democrático.

O Governo da Aliança reaccionária não respeita nem Constituição, nem legalidade, nem ordem democrática.

O Governo da Aliança reaccionária não respeita as decisões que tomam outros órgãos de soberania (Presidente da República e Conselho da Revolução) no exercício das suas competências, nem as decisões dos tribunais quando lhe são contrárias.

O Governo da "AD" e a maioria da "AD" na Assembleia da República constituem um perigo real e iminente para o regime democrático.

Para salvar o regime democrático e a independência nacional, urge cortar o passo à ofensiva subversiva da reacção, correr com o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, repor com as eleições uma maioria democrática na Assembleia da República e formar um governo democrático que, no quadro do regime, garanta a continuação do Portugal de Abril.

2 O PCP PROCLAMA: A ALIANÇA REACCIÓNÁRIA ("AD") CAMINHA PARA A DERROTA

As forças reaccionárias procuram aparentar mais força do que aquela que têm.

Desmentindo a propaganda reaccionária, o PCP proclama: O povo não se deixa enganar, nem atemorizar. A democracia portuguesa tem mais força do que a reacção.

A Aliança reaccionária ("AD") julgava que sufocaria a vontade popular. Mas a classe operária, os trabalhadores, as massas populares, dando exaltantes provas de determinação e unidade — em grandiosas greves, concentrações, manifestações, lutas heróicas em defesa da Reforma Agrária e de outras conquistas democráticas —, resistem à política e à actuação inconstitucional, ilegal, arbitrária e subversiva do Governo "AD".

A Aliança reaccionária ("AD") julgava que imporia a aprovação e a promulgação das leis inconstitucionais e subversivas contra as conquistas da revolução e contra o processo democrático eleitoral (lei contra as nacionalizações, lei do recenseamento, projecto de lei eleitoral). Mas os outros órgãos de soberania, no exercício das suas competências, tomaram a única atitude constitucional possível: declarar inconstitucionais as leis que ostensivamente o eram.

A Aliança reaccionária ("AD") julgava ter protecção assegurada do poder judicial a todas as ilegalidades do Poder. Mas eis que tribunais, no uso da independência que a Constituição lhes confere, proferem sentenças a favor do povo contra o Governo.

A Aliança reaccionária ("AD") julgava que falsidades e indignas golpaças sem lei nem vergonha imporiam às instituições democráticas, o arbítrio e o despotismo do Governo reaccionário. Mas eis que os expedientes são desmascarados, provocam indignação e protesto e algumas de maior vulto (como a tentativa de promulgação da lei do recenseamento na ausência do Presidente da República) falham estrondosamente.

A Aliança reaccionária ("AD") julgava que a sua submissão ao imperialismo, o anunciado propósito de entregar ao estrangeiro o domínio da economia portuguesa, o seu seguidismo em relação às provocações de guerra fria dos belicistas dos Estados Unidos levariam os governos dos países imperialistas a darem-lhe um tratamento preferencial e um apoio incondicional. Mas a acompanhando os fracassos do imperialismo norte-americano no relançamento da guerra fria e as dificuldades internas do Mercado Comum, Sá Carneiro/Freitas do Amaral vêm saldar-se num vergonhoso fiasco a sua propagandeada viagem aos países da Europa Ocidental e a integração imediata de Portugal na CEE considerada a "prioridade das prioridades" da política externa.

A Aliança reaccionária ("AD") julgava ter uma duradoura solidez interna. Mas eis que, perante o impetuoso desenvolvimento da luta de massas e acompanhando os atrasos e fracassos do plano subversivo e o estendal de casos de corrupção e imoralidade, se agravam na "AD" contradições, rivalidades, discórdias e conflitos internos.

As forças reaccionárias perdem terreno dia-a-dia. Diminui o número dos que apoiam o Governo. Milhares de eleitores, que enganados votaram na "AD", expressam a sua desilusão e o seu protesto e participam na vaga de lutas populares. Diminui a base de apoio social e eleitoral do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Os fracassos de algumas das linhas de ataque da ofensiva da "AD" e a previsão da sua derrota nas eleições, levarão as forças reaccionárias por um lado a lançar grandes operações de magia e por outro lado, a acentuar as suas manobras desestabilizadoras. Tais eventualidades exigirão pronto desmascaramento e combate.

Entretanto, o que caracteriza fundamentalmente a evolução da situação política são as dificuldades e os fracassos crescentes na realização do plano subversivo da Aliança reaccionária.

Amadurece a crise do Governo "AD". A Aliança reaccionária caminha para a derrota.

3 O PCP PROCLAMA: AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DEVEM CORRER COM A REACÇÃO DO PODER

Os interesses do povo e do País, a salvaguarda do regime democrático e da independência nacional, exigem que o mais cedo possível, os inimigos da liberdade, da

democracia, do Portugal de Abril, sejam corridos do Poder. "Sá Carneiro para a rua!" é o grito das massas populares de Norte a Sul de Portugal.

O PCP proclama: A demissão urgente do Governo Sá Carneiro/F. do Amaral impõe-se por duas razões fundamentais.

A primeira, porque cada dia mais de Governo "AD" significa novas ilegalidades, novas violências, novas arbitrariedades, novas destruições, novos atentados contra as conquistas de Abril, novos sofrimentos do povo, novos crimes contra as liberdades e contra a democracia.

A segunda, porque a democraticidade das próximas eleições ficará gravemente comprometida se estiver no Poder um governo sem quaisquer escrúpulos, que inscreve no seu programa e tem mostrado na sua acção querer transformar as eleições numa mascarada que lhe assegurasse a ilegítima continuidade no poder.

Para salvaguarda dos interesses do povo, do País, da democracia, da independência nacional, impõe-se com urgência a demissão do Governo Sá Carneiro.

O povo reclama que ele seja demitido, sem perder tempo, antes das eleições. Mas, se o Governo Sá Carneiro, não se demitir nem for demitido até às eleições, é necessário que o povo o demita, recusando os votos à "AD" e elegendo uma maioria democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República.

O PCP alerta: Todos os portugueses devem ter plena consciência de que, se a Aliança reaccionária conseguisse de novo a maioria na Assembleia da República, os perigos para a democracia agravar-se-iam ainda mais. O plano subversivo conheceria novos e ainda mais perigosos desenvolvimentos.

O PCP proclama: Para todos os portugueses e portuguesas uma ideia deve estar presente: uma maioria da "AD" significaria a continuação (com perigos agravados) de um governo reaccionário cujo plano é destruir o regime democrático; uma maioria democrática (tendo como principais forças o PCP e o PS) significará a demissão obrigatória do Governo e a criação de condições para a formação de um governo democrático.

Para todos os portugueses e portuguesas que querem impedir que regresse o passado de opressão e terror, para todos aqueles que querem viver em liberdade e democracia, para todos aqueles que querem salvaguardar as conquistas de Abril, para todos aqueles que estão empenhados no desenvolvimento económico do País e na melhoria efectiva das condições de vida do povo, para todos aqueles que prezam a independência da Pátria, é tarefa inalienável derrotar a Aliança reaccionária nas próximas eleições para a Assembleia da República.

A democracia portuguesa tem de por-se ao abrigo de acções subversivas que pretendem liquidá-la. As próximas eleições para a Assembleia da República devem correr definitivamente com a reacção do Poder.

Nos Açores e na Madeira — onde o domínio do PPD impediu que até hoje chegasse verdadeiramente o 25 de Abril — irão realizar-se, possivelmente simultaneamente com as eleições para a Assembleia da República, eleições regionais, reguladas por uma lei inconstitucional.

Votando no PCP e na APU e elegendo deputados seus para as Assembleias Regionais, o povo dos Açores e da Madeira, na defesa dos seus interesses, dará a melhor contribuição para que o 25 de Abril chegue às Regiões Autónomas.

Votando no PCP e na APU, nas eleições para a Assembleia da República e nas eleições regionais, o povo dos Açores e da Madeira, dará a sua melhor contribuição para correr com a reacção do poder, para uma alternativa democrática na política nacional.

4 O PCP PROCLAMA: O VOTO NA APU É O VOTO NECESSÁRIO PARA A MAIORIA DEMOCRÁTICA

Uma vez garantido no essencial o carácter democrático das eleições, existem as condições fundamentais para derrotar a reacção e alcançar uma maioria democrática.

O PCP chama a atenção para uma tarefa fundamental a ser realizada desde já: informar, esclarecer, convencer, encorajar centenas de milhares de eleitores que enganados votaram na "AD", em particular pequenos agricultores e reendeiros, assim como asilados, velhos e doentes que foram coagidos ou pressionados. A formação em toda a parte de Comissões Eleitorais da APU desempenha importante papel no cumprimento desta tarefa.

Na batalha eleitoral que se avizinha, a grande tarefa das forças democráticas é ganhar os votos da parte do eleitorado que enganado votou na "AD".

O PCP empenhará os seus esforços para que votem na APU muitos eleitores que votaram na "AD".

PROCLAMAÇÃO ELEITORAL COM O PCP MAIORIA DEMOCRÁTICA DERROTA

Também a contribuição principal do PS para a derrota da reacção e para a vitória democrática nas eleições é ganhar votos à direita.

Não serve à vitória democrática colocar como objectivo nas eleições (como declaram dirigentes do PS) entrar no progresso da APU.

A derrota da reacção significa implicitamente a maioria democrática. Mas nenhum partido sozinho poderá constituir a alternativa para a actual maioria "AD".

O PS sozinho ou a "Frente Republicana e Socialista" não são uma alternativa, pois, mesmo que o PS recupere votos, o PS e a FRS alcançando na melhor das hipóteses cerca de 30% dos deputados, ficarão muito longe da maioria que lhes permitiria governar sem a necessidade de fazer alianças. E por isso é necessário que os dirigentes do PS esclareçam desde já qual será a sua política de alianças depois das eleições.

Ao afirmarem que a alternativa à Aliança reaccionária é o PS ou a Frente eleitoral em que se integra, os dirigentes do PS dão o seu contributo para a credibilidade da sua afirmação da propaganda reaccionária, quando diz que as forças democráticas não teriam alternativa de maioria parlamentar e de governo.

As candidaturas esquerdistas (tal como em eleições anteriores) dividindo os votos da esquerda e tornando inúteis e perdidos milhares de votos em candidatos sem possibilidades de serem eleitos, aparecem objectivamente com a missão de facilitar a vitória dos candidatos reaccionários e dificultar a alternativa democrática.

O PCP proclama: Existe uma alternativa. Existe de facto a possibilidade de uma maioria democrática na Assembleia da República e de uma alternativa democrática de governo.

Uma maioria democrática e uma alternativa democrática, se não são possíveis sem o PS, não são tão pouco possíveis sem o PCP, sem a APU.

É absolutamente certo que, nas condições actuais, uma maioria democrática será fundamentalmente do PS e do PS.

O PCP tem insistido infatigavelmente na necessidade do entendimento entre todos os democratas designadamente de socialistas e comunistas.

Uma vez que a direcção do PS tem recusado esse entendimento e continua voltada para soluções de compromisso com a direita, uma maioria democrática efectiva — será tanto mais possível quanto mais forte for a representação do PCP, da APU, na Assembleia da República.

Uma maioria democrática e uma alternativa democrática serão possíveis não com o enfraquecimento do PCP e da APU (como pretendem o PS e alguns sectores esquerdistas) mas necessariamente com o seu reforço, com uma votação em massa no PCP, na APU.

A deslocação dos votos dados ao PS e aos esquerdistas para a APU continuará a ser uma contribuição para a unidade e luta consequente e comum dos democratas, para a maioria democrática, para a alternativa democrática. Enquanto a deslocação de votos da APU para o PS significaria o enfraquecimento do poder democrático mais firme e consequente e animaria no PS as tendências favoráveis a um acordo com o PPD e a deslocação de votos do PS para a APU, nada diminuiria a força democrática global, reforçaria as possibilidades de transformar a maioria democrática numérica em maioria política real.

A Aliança Povo Unido — coligação eleitoral do PCP e do MDP/CDE — pelos seus objectivos claros e pela sua dinâmica unitária, está em condições de congregar vastíssimas zonas do eleitorado em torno dos ideais de Abril. O PCP declara que tudo fará para que participe na APU e nas suas listas um grande número de democratas independentes e eventualmente de outras formações políticas.

O voto na APU é o voto mais útil e mais eficaz para derrotar a direita, o mais seguro e certo dos votos na democracia.

Em numerosos distritos, é a APU que tem mais possibilidades de fazer eleger um candidato seu, fazendo a "AD" perder o candidato correspondente.

Mesmos naqueles distritos onde até hoje o PCP e a APU não elegeram deputados, têm agora mais possibilidades de fazê-lo.

O voto na APU, o voto no PCP, é o voto nas forças democráticas mais consequentes, nas forças que não traem, que não vacilam, que não hesitam, sejam quais forem as condições, na defesa dos interesses dos trabalhadores, das classes e camadas laboriosas, de todo o Povo português, na defesa das liberdades e das outras grandes conquistas de Abril, na defesa do regime democrático e da Constituição que o consagra.

O voto na APU é o voto em democratas que defendem consequentemente a unidade.

O voto na APU é a contribuição mais eficaz para que o PS assuma o seu lugar no campo democrático e não retorne as suas alianças com a direita.

O voto em massa na APU e o aumento do número

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

PORTO
JUN. 1980

DECLARAÇÃO DA MAIORIA DO PCP COM A APU DEMOCRÁTICA DA "AD"



seus deputados será um factor decisivo para produzir a um entendimento entre todas as forças democráticas.

O reforço do PCP e da APU, o aumento do número de deputados a eleger pela APU, é um objectivo fundamental e condição essencial para derrotar a reacção, corrê-la do Poder, possibilitar uma alternativa democrática com um governo democrático.

5 O PCP PROCLAMA: A MAIORIA DEMOCRÁTICA TEM DE SER A BASE DE UM GOVERNO DEMOCRÁTICO

Para salvaguardar as liberdades e o regime democrático é necessário mas não basta reduzir a "AD" a uma minoria na Assembleia da República. É necessário mas não basta que na Assembleia exista (como existiu desde a Constituinte de 1975 até 1979) uma maioria de deputados do PCP e do PS.

É necessário e essencial também que a maioria de deputados do PCP, do PS e de outros partidos democráticos na Assembleia da República seja o suporte efectivo para a formação de um governo democrático.

O PCP adverte que se oporá firmemente a qualquer projecto de formação de um governo no resultado de um novo acordo (expresso ou tácito) do PS com a Aliança Reaccionária ou com qualquer dos partidos que a compõem.

A formação da maioria parlamentar reaccionária e do governo reaccionário do PPD e CDS em 1979-80 e os danos e perigos que daí resultaram encerram uma lição para todos os democratas e patriotas têm estrita obrigação de ter presente.

Derrotada a "AD" e alcançada uma maioria de deputados democratas na Assembleia, os partidos respectivos não podem faltar ao dever indeclinável de chegarem a um entendimento com o condição para uma alternativa de governo.

Um tal entendimento ampliaria a influência do campo democrático na sociedade portuguesa e daria uma sólida e estável base de apoio social e político à alternativa democrática de governo.

O PCP defende uma solução de governo apoiado por todas as forças e sectores que se identificam, no essencial, com as conquistas e os ideais do 25 de Abril, e contando com o apoio activo dos trabalhadores e das massas populares da população portuguesa.

O PCP defende a formação de um governo democrático amplamente representativo com a participação do PCP. A experiência mostra que o PCP é o único que defende consequente e abnegadamente os interesses dos trabalhadores e das massas populares, as conquistas da revolução, o regime democrático consagrado na Constituição.

Por isso, os trabalhadores e as massas populares devem cada vez mais como garantia de uma política democrática a participação do PCP no governo.

Entretanto, o PCP desde já declara que, em qualquer caso, estará pronto a examinar todas as soluções constitucionais que permitam o afastamento imediato do poder dos partidos reaccionários e a formação de um governo democrático com uma política democrática.

6 O PCP PROCLAMA: PREPAREMOS NAS LEGISLATIVAS A VITÓRIA NAS PRESIDENCIAIS

Os partidos reaccionários falam muito nas eleições presidenciais e pouco nas legislativas (para a Assembleia da República).

Procedem assim porque têm medo. Medo que, sem um recenseamento-burla e sem uma lei eleitoral-burla, devam a sofrer uma estrondosa derrota nas eleições legislativas.

Procedem assim porque procuram também, através de candidatos militares reaccionários à Presidência, provocar divisões e desestabilização nas Forças Armadas em ambientes propícios a pressões e pronunciamentos.

O Povo português, os democratas portugueses não se devem deixar arrastar para a discussão das eleições presidenciais e dos candidatos, desviando as atenções e esforços que é necessário concentrar nas eleições legislativas.

O PCP sublinha que os resultados das eleições para a Assembleia da República exercerão profunda influência nas eleições presidenciais. Poderão determinar a desistência de candidaturas já anunciadas

e a apresentação de novas candidaturas. O candidato da "AD", Soares Carneiro — militar anti-25 de Abril — é duvidoso que continue a ser apoiado pela "AD" no dia em que esta perder as eleições para a Assembleia da República. Pires Veloso e Galvão de Melo podem vir a desistir, apesar dos juramentos que fazem em contrário.

A derrota da "AD" e a vitória democrática nas eleições para a Assembleia da República prepararão a derrota da "AD" e a vitória democrática nas eleições presidenciais.

Seria de desejar que as forças democráticas em conjunto estivessem em condições de apresentar desde já um candidato comum que, além do mais, poderia constituir um sério estímulo para a vitória democrática nas eleições legislativas. Como é sabido não estão porém criadas condições para uma tal candidatura.

A candidatura de Otel Saraiva de Carvalho e todas as suas declarações e actuações bem como o desmembramento da sua "Frente", mostram sem sombra de dúvida que se trata de uma candidatura divisionista, cuja missão, objectivamente considerada, é dividir os votos da esquerda e; nas eleições para a Assembleia da República e para a Presidência, enfraquecer respectivamente as votações da APU e no candidato que o PCP vier a apoiar e facilitar a eleição dos candidatos da direita.

As candidaturas para a Presidência da República podem ser apresentadas até pelo menos finais de Outubro. O PCP reserva por enquanto a sua atitude.

O PCP admite poder vir a promover uma candidatura (de um civil ou um militar) ou poder vir a apoiar um candidato promovido ou apoiado por outras forças democráticas. O PCP declara-se pronto a discutir com outras forças e sectores democráticos todos os problemas relativos às eleições presidenciais, com vista a adiantar-se trabalho para a derrota do candidato ou candidatos da reacção e para a apresentação de um candidato e a eleição de um Presidente que esteja em condições de garantir e garantir a defesa da Constituição e do regime democrático.

7 O PCP PROCLAMA: ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA SIGNIFICA UMA POLÍTICA NACIONAL COM PORTUGAL DE ABRIL

Uma alternativa democrática — uma maioria democrática na Assembleia da República e um governo democrático — significam uma política democrática que defenda, consolide e prossiga o regime consagrado na Constituição da República.

O PCP apresenta ao eleitorado uma plataforma para a alternativa democrática: UMA POLÍTICA NACIONAL COM PORTUGAL DE ABRIL.

A política proposta pelo PCP, contém 5 pontos essenciais:

1. Política de liberdade
2. Política de desenvolvimento
3. Política de bem estar e de cultura
4. Política de legalidade, estabilidade e tranquilidade pública
5. Política de independência, de paz e cooperação.

Os 5 pontos de UMA POLÍTICA NACIONAL COM PORTUGAL DE ABRIL serão desenvolvidos no Programa Eleitoral do PCP a apresentar ulteriormente pelo Comité Central.

1. Política de liberdade, significa:

Garantia do exercício das liberdades democráticas em todo o território nacional: liberdade de imprensa sem quaisquer formas de censura, liberdade de formação e actividade dos partidos políticos, liberdade de associação em geral, liberdade de reunião e manifestação, liberdade sindical, liberdade religiosa, direito à greve, garantia de que leis e decretos não podem pôr em causa as liberdades e direitos que pretendam regulamentar. Efectivo pluralismo nos meios de comunicação social do Estado. Proibição de discriminações profissionais por motivos políticos.

2. Política de desenvolvimento significa:

Nova dinâmica assente no aproveitamento dos recursos nacionais, na mobilização das energias internas e na diversidade das formações económicas criada pela revolução (sector nacionalizado, UCPs/Cooperativas da Reforma Agrária, sector privado, sector cooperativo, sector

autogerido, pequena produção mercantil). Aumento da produção da indústria, da agricultura e das pescas. Relançamento dos grandes projectos nacionais. Desenvolvimento regional. Apoio às pequenas e médias empresas industriais e comerciais e pequenos e médios agricultores e reprodutores. Política orçamental, política fiscal, política bancária e de crédito, política cambial, política industrial, política agrária, política comercial — inspiradas pelo objectivo superior do desenvolvimento e progresso nacional que assegure o bem-estar dos portugueses e a independência da Pátria.

3. Política de bem-estar e de cultura significa:

Contratação colectiva e obrigatoriedade do seu cumprimento. Aumento dos salários reais. Proibição dos despedimentos sem justa causa. Estabilidade do emprego e criação de postos de trabalho. Alargamento dos benefícios sociais. Estabilidade dos preços dos géneros de primeira necessidade. Combate à subida do custo de vida e à especulação. Revisão do regime de contratos a prazo. Aumento das reformas e pensões, melhoria da situação dos reformados e deficientes. Defesa dos direitos das mulheres, dos jovens e das crianças. Melhoramento das condições de formação, de vida e de trabalho dos intelectuais e quadros técnicos. Nova política de habitação. Serviço Nacional de Saúde. Defesa do meio ambiente. Defesa dos interesses dos trabalhadores emigrados. Reforma do ensino para a democracia e o progresso social. Extinção do analfabetismo. Promoção da investigação científica e da criação artística. Cultura e desporto ao serviço do povo.

4. Política de legalidade, estabilidade e tranquilidade pública significa:

Respeito pela Constituição e pela legalidade democrática por parte não só dos cidadãos como por parte dos órgãos de soberania e do aparelho do Estado. Unidade das Forças Armadas na defesa do regime e da independência nacional. Autonomia regional ao serviço das populações, com descentralização efectiva no quadro da unidade do Estado. Programa e actuação do governo na base da nova realidade económica, social e política criada pela revolução. Respeito pelos limites das diversas formações que constituem a real estrutura económica do Portugal de Abril. Anulação e rectificação de medidas e actos inconstitucionais e ilegais tomados pelos governos de direita. Reposição da legalidade democrática. Soluções negociadas para conflitos. Combate à violência, ao terrorismo, ao banditismo, à corrupção, à droga, à pornografia e todas as formas de degradação da dignidade humana.

5. Política de independência, de paz e cooperação significa:

Diversificação das relações externas na base da igualdade, respeito pela independência nacional e pela soberania, vantagens recíprocas e não ingerência nas questões internas. Negociações de novos acordos com o Mercado Comum, excluindo a integração. Contenção da participação militar na NATO. Cooperação com os países capitalistas da Europa e com os Estados Unidos. Desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, os países socialistas e os países do chamado Terceiro Mundo. Posições internacionais favoráveis à coexistência pacífica, ao desarmamento, ao desarmamento e à paz.

O PCP considera como pontos fulcrais e decisivos para a estabilidade, consolidação e prosseguimento do regime democrático, aos quais deve ser dada pronta resposta por uma maioria democrática na Assembleia da República e por um governo democrático.

● a rectificação das decisões e actuações inconstitucionais e ilegais dos governos reaccionários;

● o nível de vida dos trabalhadores e das massas populares (salários, preços, direitos sociais, direito ao trabalho, reformas, pensões, abonos de família);

● a Reforma Agrária (cessação da ofensiva, revogação da lei Barreto e das leis da cortiça, liquidação efectiva dos latifúndios, apoio efectivo às UCPs/Cooperativas, entrega aos pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas das terras que estão por apropriar);

● as nacionalizações (apoio aos sectores e empresas, e à sua reestruturação, abandono definitivo de qualquer política de privatização);

● a situação dos pequenos e médios agricultores — proprietários, reprodutores e seareiros

(preços assegurados, garantia do escoamento de produtos, preços bonificados dos factores de produção, crédito acessível, lei do Arrendamento rural, extinção da parceria e da colónia, garantia da gestão dos baldios pelos povos);

● a situação nos meios de comunicação social estatizados (garantia do pluralismo e da independência e reposição da legalidade).

UMA POLÍTICA NACIONAL COM PORTUGAL DE ABRIL, corresponde inteiramente aos interesses do povo português e da Pátria portuguesa.

O PCP está certo de que os objectivos contidos nesta plataforma contribuirão para o esclarecimento do eleitorado na campanha que se aproxima.

O PCP está certo de que esta plataforma encontrará largo apoio em todos os que pretendem defender e continuar um Portugal livre, democrático e independente.

8 O PCP PROCLAMA: COM A VONTADE DO POVO PORTUGUÊS SEGUIRÁ O CAMINHO DA LIBERDADE

As próximas eleições para a Assembleia da República, além de toda a importância que lhes confere o decidirem de uma maioria parlamentar reaccionária ou de uma maioria parlamentar democrática e; em consequência, da natureza política do futuro governo, têm ainda uma importância especial resultante dos poderes de revisão constitucional da Assembleia que for eleita.

A revisão constitucional, para ser legal, tem de observar os limites materiais (matérias insusceptíveis de revisão) e formais (necessidade de maioria de dois terços) indicados na Constituição.

O plano da reacção é desrespeitar frontalmente esses limites e, liquidando a Constituição, liquidar o regime democrático.

Assim, nas próximas eleições, o voto em massa dos democratas terá um duplo efeito; derrotar a "AD" elegendo uma maioria democrática e reforçando a representação do PCP; e garantir que a revisão constitucional não dará lugar a um golpe de Estado encapotado e observará os preceitos constitucionais.

O PCP fará na altura própria as suas propostas de revisão constitucional.

Para já esclarece que defende a continuação da interdependência, equilíbrio e complementariedade dos órgãos de soberania.

Não se opõe à continuação do Conselho da Revolução, defende que no caso do seu desaparecimento, deve ser assegurada a transferência das suas competências fundamentais para outros órgãos, existentes ou a criar, permitindo a continuação legítima e necessária dos militares de Abril em órgãos de soberania.

Defende a salvaguarda do estatuto de organização económica e do projecto de transformação social contido na Constituição, bem como o reforço das liberdades e direitos dos cidadãos.

O reforço da representação do PCP e da APU na Assembleia da República será a melhor contribuição para que a revisão constitucional não ponha em causa o regime democrático e as suas conquistas.

Em última instância é o povo português que decide da sorte de Portugal.

Votando na democracia, votando na APU e no PCP, o Povo português assegurará a continuação do Portugal livre, democrático e independente.

A derrota da "AD" e a vitória democrática nas próximas eleições para a Assembleia da República deverá significar:

- que o PPD e o CDS são corridos do Poder;
- que se formará uma maioria democrática na Assembleia da República;
- que se formará um governo democrático ao serviço do povo; com uma sólida base parlamentar, política e social;
- que a revisão constitucional não enfraquecerá antes reforçará o regime democrático.

Concentrando os seus esforços e energias nas grandes lutas da actual conjuntura, pondo como objectivos fundamentais dos democratas no próximo futuro ganhar as eleições para a Assembleia da República, correr os partidos reaccionários do Poder e concretizar uma alternativa democrática que assegure a consolidação do regime consagrado na Constituição, lutando para que a revisão constitucional tenha lugar no rigoroso quadro legal do regime vigente — o PCP mantém sempre presente a evolução necessária da sociedade portuguesa.

Partido da esperança e da confiança no futuro, um número cada vez maior de portugueses e portuguesas apoia a política e acção do PCP. A meta de mais 10 000 novos militantes até à Conferência Nacional foi largamente excedida. Inscreveram-se no Partido 17 590 novos militantes no espaço dos últimos 5 meses. O número de membros do Partido, que era de 164 713 na altura do IX Congresso em Maio-Junho de 1979, é actualmente de 187 018.

Partido da verdade, partido de uma só cara, partido de palavra, o PCP apresenta-se ante o eleitorado, fiel ao seu programa, às suas declarações, aos seus compromissos.

O PCP proclama que a consolidação e a continuação das liberdades e da democracia política são inseparáveis da consolidação e da continuação das outras grandes conquistas democráticas do Povo português: as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e outros direitos dos trabalhadores.

O PCP proclama que o caminho seguro e promissor da democracia portuguesa é o caminho do socialismo.

Com o PCP
Com a APU

Avante para a derrota da "AD" nas próximas eleições!
Avante por uma maioria democrática e por um governo democrático!

ABRIL VENCERÁ!

Porto, 14 de Junho de 1980

A Conferência Nacional do
Partido Comunista Português

CONFERENCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUES PORTO JUN. 1980

INTERVENÇÕES • INTERVENÇÕES • INTERVENÇÕES • INTERVENÇÕES • INTERVENÇÕES

Política Social

(...) Só um governo democrático, só com o PCP/APU é possível realizar uma política que concretiza na prática um SNS geral, universal e gratuito que garanta o efectivo direito à saúde a todos os portugueses, independentemente da sua situação económica ou da localidade em que vivem.

(...) De entre as prioridades da política social preconizada pelo PCP permitam que saliente desde já as seguintes, como compromisso claro a cumprir após as eleições: - Actualização regular das pensões de reforma, invalidez, e velhice de acordo com o aumento do custo de vida e participação das famílias; lançamento da rede oficial de Jardins de Infância; alargamento do número de creches particularmente nas zonas rurais e cinturões industriais; incremento dos centros de ocupação dos tempos livres, das crianças e apoio efectivo a todas as iniciativas populares neste domínio.



Zita Seabra, do CC

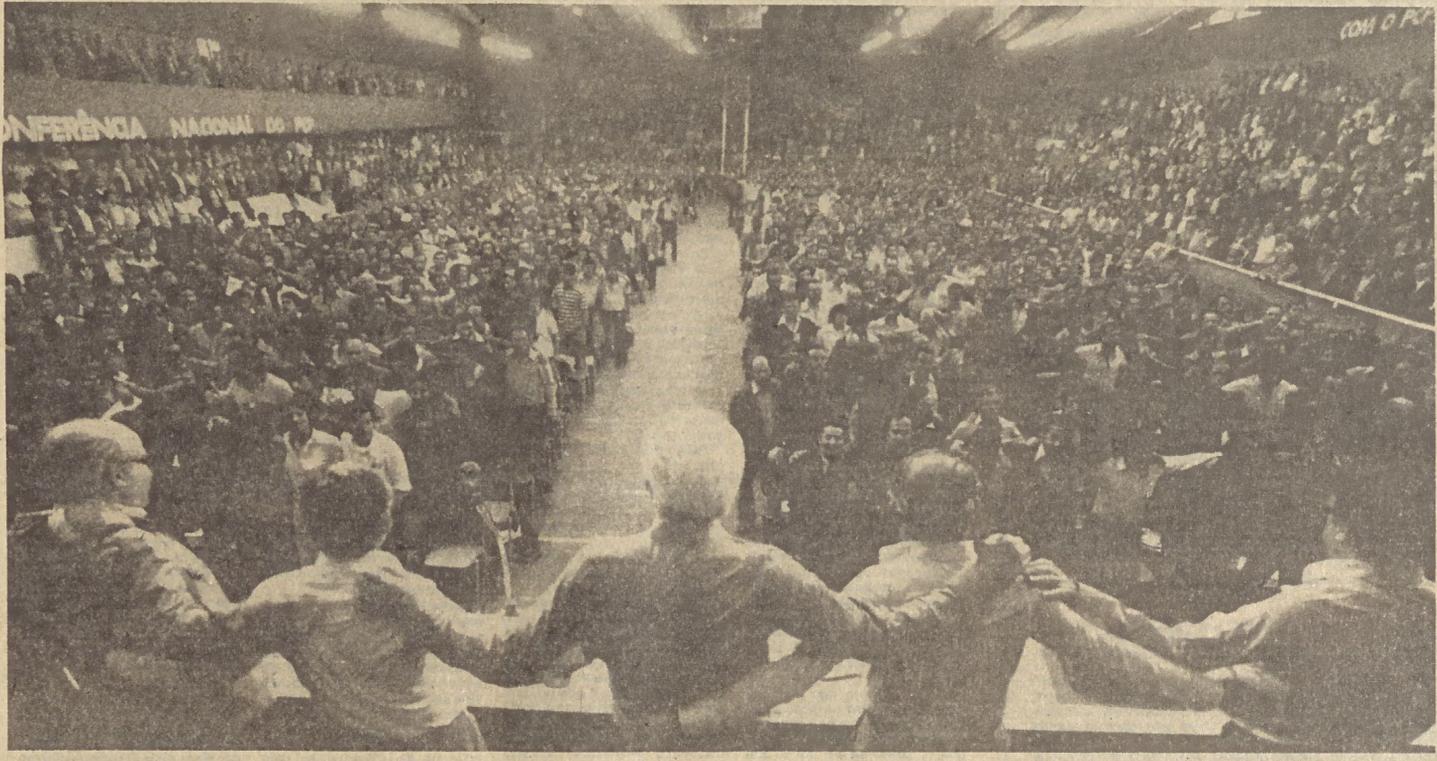
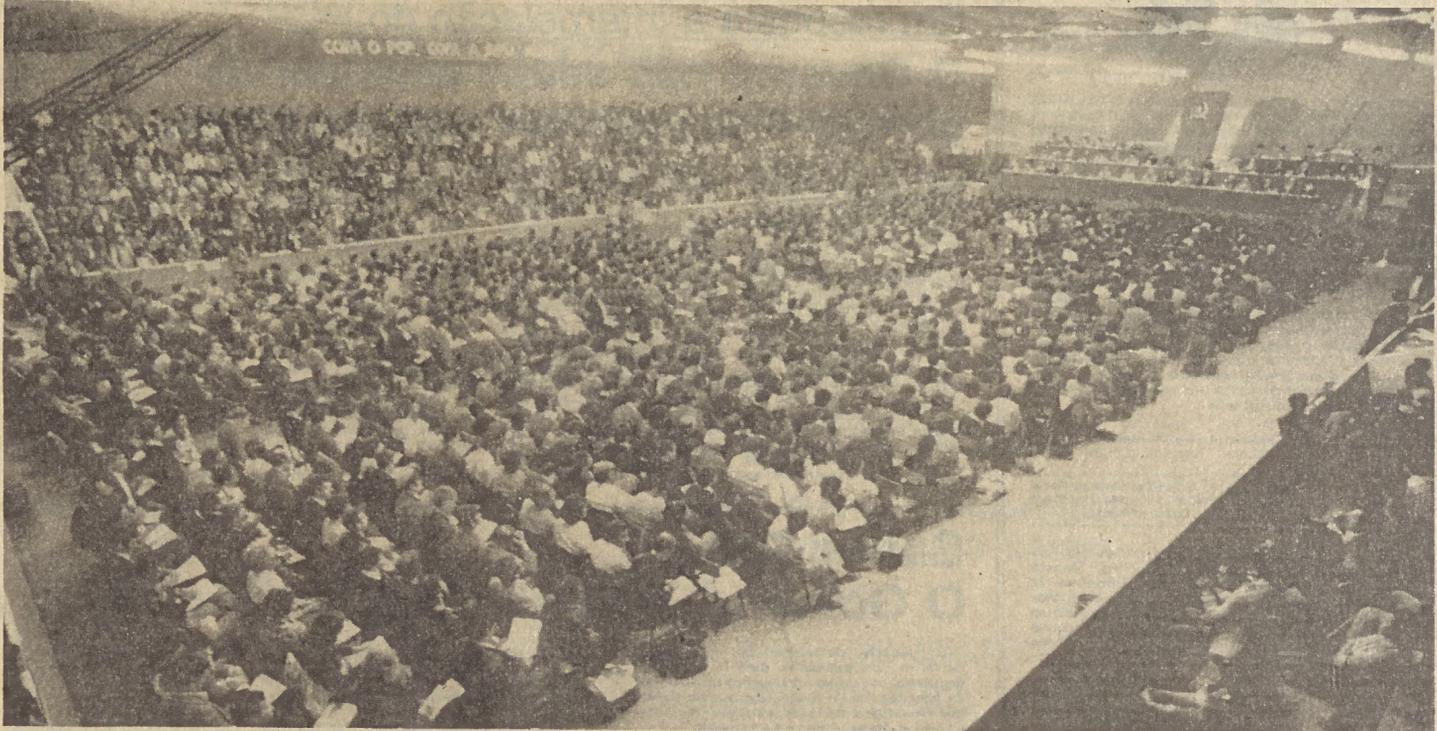
Distrito de Vila Real

A política da Aliança reacçãoista nada tem de comum com os interesses da população de Trás-os-Montes. A AD, fala em defender as populações; no entanto, camaradas, a palavra defesa para a AD significa roubar 1 065 685 contos ao nosso distrito. Paroquem pagá-los a alfinar que fazem uma gestão honesta. A experiência de Valpaços é significativa, as falcatruas são tão descaradas que são os próprios eleitos da AD a denunciar-se, caso do presidente da Assembleia Municipal eleito pelo PPD e agora um vereador do CDS.

gastar 400 mil contos em obras de fachada. Prometeram a saúde ao povo transmontano mas procuram acabar com o Serviço Nacional de Saúde. O seu autarca de Mesão Frio, Mondim de Basto e Abaços, boicotam por formas diversas a instalação de postos clínicos, importantes para as populações. O ministro do Trabalho vai a Trás-os-Montes. Que faz? Fala com os assalariados agrícolas do Douro? Com os das Minas de Vila Nova ou Jales? Com os operários cerâmicos de Chaves ou das águas minerais da Região? Não camaradas! Numa boa demonstração do espírito de classe do seu Governo, almoça, janta e passeia com os administradores. Não se encontrou com os sindicatos mas foi ouvir e aplaudir como exemplo de eficiência de gestão o encerramento da Vicominas que provocará o desemprego de dezenas de trabalhadores.



Luís Correia, da DORT



Os comunistas na AR

Estamos num momento muito alto da nossa influência e prestígio nacionais. As grandes acções de massas destas cinco meses, além dos sérios reveses que infligiram ao Governo da AD, e a presença e continuidade a representar para o movimento popular, para o PCP e os seus aliados, uma preparação insubstituível para as eleições. Nas mãos dos comunistas constitui uma base muito séria de esclarecimento e conscientização dos trabalhadores e do povo em geral. Para os partidos da reacção, os esquerdistas e mesmo para o PS, os seus relatórios de promessas eleitorais acabam por ficar como verdadeiros libelos acusatórios da demagogia que constitui o cerne da sua política e da falsidade ou da inoperância que constitui a tónica do seu comportamento.

Assembleia da República, as nacionalizações e outras conquistas de Abril, é também a política de profundo agravamento das condições de vida do povo português, com a agudização da carestia de vida, do congelamento dos salários e da contratação colectiva, o despedimento em massa, a degradação da segurança social, da habitação e da saúde. O objectivo de ganhar para o campo da democracia (e especialmente de ganhar para o campo da APU) os votos de parte do eleitorado que engadido votou na AD é, como se vê, realizável, está ao nosso alcance.

Um exemplo. Assumimos na última campanha eleitoral o compromisso firme de lutarmos na AR pela revogação do acelerado decreto das rendas de casa do Governo Mota Pinto. Hoje, prestado cortas à Conferência Nacional do Partido com a qual também assumimos há 8 meses esse compromisso e por intermédio dela, a todos que deram a sua confiança ao PCP e à APU nas últimas eleições podemos declarar: o decreto das rendas de casa de Mota Pinto foi revogado! Foi revogado por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP.

características e princípios fundamentais do regime democrático: os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais; o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos; a eliminação dos monopólios e latifúndios; o sistema de representação proporcional; a separação e interdependência dos órgãos de soberania; a autonomia das autarquias locais; autonomia político-administrativa dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Um outro problema candente no nosso distrito é sem dúvida o dos baldios. Apesar de grande parte dos compartes serem votantes da AD, conhecem os seus direitos e quando sabem que o Governo rouba os baldios dizem: mas isso é o fascismo, então os fascistas voltaram! (...) Ao falarmos do crescimento do movimento popular não podemos deixar de ligar o desenvolvimento do nosso Partido, força essencial para a defesa e consolidação das liberdades na região. Desta tribuna podemos afirmar que desde Janeiro deste ano mais de 400 novos militantes se juntaram a nós engrandecendo assim as fileiras no nosso Partido.

incinstitucionalidade que justificasse que a revisão da Constituição se transformasse na aprovação de uma nova Constituição ao gosto da reacção e do imperialismo. A actualização do Governo S. S. Carneiro/Freitas do Amaral é, na verdade, um amontoado de inconstitucionalidades e ilegalidades em todos os domínios, mas o Governo não conseguiu fazer passar as grandes peças de demolição constitucional, tais como a lei da destruição das nacionalizações, as leis da mascarada eleitoral (reencensamento e lei eleitoral) e a apelidada lei-quadro do referendo.

Defesa do estatuto da organização económica e do projecto de transformação social contido na Constituição. Manutenção da interdependência, equilíbrio e complementaridade dos órgãos do Poder no quadro de um sistema misto como o actual. Caso desapareça o Conselho da Revolução (o que o PCP não considera obrigatório) transferência das suas competências funda-

mentais para outros órgãos, existentes ou a criar, que permita a continuação legítima e necessária dos militares de Abril em órgãos de soberania. Reforço dos poderes da Assembleia da República perante o Governo. Nas próximas eleições legislativas está em causa não só o futuro do distrito para a política de Portugal, como está em causa a própria continuação do regime democrático-constitucional e o prosseguimento da democracia portuguesa. A derrota da reacção que será novamente colocada em minoria na Assembleia da República é o caminho que conglutará os maiores perigos e arredará as piores ameaças.

Defesa do estatuto da organização económica e do projecto de transformação social contido na Constituição. Manutenção da interdependência, equilíbrio e complementaridade dos órgãos do Poder no quadro de um sistema misto como o actual. Caso desapareça o Conselho da Revolução (o que o PCP não considera obrigatório) transferência das suas competências funda-

Distrito de Évora

(...) A reacção fala muito da perda de influência do PCP no Alentejo. Porém a realidade vai contra a sua propaganda mentirosa. Cresce a confiança das massas populares na palavra e na acção dos comunistas. Na campanha nacional de recrutamento de mais 10 mil membros, no que diz respeito ao nosso distrito e à DORA ultrapassamos as nossas metas. Cresce a votação no PCP e na APU.

subimos para 43% para a Assembleia da República e nas intercalares de Dezembro de 1979 subimos para 49,9%. Nas eleições autárquicas do mesmo ano ultrapassamos os 50%. Isto quer dizer, camaradas, que no distrito de Évora em cada 2 eleitores um vota na APU.



Eufália Miranda, da Com. Dist. de Évora

Cooperativas e autogestão

Nascerdas, na esmagadora maioria, com Abril e a Revolução as cooperativas de produção industrial e serviços e as empresas em autogestão assim como as cooperativas de consumo e de habitação — são com Abril vencerão!

— apoio eficaz sem interferência do aparelho do Estado; — a banca nacionalizada e o sector empresarial do Estado; — como forte apoio destes sectores; — crédito mais fácil e linhas de crédito bonificadas; — resolução urgente e justa dos problemas patrimoniais das empresas em autogestão e de muitas cooperativas; — legislação protectora do sector, elaborada com a participação activa dos trabalhadores e das suas



J. Aires Mendes

Semana

11 Quarta-feira 1975 - O Centro de Trabalho do PCP em Fafe é atacado à granada por reacionários, que se põem em fuga.

Grças ao apoio de muitos dos seus companheiros, os 212 trabalhadores despedidos da Standard Eléctrica Portuguesa ocupam os seus postos de trabalho e laboram normalmente, apesar de se encontrar na portaria das instalações uma lista com os seus nomes para a proibição da sua entrada. O Presidente da República, general Ramalho Eanes, declara à ANOP que ainda não foi marcada a data para a realização das próximas eleições legislativas, acrescentando que a sua marcação está neste momento dependente de um estudo ainda em curso na Presidência da República e de contactos posteriores com os partidos. A Frente Polisário reivindica o apressamento do pesqueiro português «Rio Vouga» e a detenção dos seus 15 tripulantes. Em mensagem dirigida ao Presidente da República portuguesa a propósito do Dia de Portugal, o presidente moçambicano Samora Machel reitera o seu desejo de promover com o nosso país as melhores condições de cooperação e amizade. O PCP interpela o Governo acerca da sua «política social» apresentando dados concretos, acusando e interrogando; a «resposta» governamental caracterizou-se pela evasiva, demagogia, deturpação de factos e a apresentação de pré-fabricados discursos de propaganda.

12 Quinta-feira 1875 - A figura do Zé Povinho, criada por Rafael Bordalo Pinheiro, surge pela primeira vez na revista «A Lanterna Mágica».

No final do debate sobre a «Política Social» do Governo «AD» o grupo parlamentar do PCP anuncia a apresentação de uma moção de censura ao Governo PPD/CDS. Reúnem-se em plenário cerca de mil dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do Porto, tendo-se no final feito um apelo para a participação massiva na próxima manifestação do dia 21 de Junho contra a política do Governo, a exigência da sua demissão e da formação de um governo democrático que sirva os interesses dos trabalhadores e do país. A lista «B», concorrente às eleições do Sindicato dos Escritórios (Stiese), pede a anulação do acto eleitoral, baseada em diversas irregularidades, nomeadamente na convocatória, critérios de escolha dos delegados ao congresso e introdução da modalidade do voto por envelope. Membros eleitos para as autarquias dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal avistam-se na AR com representantes dos grupos parlamentares do PCP, MDP e PS e com um dos vice-presidentes da AR, a quem expõem o clima de violência, repressão e ilegalidade imposto pelo MAP na zona da Reforma Agrária, exigindo a demissão imediata do Governo PPD/CDS e a sua substituição por um governo democrático. O PPD/PSD e o CDS divulgam comunicados onde «criticam» o conteúdo do discurso do Presidente da República no dia 10 de Junho, em Leiria. Mais de meio de milhão de dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs do distrito de Lisboa reúnem-se para preparar a jornada de luta a realizar no próximo dia 21 contra a política do Governo.

13 Sexta-feira 1888 - Nasce o poeta Fernando Pessoa.

A declaração final da conferência cimeira da Comunidade Económica Europeia (CEE) não menciona sequer a questão do alargamento da Comunidade a Portugal e Espanha. O Secretariado das UCPs e Cooperativas do Distrito de Évora apela aos trabalhadores da Reforma Agrária para que prossigam no tratamento e recolha dos frutos pendentes, promovendo novas jornadas de luta. O PS e o PCP impugnam a admissão pela mesa da Assembleia da República do projecto de lei-quadro do referendo da autonomia dos «reformadores». O ministro moçambicano dos NE, Joaquim Chissano, anuncia a visita ao seu país, na próxima semana, de uma delegação do PCP chefiada por Alvaro Cunhal.

14 Sábado 1974 - É criado o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Os delegados da lista «B» ao Congresso do Sindicato dos Escritórios do Sul e Ilhas, a decorrer na Voz do Operário em Lisboa, abandonam os trabalhos por considerarem não existirem condições mínimas de democraticidade. Inicia-se no Porto a Conferência Nacional do PCP com um único ponto na ordem de trabalhos: «O PCP e as eleições para a Assembleia da República». Chega a Lisboa o presidente do Senegal, Leopoldo Senghor, que é aguardado no aeroporto pelo Presidente português, general Ramalho Eanes. Em plenário de dirigentes, delegados sindicais e comissões de trabalhadores dos concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras e Amadora é eleita uma comissão de solidariedade para com os trabalhadores despedidos da Standard Eléctrica.

15 Domingo 1911 - Reúne pela primeira vez a Assembleia Constituinte da República Portuguesa.

O Tribunal da Relação do Porto recusa provimento a um recurso apresentado por Ramiro Moreira, o principal réu da rede bombista responsável pelo rebentamento de centenas de explosivos em 1976, quando este pedia a anulação de um despacho do juiz de Póvoa de Varzim, que prolongou a prisão do réu. Realiza-se no Vale do Silêncio dos Olivais, em Lisboa, a Festa da Liberdade, iniciativa da DORL do PCP. Sá Carneiro «intima» o Presidente da República, general Ramalho Eanes, a não se recandidatar à Presidência. Em entrevista ao semanário «Expresso» o constitucionalista francês Maurice Duverger afirma a propósito da tentativa ilegal de efectuar um referendo para modificar a Constituição da República, que «Sá Carneiro está a ir longe de mais» e que tal poderia levar à «sul-americanização do regime».

16 Segunda-feira 1808 - Tumultos em Lisboa contra os invasores franceses.

É noticiado na imprensa que a «Fundação Fenix», organização sediada em Amesterdão e ligada a meios financeiros norte-americanos, intensificou o seu «apoio» às forças separatistas que actuam nos Açores. A maioria de direita da Comissão Permanente da Assembleia da República impõe uma resolução anticonstitucional e anti-regimental, destinada a impedir, nomeadamente, a discussão e votação da moção de censura ao Governo apresentada pelo PCP. O Conselho de Redacção da RDP denuncia em comunicado que nesta área de Informação se agravam os casos de censura e avoluma-se a manipulação. A administração da Standard Eléctrica retira as cadeiras e as máquinas aos 212 trabalhadores despedidos arbitrariamente, com autorização do Governo PPD/CDS.

17 Terça-feira 1922 - Gago Coutinho e Sacadura Cabral chegam ao Fio de Janeiro, completando a primeira travessia aérea do Atlântico Sul.

Para uma visita de seis dias à R.P. de Moçambique a convite do Presidente Samora Machel, chega ao Maputo uma delegação do PCP chefiada por Alvaro Cunhal e integrando ainda Carlos Costa da Comissão Política e do Secretariado do CC. Uma greve de 24 horas decretada pela Federação dos Sindicatos dos Ferroviários em defesa das reivindicações dos trabalhadores para a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho, paralisa completamente toda a rede ferroviária nacional. O Ministério da Administração Interna solicita aos Municípios «sugestões e críticas» sobre uma proposta de projecto de decreto-lei com o qual o Governo pretende criar um «Conselho Nacional de Municípios», cuja legitimidade oferece as maiores dúvidas à oposição, considerando-a a APU uma tentativa de asfixia do poder local.

Os Comunistas na Assembleia da República

Em resposta à interpelação do PCP O Governo não soube defender-se porque a sua política não tem defesa

Logo na abertura do debate sobre a interpelação do PCP, com a intervenção do camarada Veiga de Oliveira, os ministros presentes e os seus deputados reacionários devem ter tido a sensação de se terem sentado não nas bancadas da Assembleia mas sim no bando dos réus. Foi um balanço — negro e conclusivo, no dizer de Veiga de Oliveira — o que se fez no domínio da actuação do Executivo de Sá Carneiro em política social. Quando se preparava para tentar continuar a sua carreira mais liberto da Assembleia da República, uma moção de censura, entregue pelo camarada Carlos Brito no final da sua intervenção de encerramento, (ler nesta página) culminando as

graves acusações de que o Governo foi alvo, veio ensombrar o curto futuro dos que hoje mandam. Por isso as reacções históricas desses mesmos que, no debate, não souberam defender-se. Enquanto que as intervenções de abertura dos comunistas foram produzidas na obscuridade do mal iluminado hemiciclo, as luzes acenderam-se, profusas, para as falas do ministro do Trabalho — cujo discurso já vinha feito de casa, pois fora distribuído durante o intervalo. O camarada Veiga de Oliveira faria um reparo ao facto de a RTP não ter filmado as intervenções dos comunistas, dando luzes para as intervenções do Governo, prestimoso a recolher imagens. Tal facto não é a primeira vez que acontece, estando como está a RTP nas mãos reacionárias de Cunha Rego e outros. O Ministro dos Assuntos Sociais seguiu-se na palavra. E, como o seu parócio, não veio responder. Veio gabar-se das já famosas reduções de impostos e de outras habilidades que, se não estão ainda feitas, estão quase...

O debate não foi vivo, se exceptuarmos os discursos da oposição. Por várias vezes as sessões foram suspensas, enquanto os deputados da direita ainhavam insultos para depois ler, como foi o caso da intervenção de Rui Pena. Todos os membros do Governo, todos os seus apoiantes parlamentares que tomavam a palavra, o faziam apenas para tentar desmentir as acusações do PCP. E, ao finalizar, os seus propósitos não se concretizavam. De tal modo não responderam que já se tornavam ridículos. Teresa Macedo, Secretária de Estado, perguntada sobre medidas que o Governo toma em relação às famílias de trabalhadores despedidos, não respondeu. Instada por vários deputados da oposição, continuou a calar-se. E nem lhe valeu a ajuda dos ministros e os artificios dos parlamentares da Aliança... Um Governo que, o debate o comprovou, se mostra incapaz de resolver um só dos grandes problemas nacionais.

Pânico e ilegalidade

As iniciativas da oposição, que usou tão só dos seus direitos regimentais, semearam o pânico nas hostes parlamentares da direita, que pretendia utilizar o prolongamento dos trabalhos da Assembleia apenas para conceder ao Governo mais poder através da aprovação de uma série de autorizações legislativas.

Usando e abusando da maioria que tem na Comissão Permanente da AR, a direita determinou que o prolongamento se estendesse apenas até ao próximo dia 27, agendando os pedidos de autorização governamentais, em detrimento da moção de censura do PCP — que regimentalmente deve ser debatida no terceiro dia parlamentar subsequente à sua apresentação.

A decisão da direita foi tomada com os votos contra de todos os partidos da oposição — PCP, PS, MDP e UDP — e ingora pura e simplesmente a interpelação do MDP que pede a abertura de um debate sobre a política cultural do Governo. Os inquéritos parlamentares pedidos pelo Partido Socialista são também ignorados. Um deles visa o apuramento de possíveis ilegalidades da responsabilidade do Governo que envolveram a continuação, para além da data permitida, do processo de recenseamento no estrangeiro e em Macau. Outro refere-se à utilização que o Ministro da Defesa, Amaro da Costa, tem feito do seu cargo no executivo «para desestabilizar as Forças Armadas e o regime constitucional».

Camões, à memória de quem o MDP pretendia dedicar uma reunião plenária, foi também considerado indezível pela direita. O PCP impugna as decisões da Comissão Permanente e recorre para o plenário de deputados.

Carlos Brito: O Governo trabalhou pouco e chegou aqui cansado

No decorrer de Interpelação do PCP ao Governo nos passados dias 11 e 12, os deputados comunistas produziram uma dezena de intervenções de fundo, abrangendo temas que vão desde a habitação, a saúde e os preços e salários, até ao ensino e a agricultura.

O devido destaque a essas intervenções, que constituem um amplo e documentado libelo acusatório contra a «política social» deste Governo — o que, no entanto, faremos proximamente.

Entretanto, a intervenção de encerramento (Carlos Brito) do debate fornece já não só um panorama significativo do que se passou em 5. Bento, mas também do que é realmente a direita reaccionária no Poder.

O debate revelou a crise do Governo. Nas matérias em apreço o Governo trabalhou pouco, como se viu, mas chegou aqui cansado. Desta vez não agradeceu a interpelação: pelo contrário, mostrou-se incomodado por ter que explicar perante a Assembleia e perante o País a sua política social. «Excessivo o tempo em que se é forçado ao debate» — exclamou agastado o sr. ministro dos Assuntos Sociais revelando predições do antigamente...

Como vai longe o tempo em que o Primeiro-Ministro afirmava: «o País espera de nós... é que falemos dos seus problemas concretos!» E no entanto só passaram 5 meses...

É fácil fazer demagogia sobre o bem-estar do povo na televisão, na rádio, nos jornais que o Governo controla e onde os partidos da oposição quase não têm direito de réplica.

Aqui, o PCP colocou, de maneira extremamente concreta, os factos e os indicadores demonstrativos do agravamento geral das condições de vida do Povo português por virtude da política deste Governo e da degradação das situações difíceis que já se verificavam na segurança social, na saúde, na habitação, quando iniciou a sua actuação. Face a isto o Governo queixou-se. Queixou-se que não teve tempo, que está a reorganizar, que está a reestruturar, que prepara legislação, que vai legislar, chegando o ministro do Trabalho a anunciar como «já criados» dois centros de reabilitação profissional apenas porque estão «ambos em fase acelerada de projecto» como piteiramente viria explicar.

Tivemos um expressivo exemplo do sucesso dessas rotineiras reorganizações e reestruturações quando o sr. ministro dos Assuntos Sociais aqui veio reconhecer que as dívidas do patronato à Previdência aumentaram na vigência deste Governo de 28 para 30 milhões de contos. O sr. ministro não teve, no entanto, a coragem de reconhecer, mas o Povo português e especialmente os trabalhadores já sabem que os responsáveis por 81,2% desta dívida são os grandes patrões capitalistas de quem o Governo e os partidos da coligação são a expressão e os instrumentos no plano da acção política.

Também tivemos algumas confissões surpreendentes: foi o caso ainda do mesmo ministro ao reconhecer que o Governo não cumpre e viola a lei do SNS e ao reconhecer retrospectivamente que era demagogia revanchista a promessa dos Programas eleitoral e de Governo da AD de revogação imediata da lei do SNS. Em todo o caso, o que isso exprime e traduz é o efectivo receio do Governo pelas reacções que causaria na opinião pública um ataque tão frontal ao Serviço Nacional de Saúde.

Tivemos finalmente justificações comprometedoras. É o que se verificou, por exemplo, com a tentativa governamental de revogação do facto de não aumentarem as pensões mínimas em 1979, por elas também não terem sido aumentadas pelo governo Mota Pinto. Vê-se então que esta aversão a aumentar as pensões mínimas é uma doença de família da AD (não nos venham dizer outra vez que Mota Pinto nada tem a ver com a AD quando toda a imprensa afectá à coligação governamental o apresenta como o chefe da candidatura AD à Presidência da República)...

Mas falemos muito a sério nesta matéria. O Governo pretende justificar o não aumento das pensões mínimas por terem sido aumentadas há 6 meses. Não é isso que é para nós relevante. O que é para nós relevante é saber se é legítimo existirem, neste momento, pensões mínimas de 1800\$00 ou de 3600\$00 — e se os senhores membros do Governo pensam que é possível viver com tais pensões!...

É certo que o Governo e os partidos governamentais tentaram durante o debate (e por meio efeito de repetição) garantir que estão a cumprir as suas promessas eleitorais e foram encarregando a imprensa de serviço de proclamar que ainda haverá medidas espectaculares. Mas não provaram nada, não refutaram os factos mais escandalosos nem as acusações mais contundentes.

A prova ficou feita. Não nas tímidas e inseguras alegações do Governo, mas no libelo acusatório que aqui trouxemos. O Governo sai daqui com a imagem mais acabada de junta directiva dos grandes interesses económicos nacionais e estrangeiros: um governo que não se preocupa em zelar pelas condições de vida e o bem-estar do Povo português, mas tão somente em carrear novos benefícios para os senhores do grande capital e latifundiários e em restaurar-lhes os privilégios e os poderes.

Tratava-se de fazer nesta interpelação a prova disto. Ela foi feita. Tratava-se de desmascarar o Governo e de o responsabilizar pela demagogia, pela mentira, pelas colossais adribanças eleitorais. Tratava-se de responsabilizá-lo pelo agravamento e a degradação das condições de vida do nosso povo. Isto tem evidentemente que ver com as próximas eleições. O Povo português está a julgar o Governo e vai puni-lo derrotando nas urnas os partidos da coligação governamental.

Pela nossa parte, entendemos que devíamos e devemos contribuir com a nossa informação e o nosso esclarecimento para completar as peças do processo e para que o veredicto popular seja devastado. E não é isto inteiramente legítimo, em democracia? Mas não se trata só disso. Esta interpelação faz parte da batalha geral que o PCP vem travando em defesa dos interesses e direitos do Povo português, pela melhoria do seu bem-estar, pelo reforço e alargamento das suas conquistas sociais, o que nos tem levado a colocar numa posição de contínua exigência face aos sucessivos governos, numa atitude de permanente contacto com as populações para auscultação das carências e aspirações mais sentidas.

Por isso mesmo temos apresentado propostas concretas, realistas e fundamentadas, que assumiremos no Governo quando lá estivermos por vontade do Povo português. Saliente-se por isso que, a crescer as propostas que aqui fizemos quando da aprovação do OGE (designadamente em matéria de segurança social — abono de família, reforma e pensões — e sobre o reforço da verba para o aumento dos trabalhadores da função pública) ao longo deste debate propusemos medidas e soluções que o Governo foi incapaz sequer de discutir. Independentemente da interpelação, hoje mesmo apresentamos um projecto de lei que garante, pelo menos, o subsídio de desemprego aos trabalhadores a quem há longos meses não seja pago o seu salário por paralisação das empresas por motivo não imputáveis aos trabalhadores. O Governo não teve e obviamente não pôde ter qualquer iniciativa neste domínio e no entanto estas são situações que não podem ser desconhecidas quando se fala do problema do emprego. O Governo mostra não estar preocupado com elas. O Governo prometeu, aliás, que iria diminuir o desemprego mas quando quantificou o número de postos de trabalho que se propunha criar (19 mil) logo se viu que o desemprego continuaria a agravar-se, pois só à procura do primeiro emprego chegam anualmente ao mercado de trabalho 30 mil jovens. E a isto há ainda que juntar os despedimentos, como no caso da Standard Eléctrica, e o fenecimento da zona da Reforma Agrária, e a política de estagnação económica prosseguida por este Governo. Tentando contrariar a brutal

evidência das coisas o sr. ministro do Trabalho permitiu-se apresentar números do seu Ministério (do Serviço Nacional de Emprego) que bem se sabem de precária sustentação e de credibilidade mais que suspeita. Mas mesmo só em relação aos dados dos desempregados e inscritos no Serviço Nacional de Emprego, o que o sr. ministro não disse é que enquanto em Dezembro de 1979 se inscreveram cerca de 9000 novos desempregados, em Janeiro, Fevereiro e Março deste ano os novos inscritos são em número sempre superior a 12 mil. É significativo que no Alentejo os inscritos no Serviço Nacional de Emprego tenham passado de 19218 em Dezembro de 79 para 21361 em Março de 1980 — ou seja, um acréscimo de 11,2%. Mesmo segundo os números oficiais no Alentejo inscreveram-se em Janeiro 1139 desempregados, em Fevereiro 1765 e em Março 3087.

Na sua frieza, estes números constituem ainda assim uma imagem pálida da brutal ofensiva contra a Reforma Agrária, contra o povo alentejano, contra o nosso País.

Voltando aos números do ministro do Trabalho aponta-se um facto que faz cair por terra o carácter protótipo que este lhes quis imprimir e põe em causa a seriedade do processo usado.

Moção de censura

No final dos debates dos passados dias 11 e 12, o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma moção de censura em cujos considerandos se diz:

Considerando que o Governo não resolveu nem vai resolver os problemas com que se debate o País, antes está decidido a continuar a sua política de agravamento das condições de vida dos portugueses e de isolamento e desprestígio do Portugal democrático;

Considerando que a prática política do Governo se vem pautando por sucessivas violações da legalidade democrática, pondo em causa as regras de um Estado de direito democrático, desrespeitando direitos,

liberdades e garantias dos cidadãos, violando grosseiramente a Constituição da República e tentando subverter o regime democrático português tal como é configurado na lei fundamental, bem como o regular funcionamento das instituições democráticas e dos órgãos de soberania;

Considerando que o Governo compromete as necessárias e constitucionais exigíveis garantias de isenção, independência e pluralismo dos órgãos de comunicação social do Estado;

Considerando que o Governo não assegura a isenção e a imparcialidade indispensáveis para conduzir a política geral do País e dirigir a administração pública durante o processo da eleição da próxima Assembleia da República;

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, nos termos e para os efeitos dos Artigos 197.º e seguintes da Constituição da República,

Considerando que o Governo compromete as necessárias e constitucionais exigíveis garantias de isenção, independência e pluralismo dos órgãos de comunicação social do Estado;

Considerando que o Governo não assegura a isenção e a imparcialidade indispensáveis para conduzir a política geral do País e dirigir a administração pública durante o processo da eleição da próxima Assembleia da República;

salarias revistas estão em vigor há 16, 18, 20 meses e mais. Frequentemente os trabalhadores aceitam a contratação colectiva em situação que reconhecem ainda desvantajosa para não ficarem mais 4 ou 5 meses a aguardar a saída dum PRT que apenas terá em conta as posições dos patrões.

O que se passa com a propaganda governamental sobre os aumentos dos TFP demonstra à evidência a demagogia que encobre a realidade dos factos. A percentagem do aumento anunciada como de 17% corresponde efectivamente, em termos de aumento médio anual (ou seja, tomando em linha de conta o volume da massa salarial do ano de 1979) ao irrisório aumento de 12,3%!

Não espanta assim que para os TFP o sentimento seja de logro e fraude. O Grupo Parlamentar do PCP declara que chamará esse decreto-lei à ratificação da Assembleia, se essa for a vontade dos trabalhadores!

Quanto ao lecto dos 18% é um encorajamento à repressão salarial e à intransigência patronal. O Governo não o pode negar. Também não nega que a sua política encoraja o aumento da exploração, através do não cumprimento da legislação de trabalho, da prática generalizada dos contratos a prazo, dos despedimentos, da repressão, como a verificada na Standard, no Hotel Atlas, na Ormix, na Lincuri, na Luso-Suiza, na Sousa Braga, na Plessey, na Equimetal, na Vendas Primor, na Molin, na Ralfar...

E como se não bastasse, o Governo prepara um pacote laboral para restaurar na sua pureza as dinâmicas da repressão capitalista, como as conhecemos aqui em Portugal antes do 25 de

Esta é a demonstração de que temos plena razão quando afirmamos que, sob a vigência deste Governo, as prestações sociais estão em degradação. No campo da saúde não nos surpreendemos que um Governo inteiramente ao serviço da direcção da Ordem dos Médicos, na vigência do qual se tem agravado o ciclo infernal do «quanto mais pobre mais doente e quanto mais doente mais pobre», não tenha dado resposta às questões concretas que colocámos.

Mas pior ainda: brincam, criam expectativas, prometem no papel. Falando do Centro Oftalmológico de Lisboa, ontem ainda o ministro insistia na burla que já hoje é patente. Falava em resposta a 500 consultas diárias. Já no dia 25, sr. ministro! As consultas esgotaram-se no dia da abertura. Formam-se bichas de doentes a partir das 5 da manhã para às 8 constatarem que já não é possível obter a consulta... Os doentes vão de regresso aos pontos longínquos donde vieram enganados pela demagogia da AD.

Mas nestas coisas, sr. membros do Governo, a demagogia paga-se cara. Cuidado, pois. O Centro Oftalmológico é um caso. Mas cuidado também com a monstruosa manipulação das expectativas em torno dos SAP, dos GEM's e quejandos. Não vão à raiz dos problemas de urgência, criam ilusões, podem pôr em perigo vidas e degradar ainda mais as já precárias condições de saúde dos portugueses.

Tomámos boa nota das promessas de envio de 500 especialistas para os hospitais distritais até ao final de Setembro. Será por isso que o Primeiro-

do Plano.

O Governo quis convencer o País de que obivera novos calendários mais cêleres e favoráveis para a integração...

E agora? — perguntamos nós. Depois do fracasso da operação-Europa, da redução e do congelamento sine die do empréstimo da CEE, depois das declarações do Presidente da República Francesa e do 1.º Ministro da RFA, agora perguntamos nós — o que é que este Governo tem a dizer aos portugueses sobre a «prioridade das prioridades?»

A estratégia do Governo está falida. Com este episódio fica demonstrada a irresponsabilidade, ou pelo menos a levandade, de um governo que estabelece a adesão como objectivo nacional, prioritário sobre todos os outros, e que orienta a política do País sobre etapas e prazos que não estava nas suas mãos assegurar...

O episódio da CEE só por si demonstra a bancarrota deste Governo. Há que somar-lhe a aos desmandos e atentados contra a Constituição e o regime democrático (configurando o plano de uma operação subversiva maduramente planeada); as ilegalidades, os atentados e desmandos contra a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores; a violação de liberdades e direitos dos cidadãos em geral e do pluralismo na comunicação social; a política de desestabilização e afrontamento entre órgãos de soberania...

O Governo deve ser desistido e substituído. Não pode prosseguir por mais tempo uma actuação governativa atentatória da Constituição e da legalidade democrática, orientada contra o regime, destinada a beneficiar o grande capital, os latifundiários e o imperialismo, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores e de todo o Povo português.

É necessário garantir que as próximas eleições decorram em clima de democraticidade, isenção e igualdade — condições impossíveis se este Governo perdurar. Estes objectivos tornam-se uma vontade crescente dos portugueses, que deve repercutir e ter expressão na Assembleia da República.

O Governo disfruta ainda de uma escassa maioria parlamentar, mas é necessário que chegue aqui à Assembleia a vontade dos portugueses de mudar a composição política da Câmara, de mudar a maioria.

É nestes precisos termos e com estes exactos objectivos que o Partido Comunista Português encerra a sua intervenção nesta interpelação apresentando uma moção de censura ao Governo do Primeiro-Ministro Sá Carneiro.

«A Assembleia da República, nos termos e para os efeitos dos Artigos 197.º e seguintes da Constituição da República, delibera censurar o Governo.»

«Ministro pediu as eleições para 5 de Outubro?» Sr. Presidente, senhores deputados!

Ficou longamente demonstrado nesta interpelação que o Governo agrava seriamente as condições de vida presentes dos portugueses e compromete o futuro de Portugal. No plano económico, a política aventureirista deste Governo mostra também os seus efeitos desastrosos.

Apesar de as remessas de emigrantes e de as receitas do turismo terem aumentado relativamente a igual período de 1979 cerca de 8 milhões de contos, nos primeiros 3 meses de 1980 as reservas cambiais do Banco de Portugal diminuiriam cerca de 10 milhões de contos (o dobro do verificado no 1.º trimestre de 1979), sem que se assinalem quaisquer progressos sensíveis no investimento produtivo, e sem que aquela delapidação de divisas se possa atribuir aos aumentos do preço do petróleo.

Como já se revelou-se o modo deficitário da balança de transacções correntes que o Governo da AD irá legar ao nosso País, e sem quaisquer efeitos positivos sobre a estrutura produtiva.

Recentemente, numa viagem ao estrangeiro, o ministro das Finanças ao medigar perante a CEE a concessão de um financiamento/comparticipação, de acordo com meios de informação internacionais, argumentou com as pressões que o aumento dos preços de petróleo exerciam sobre os preços internos e a balança de pagamentos. E tudo isto depois

de termos a situação do milhão e 300 mil reformados que recebem a miserável pensão mínima de 3600\$00. O Governo confirmou que nem os aumentos nem os aumentará.

Trouxemos os problemas dos deficientes e as conclusões do seu Congresso: o Governo disse nada. Trouxemos a situação dos rurais e a necessidade premente de aumentar as suas pensões de reforma, de as integrar no regime geral da Previdência.

O Governo respondeu que o anterior já o tinha feito e que este nada faria. Trouxemos a situação do milhão e 300 mil reformados que recebem a miserável pensão mínima de 3600\$00. O Governo confirmou que nem os aumentos nem os aumentará.

Semana

11 Quarta-feira 1943 - Hitler ordena a «liquidação total» dos judeus.



O «treino» britânico na Irlanda

A maioria dos oficiais das Forças Armadas espanholas que responderam à sondagem da revista especializada pronunciou-se contra o ingresso da Espanha na NATO. O governo central da Índia suspende os governos locais de cinco Estados do Norte do país, onde lutas comunistas fizeram centenas de mortos nos últimos dias, enviando simultaneamente um forte dispositivo militar para a região, onde já vigora o recolher obrigatório. A polícia brasileira espanca e prende estudantes e deputados provinciais durante uma manifestação realizada no Rio de Janeiro para impedir a demolição da sede da «União Nacional de Estudantes». Termina em Argel a reunião da OPEP, que fixou um máximo de 37 dólares por barril a nova estrutura de preços do petróleo, embora existam divergências quanto à aplicação da tabela, que entrará em vigor no próximo dia 1 de Julho. Nikolai Novikov, vice-presidente do programa «Intercosmos», revela que um cosmonauta indiano participará numa missão conjunta numa nave espacial soviética. A Amnistia Internacional acusa a Grã-Bretanha de, na sequência da repressão contra os nacionalistas do Ulster, se ter transformado num dos principais produtores de tecnologia para repressão, por vezes vendendo-a a países que violam grosseiramente os direitos humanos. Morre o primeiro-ministro japonês Masayoshi Ohira.

12 Quinta-feira 1979 - Na Nicarágua o ditador Somoza manda a aviação bombardear os bairros pobres da capital, Manágua, vitimando 9000 pessoas.

O governo espanhol inicia os processos de expropriação de 87 propriedades agrícolas com uma área total de 14 613 ha, em aplicação de uma lei aprovada pelo parlamento em 1978 e que prevê a expropriação pelo Estado espanhol de propriedades que não cumpram os índices médios de ocupação de mão-de-obra, utilização da terra ou produtividade. Os comandos militares das tropas norte-americanas estacionadas na RFA anunciam que prenderam 146 soldados por posse de droga, apreendendo estupefacientes no valor de 200 000 contos. Governantes dos países da CEE iniciam em Veneza uma conferência de dois dias. O governo da presidente da Bolívia, Lidia Gueiler, decide ignorar as exigências do Alto Comando Militar e realizar as previstas eleições gerais de 29 de Junho próximo. Durante uma reunião com sacerdotes islâmicos, o presidente do Afeganistão, Babrak Karmal, acusa o imperialismo e os EUA em particular de serem os verdadeiros inimigos do islamismo. O presidente do município de Beit Zuri, na Cisjordânia ocupada pelos sionistas, descobre uma bomba relógio junto da sua residência, idêntica às que vitimaram dois outros autarcas árabes. O ministério da Defesa angolano anuncia que as forças de defesa anti-aérea de Angola abateram no passado dia 7 três caças sul-africanos na província do Huila.

13 Sexta-feira 1979 - Regresso à Terra da cápsula espacial soviética «Soyuz-32», que levava dois astronautas para bordo da estação espacial «Saliut».



Racismo na África do Sul

Pela voz do general Garcia Meza, comandante do Exército boliviano, o Alto Comando Militar recusa nas suas posições intrínsecas e golpistas que exigiam o adiamento de um ano para as eleições gerais convocadas para o final deste mês; esta viragem do Alto Comando está intimamente ligada à firmeza da resposta dada pelas forças políticas e sociais bolivianas, rejeitando frontalmente as pressões. O Irão conclui um importante acordo comercial com a Índia. Termina a cimeira da CEE, que decorreu em Veneza, com a aprovação de uma resolução sobre o Médio Oriente que contraria os «projectos» do governo dos EUA sobre aquela região. O secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Alfredo Nzo, declara em Bonn que a sua organização prosseguirá a luta contra o regime da minoria branca na África do Sul com todos os meios ao seu alcance. É descoberto em Wari, na Nigéria, um posto de comunicação não registado que, sob a égide de uma companhia petrolífera estrangeira, era utilizado ilegalmente pela CIA; as informações eram transmitidas directamente para Nova York.

14 Sábado 1968 - Morre em Nápoles o poeta italiano Salvatore Quasimodo.

Farouk Kaddoumi, chefe do departamento político da OLP, considera que o comunicado sobre o Médio Oriente da cimeira da CEE contém vários aspectos positivos mas carece de outros «elementos básicos»; o presidente da OLP, Yasser Arafat, rejeitou o comunicado antes mesmo dele ser tomado público, dizendo que os direitos nacionais palestinos seriam conquistados pela luta dos combatentes da liberdade. Segundo o «Washington Post», uma comissão do senado norte-americano aprovou o aumento em cem do número de mísseis nucleares de ogiva múltipla dos EUA, tipo Minuteman III. O governo racista sul-africano, tendo o próximo aniversário da chacinha do Soweto, intensifica a repressão e proíbe todas as actividades políticas no país.

15 Domingo 1979 - Os presidentes Leonidas Brejnev, da URSS, e James Carter, dos EUA, encontram-se pela primeira vez em Viena, no começo da «cimeira» que culminará com a assinatura dos acordos «SALT-II».



Kurt Waldheim

O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, condena o ataque das forças racistas sul-africanas contra o sul de Angola, levado a cabo esta semana. A polícia racista sul-africana utiliza cães para dispersar uma manifestação que se tinha concentrado no exterior do «ghetto» negro do Soweto. O antigo comandante supremo da Marinha argentina, almirante Emilio Massera, formula críticas frontais à política do governo militar que serviu até 1978. A direcção política e militar da OLP decide incrementar a luta armada de libertação nacional e considera insuficiente a tomada de posição dos países da CEE. A França protesta energicamente contra a chegada de tropas britânicas ao arquipélago das Novas Hébridas, (em processo de independência), afirmando nova nota diplomática que não via motivo para tal.

16 Segunda-feira 1960 - Massacre de Mueda, em Moçambique — uma pacífica manifestação pela independência é reprimida com o assassinato de cerca de 500 pessoas.

O governo racista sul-africano proíbe os jornalistas estrangeiros de se deslocarem aos bairros negros onde, nos últimos dias, lançou uma violenta vaga repressiva. A oposição democrática espanhola critica duramente a recente oferta do governo de Madrid de entrar para a NATO se não encontrar dificuldades em entrar para a CEE. Entra em circulação na RP de Moçambique uma nova moeda nacional denominada «Metical», que substitui o antigo escudo moçambicano. O governo boliviano chama a La Paz o seu embaixador em Washington para consultas, na sequência de notícias sobre ingerências norte-americanas no processo em curso na Bolívia.

17 Terça-feira 1972 - É violado o edifício Watergate, onde funcionou a sede do Partido Democrático durante a campanha presidencial dos EUA; posteriormente Nixon seria envolvido pelo escândalo.

O Governo britânico anuncia que a partir de 1983 serão colocados 160 mísseis norte-americanos «Cruise» nas regiões rurais de Cambridgeshire e Berkshire. O presidente Sadat, do Egipto, provoca o agravamento da tensão na fronteira com a Líbia declarando toda aquela região em «estado de emergência», com a reposição da lei marcial. O dirigente trabalhista James Callaghan e os «moderados» sofrem duas derrotas impostas pela «fala esquerda» do Partido Trabalhista britânico quando o grupo fascista salvadorenho viola e tortura até à morte duas raparigas menores, enquanto mais 12 pessoas são mortas em diversos pontos do país.

O trabalho no Alto da Ajuda Balanço do que está feito e do que falta fazer

Esta é uma daquelas verdades que achamos justo repetir nas páginas do nosso jornal: a Festa do «Avante!» constrói-se com o trabalho, o dinamismo, o espírito criador e a dedicação dos comunistas e de muitos amigos do PCP.

Quem passar pelo Alto da Ajuda depressa se aperceberá daquela realidade, pois de manhã à noite e com particular incidência aos fins-de-semana, muitos camaradas e amigos, num labor intenso, levantam um pouco e pouco, mas a passos seguros, aquela que é desde há quatro anos a maior Festa do Portugal de Abril.

Ajuda e ouviu os camaradas Licínio e Vitor Santos, da comissão de implantação da Festa, que nos deram uma breve panorâmica do trabalho desenvolvido nos últimos dias, incluindo os dois feriados de 10 e 13 de Junho:

«Acabou-se a limpeza da mata e o arranjo do terreno. Estão tapadas as valas principais e iniciou-se a abertura dos ramais e redes acessórias para os cabos eléctricos, águas e esgotos. Está igualmente em marcha a colocação dos candeeiros (temos uma zona já completa), e o trabalho de montagem dos pavilhões e stands.

«De salientar também as horas de trabalho na preparação do material para aplicar nas diversas estruturas.»

Números significativos

Falando um pouco sobre a participação nas jornadas de trabalho dos últimos dias, os camaradas revelaram-nos os seguintes números: dia 5 (feriado) — 408 pessoas; dias 7 e 8 (fim-de-semana) — 248 e 658 respectivamente; dia 13 (feriado no concelho de Lisboa) — 148; dias 14 e 15 (fim-de-semana) — 347 e mais de 500.

Como se pode comprovar, tem sido boa a participação nas jornadas de trabalho para a construção da nossa Festa. No entanto, tendo em conta o pouco tempo que falta, é necessário dar um grande impulso às tarefas no Alto da Ajuda. E para isso todos os camaradas e amigos que ali possam chegar — e estamos-nos a lembrar, por exemplo, dos

estudantes que já terminaram o ano lectivo — não serão de mais.

«O trabalho que não se vê...»

Sobre as necessidades actuais e as perspectivas futuras, disseram-nos os camaradas Licínio e Vitor Santos que o trabalho se divide neste momento em dois grandes «sectores»: o das organizações que já começaram a levantar os seus pavilhões e stands, por um lado; e as tarefas centrais, por outro. Em ambos os casos é necessário prosseguir uma activa mobilização, que deve, se possível, ter em conta a organização de equipas de trabalho e um apelo particular aos montadores de andaimes, carpinteiros e electricistas.

No entanto, é evidente que todos fazemos falta no Alto da Ajuda: em grupo ou individualmente; com especialização profissional ou sem ela; jovens e adultos! Todos somos necessários para assegurar o grande êxito da Festa do Povo e do Portugal de Abril. «Neste momento, está feito o trabalho que não se vê, o que está debaixo da terra, um trabalho intenso que entrou horas e horas. Agora, vamos avançar já no próximo fim-de-semana com a pavimentação dos arruamentos, tarefa que exige grande número de camaradas e amigos» — e o apelo aqui fica.

«Quer em grupo, quer individualmente, os camaradas devem dirigir-se sempre à recepção. Quem puder levar algumas ferramentas, melhor. A mobilização faz-se geralmente para os fins-de-semana, mas seria muito importante a vinda de camaradas nos dias úteis, ao fim da tarde. Por enquanto, ainda não se pode trabalhar à noite em todo o recinto (o que será ultrapassado em breve); mas os dias têm agora bastante claridade até às 20 e mesmo 21 horas. No Alto da Ajuda funciona um serviço de refeições para os camaradas que ali trabalham. Basta fazer a inscrição prévia.»

O que está feito

No último domingo a reportagem do «Avante!» esteve no Alto da

EP — um esforço final na venda militante

Próprias dos comunistas e dos amigos do PCP, é possível, nestes próximos dias, dar um grande avanço na venda das EP's.

Nos locais de trabalho, nos pontos de encontro, entre os familiares e amigos, há sempre alguém que irá certamente à Festa do «Avante!» e que ainda não tem a «Entrada». A todos esses companheiros há que levar a EP. E também aos muitos que ainda não conhecem a nossa Festa. Não é difícil encontrar quem diga: «Este ano vou mesmo!».

Exemplos

A venda militante prossegue

exemplos que atestam o esforço e a persistência de muitos camaradas e amigos também não faltam. Já aqui divulgámos vários ao longo das últimas semanas, referentes a homens, mulheres e jovens que um pouco por todo o País levam a mensagem viva e mobilizadora da maior Festa do Portugal de Abril.

Por hoje, aqui ficam os exemplos dos camaradas Carlos Alberto Neto Valente e Pedro Duarte Silva, ambos da célula do PCP da TAP: cada um já vendeu até agora mais de uma centena de EP's e prometem não ficar por aqui!

Números premiados

no 2.º sorteio da EP

- No decorrer da Festa da Liberdade, realizada no último domingo no Vale do Silêncio, nos Olivais (Lisboa), efectuou-se o 2.º sorteio das EP's da Festa do «Avante!», tendo-se apurado os seguintes números:
- 1.º - 136839 (televisor a cores)
 - 2.º - 122508 (aspirador)
 - 3.º - 126980 (trem de esmalte — 10 peças)
 - 4.º - 184257 (colchão pneumático para dormir)
 - 5.º - 047269 (colchão pneumático para praia)
 - 6.º - 245505 (saco para dormir)
 - 7.º - 069823 (saco para dormir)
 - 8.º - 003381 (panela de pressão)
 - 9.º - 143496 (moinho de café)
 - 10.º - 175710 (balança para parede)
 - 11.º - 028482 (livros CDL no valor de 1000\$00)
 - 12.º - 117952 (livros CDL no valor de 1000\$00)
 - 13.º - 145317 (livros CDL no valor de 1000\$00)
 - 14.º - 029153 (livros CDL no valor de 1000\$00)
 - 15.º - 107408 (livros CDL no valor de 1000\$00)
 - 16.º - 137813 (livros CDL no valor de 500\$00)
 - 17.º - 012221 (livros CDL no valor de 500\$00)
 - 18.º - 144928 (livros CDL no valor de 500\$00)
 - 19.º - 169759 (livros CDL no valor de 500\$00)
 - 20.º - 169714 (livros CDL no valor de 500\$00)
 - 21.º - 155385 (assinatura da revista «Vida Soviética»)
 - 22.º - 043246 (assinatura da revista «Vida Soviética»)
 - 23.º - 030197 (assinatura da revista «Vida Soviética»)
 - 24.º - 112154 (assinatura da revista «Vida Soviética»)
 - 25.º - 045078 (assinatura da revista «Vida Soviética»)



III Corrida e Marcha, no dia 29, em Belém Quem não se increveu ainda está a tempo

Ponto alto do programa desportivo da Festa do «Avante!», a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria realiza-se no último domingo deste mês, junto à Torre de Belém, ao longo da estrada do porto de Lisboa.

Trata-se de uma iniciativa aberta a todos os interessados individualmente ou em grupo (clubes populares, colectividades, escolas, etc.). Quem ainda não está inscrito deve apressar-se e enviar a sua inscrição para a Comissão de Desporto da Festa do «Avante!» (CT da Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa). Excepcionalmente, serão admitidas inscrições no local da prova até às 8 horas do próprio dia.

A organização entregará troféus às equipas melhor classificadas em cada uma das provas (corrida:

duas de 3000 metros; uma de 2000 e outra de 5000; marcha: 4000), medalhas aos cinco primeiros atletas em cada competição e certificados de participação a todos os concorrentes.

Nesta sua terceira edição, a Corrida e Marcha da Saúde e da Alegria, para a qual se espera uma boa participação juvenil, está incluída no programa de uma grande festa-convívio que decorrerá pelo dia fora no belo enquadramento de Belém, com a presença especial dos Pioneiros, mas com muitas outras surpresas.

Boa participação no Festival de Almada

Na cidade de Almada, o desporto foi recentemente motivo para um grande Festival concelhio, realizado no Parque Ramiro



Correia. Na final do torneio de futebol de salão jogaram as equipas do «Cretcheu» e dos «Caicas» do Monte da Caparica. Vitória dos segundos por uma bola a zero. Este encontro encorreu o torneio concelhio de apuramento para a fase distrital (Setúbal), envolvendo (só no concelho) 52 equipas num total de 530 jogadores.

No mesmo dia iniciou-se um torneio de chiniquinho, mobilizando 8 equipas e 83 jogadores. Até à Festa do «Avante!» prosseguirão as partidas, sempre aos sábados.

O Festival teve ainda atletismo (312 participantes), torneios de xadrez e damas (15 e 18 participantes respectivamente), demonstrações de andebol (com 24 jogadores) e ginástica (com 35 atletas).

Ajustrel e Ovar divulgam a Festa

No próximo domingo há Festa em Ajustrel. A iniciativa é da Comissão de Freguesia do PCP e decorrerá pelo dia fora no lugar da Represa da Mina.

Haverá uma intervenção política e espectáculo com cantares alentejanos e participação dos Pioneiros. A divulgação da Festa do «Avante!» é o objectivo central da iniciativa, tal como sucedeu no passado domingo em Ovar, onde se realizou uma grande jornada popular que reuniu, num ambiente

de vivo entusiasmo, cerca de mil pessoas.

Houve um programa desportivo com chiniquinho (venceu a equipa de Barreiro e Adão) e também «sueca» (victória para a equipa de Esmoriz, constituída por Costa e Reis), além de iniciativas culturais, canto livre e intervenção política pelo deputado comunista Vital Moreira, que falou, nomeadamente, sobre problemas locais, reformados, abono de família e situação da empresa Rabor/ITT.

Emigrantes com a Festa

Um grupo de emigrantes comunistas na Grã-Bretanha enviou recentemente um donativo de 100 libras, resultado de uma iniciativa, promovida em Abril, para o Pavilhão da Emigração da Festa do «Avante!».

Este gesto de apoio contribuirá certamente para uma melhor representação no Alto da Ajuda da luta e da actividade dos camaradas emigrantes.

A festa acordou o Vale do Silêncio

Com o tempo mais ou menos soalheiro decorreu durante o passado domingo no Vale do Silêncio, nos Olivais (Lisboa), a «Festa da Liberdade», iniciativa do Comité Local de Lisboa do PCP que levou àquele local alguns milhares de camaradas e amigos que, durante todo o dia, participaram entusiasmadamente nas diversas realizações que deram corpo à Festa.

A parte da manhã foi inteiramente dedicada aos mais pequenos, com iniciativas como a pintura, modelagem, ginástica, gincanas e um espectáculo com Carlos Moniz e Maria do Amparo. Durante toda a manhã a miudagem correu, saltou, deu asas à imaginação e cantou, cantou muito, participando com grande entusiasmo no espectáculo que lhe era dedicado.

Depois do almoço e até à hora do Comício que encorreu a Festa (onde falaria o camarada Álvaro Cunhal) o palco montado no fundo do recinto ofereceu a todos um animado espectáculo por onde passaram vários camaradas e amigos que, no Fado ou na canção, na «charge» política ou na música de intervenção deram vida a um espectáculo despretensioso, popular e particularmente alegre. Alguns nomes dos que animaram a tarde: grupo «Fado de Abril!», José Amodeo, «Tuba Canora», Paulo Fernando, Paulo de Carvalho, Luísa Basto e Adriano Correia de Oliveira.

É claro que a Festa da Liberdade também tinha «comer e beber»

para vários gostos e apetites, para além de algumas exposições e bancas com materiais de informação, propaganda, etc. Quem, na verdade, procurasse passar uma tarde de domingo com animação e gozar, ao mesmo tempo, um ambiente repousado de «fim-de-semana», encontrou decerto no Vale do Silêncio as condições ideais para o fazer.

O Comício

Falando de improviso, o camarada Álvaro Cunhal

encerraria a Festa com um discurso onde reflectiu as conclusões da Conferência Nacional do PCP realizada no fim-de-semana passado no Porto. Começando por referir os objectivos que o Governo da Aliança reacçãoária se propusera concretizar na sua des governação (nomeadamente a destruição das conquistas do Portugal de Abril, a criação de mecanismos que lhe garantissem uma vitória eleitoral mesmo perdendo muitas centenas de milhares de votos e finalmente

a destruição do próprio regime democrático), o camarada Álvaro Cunhal consideraria que essa ofensiva, tal como o PCP previa, veio com toda a violência, causou danos, mas não cumpriu as metas a que se propusera, pois não entrara em consideração com a luta tenaz dos trabalhadores em defesa do Portugal de Abril. Daí ter entrado numa actuação que não observa as mínimas normas democráticas e legais, procurando a todo o transe transformar as próximas eleições em mascaradas

semelhantes às do tempo dos mestres do prof. Freitas do Amaral, chegando a um tal ponto de atropelo que perdeu toda a legitimidade para governar.

Definindo as tarefas fundamentais que se colocam aos comunistas e a todos os democratas no momento presente, o secretário-geral do PCP apontaria para a necessidade de escorçar este Governo da Aliança reacçãoária e garantir uma vitória democrática nas próximas eleições. «Há condições

e condições, reais para nas próximas eleições derrotarmos a Aliança reacçãoária e impormos um Governo democrático», sublinharia.

O Pentágono em Portugal

Comentando a política externa deste Governo, o camarada Álvaro Cunhal afirmaria que «eles entrarão com tanta força que parecia que o Pentágono estava em Portugal», mas o tiro tem-hos saído pela culatra, como, por exemplo, em relação à CEE, assunto encarado por este Governo como uma «questão de sobrevivência» e que agora, com as dificuldades recentemente surgidas (e que, como o PCP afirmara na sua conferência sobre a CEE, confirmam que a nossa entrada no Mercado Comum não é uma questão resolvida) já levou Sá Carneiro a afirmar que «a Europa não é a nossa única alternativa». Agora parece que o Mercado Comum já não presta para o Sá Carneiro, tal como na história das uvas e da raposa ou do homem que, na antiga Grécia, após ser expulso da terra onde vivia, comentou: «bom, eu não fui expulso, eles é que ficaram condenados a ficar lá!».

Referindo-se ainda às próximas eleições, o secretário-geral do PCP voltaria a sublinhar a importância que têm as primeiras, as legislativas, para a definição das presidenciais, concluindo que estamos em condições de derrotar a reacção.



Convívio popular na inauguração do CT em S. Martinho do Bispo

Foi com grande entusiasmo que muitos camaradas e amigos participaram no último domingo na jornada de inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido em Casas Novas, S. Martinho do Bispo, distrito de Coimbra.

Do programa organizado para assinalar a abertura do CT — o primeiro na margem esquerda do Mondego — salientou-se a manhã desportiva com a participação de 90 atletas (dos quais 70 eram crianças) e a intervenção pelo camarada

Jaime Serra, da Comissão Política do CC, aplaudida por dezenas de pessoas; a projecção de filmes para a petizada (com mais de 80 crianças); um grande convívio popular com 300 comunistas e amigos do PCP; e por fim um animado bailarico, em que a juventude marcou viva presença.

O novo CT foi uma casa inabitável e dividida em milâncias e espírito de iniciativa dos camaradas da localidade, toda a população tem agora ao seu dispor, já ampliado e preparado,

um Centro de Trabalho que assinalará um importante reforço à capacidade de organização dos comunistas e à luta das classes trabalhadoras.

Para podermos abrir o CT, os camaradas deram muitas horas de trabalho voluntário, arranjaram o equipamento, fizeram doações diversas e reuniram 40 mil escudos.

No último domingo, dia de festa e convívio, os presentes contribuíram com 7 mil escudos para os fundos do novo CT.

Conferência Regional do PCP nos Açores

Com a participação de delegados eleitos das nove ilhas do arquipélago, realiza-se no próximo dia 29, na cidade da Horta, a Conferência Regional do PCP para estudo e aprovação da estratégia do Partido na campanha eleitoral da Aliança Povo Unido (APU) para a Assembleia Regional dos Açores.

Estará presente na Conferência o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Sessões do PCP no distrito de Setúbal

Amanhã

Às 21 horas, no Clube Recreativo «União Capricho», no Monte da Caparica, com o camarada Carlos Ramalho, do Comité Central e da DORS.

Na Sociedade Recreativa da Atalaia (Montijo), com a deputada comunista Ercília Talhadas.

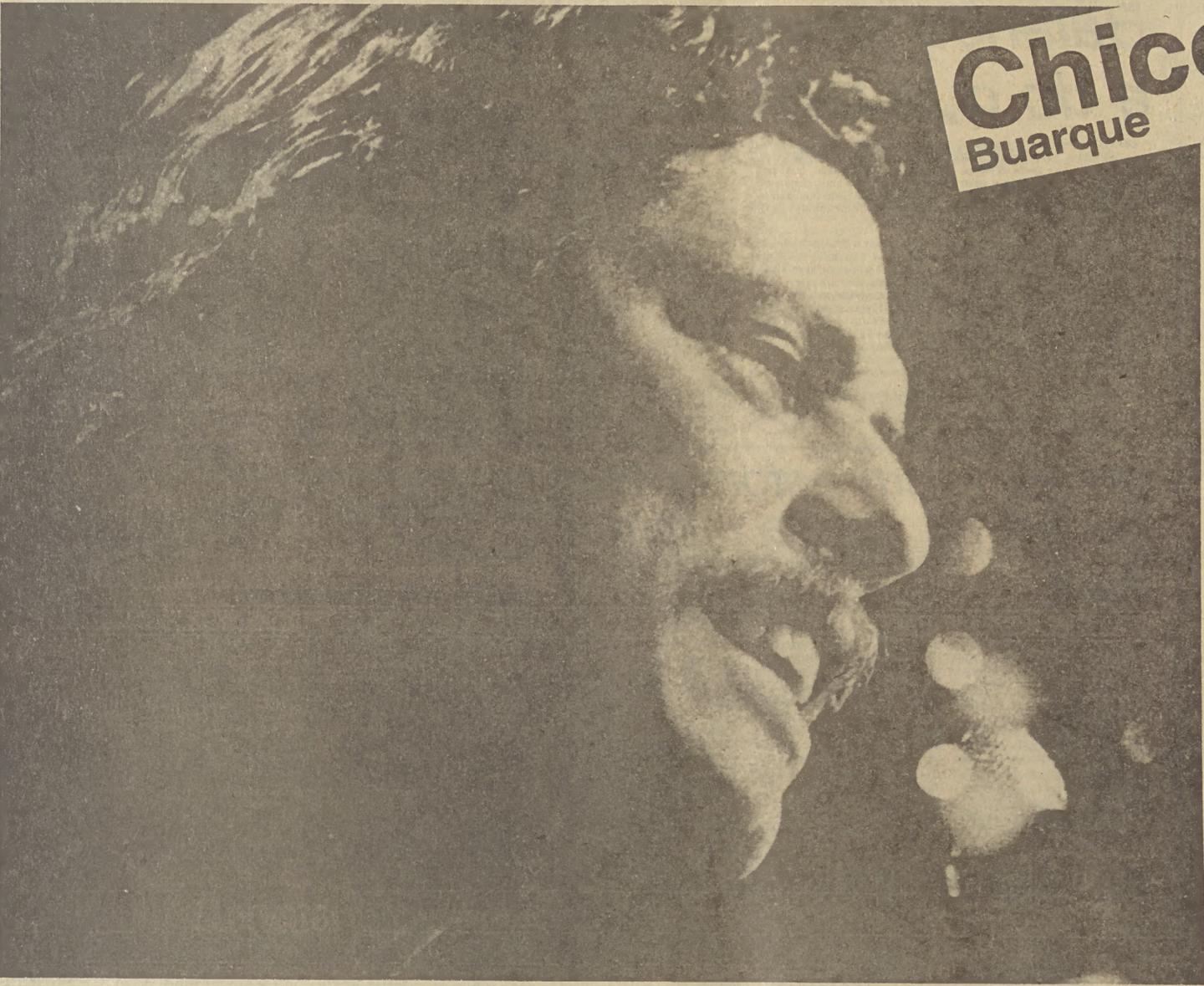
Na Sociedade Recreativa Bairro Arelas, no Montijo, às 21 horas, com o camarada António Ângelo,

da Secção Internacional.

No domingo

Em Pegões Velhos, às 21 horas, na Sociedade Recreativa, com o camarada Américo Leal, membro do CC e da DORS.

OS ARTISTAS DA



Chico Buarque

Para a 5.ª Festa do "Avante!", para os seus espectáculos, uma das maiores e melhores (senão a maior e melhor!) caravana de artistas brasileiros que actuou em Portugal! Um dos nomes não necessita sequer de apresentação: **Chico Buarque de Holanda**, compositor, autor, cantor, escritor, um dos maiores criadores de sempre da música popular brasileira. O autor de "A Banda" e de "Pedro pedreiro" da "Ópera do malandro" e de "Construção" marca já hoje uma época na música do Brasil. E, diga-se de passagem, a vinda de Chico a Portugal tem um significado muito especial: na verdade, de há muito que se dedica a fazer espectáculos ao vivo para se dedicar quase exclusivamente ao trabalho de composição. Somente casos muito especiais (como o da recente deslocação a Angola nascida de um convite há muito

Milton Nascimento

CIRCO no Palco

Ludmila Krikheli & Vazil Kaznodi

O circo desceu à cidade numa tarde de muito calor...

O deslumbramento do circo soviético vem à cidade da nossa Festa, maravilhar as nossas tardes de calor humano!

Московский цирк на сцене

Людмила КРИХЕЛИ
Вазил КАЗНОДИ

Metropolitan Jazz Band Praha (Checoslováquia)

Considerado por diversos críticos de todo o mundo o melhor grupo de jazz tradicional da Checoslováquia, o Metropolitan Jazz Band Praha nasceu em 1972 reunindo sete dos melhores músicos de jazz do país: Josef Krajnik (trompete), Vaclav Fiala (trombone), Vaclav Krejci (viola solo), Vladimir Belatka (bateria), Jarmila Maravcova (voz), Stanislav Chmelik (clarinete e sax) e Jiri Vacha (viola baixo). Para além de numerosos concertos na Checoslováquia, participou em Festivais na Holanda, RDA, Espanha (San Sebastian, onde aliás foi considerado por alguns dos críticos como o melhor grupo presente), Hungria e República Federal Alemã.



AFESTA DO «AVANTE!»

formulado pessoalmente pelo falecido presidente Agostinho Neto) têm trazido Chico Buarque aos palcos — com a excepção pelos sindicatos brasileiros e a que o compositor de "O funeral do lavrador" jamais faltou.

Chico Buarque não vem contudo sozinho: com ele vem também Milton Nascimento que, em Abril deste ano, encheu o Coliseu dos Recreios em Lisboa com um espectáculo unanimemente considerado excepcional. Milton — outra presença do show do 1.º de Maio brasileiro — é também hoje considerado uma das mais significativas figuras da música do Brasil

e dos poucos que conseguiram penetrar no mercado norte-americano para o qual gravou, nos EUA, diversos álbuns. A música de Milton Nascimento conjugou-se aliás com a de diversos intérpretes anglo-saxónicos (como os saxofonistas Wayne Shorter e Jim Price) lado a lado com a produtiva cooperação com quase todos os grandes músicos brasileiros: Chico Buarque, Tom Jobim, Elis Regina, Luís Gonzaga, Baden Powell, etc, etc.

Tal como com tantos outros artistas brasileiros (entre os quais Chico Buarque, o MPB4, Edu Lobo, Nara Leão, Caetano Veloso, etc), Milton defrontou sérias dificuldades face à censura: o álbum "Milagre dos peixes", por exemplo, acabou por ser, contra o que estava programado, um álbum apenas instrumental pois a censura cortou as letras de todas as canções!

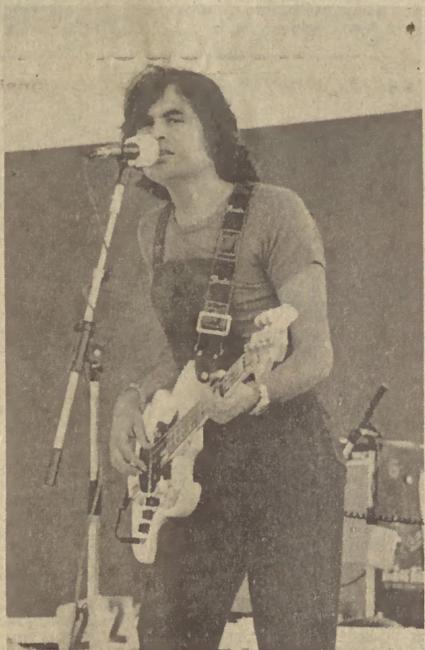
Quanto ao MPB4 é, desde 1963, um dos conjuntos em mais permanente destaque da cena brasileira. Com 16 álbuns já editados e dezenas de espectáculos produzidos, o quarteto constituído por Rui Farias, Achilles Reis, Milton Lima e José Wagabi (Magro) mereceu do crítico Sérgio Cabral palavras bem esclarecedoras: "O público sabe que se trata de um dos melhores conjuntos vocais que já apareceram no Brasil, mas eu sei também, por ser amigo dos quatro, que se trata de pessoas com talento e dignidade nas coisas que fazem e que são dotados do melhor carácter que a gente pode esperar de uma pessoa. Talvez seja por isso que estejam juntos há tanto tempo". E talvez seja por isso também que o MPB4 tenha ao longo da sua já longa carreira trabalhado

com dezenas de artistas, com peças de Millor Fernandes e poemas de Vinicius, com canções de Chico e Edu Lobo, com praticamente todos os intérpretes do Brasil. Desde a sua fundação e em todo o seu trabalho, o MPB4 sempre assumiu posições bem claras quanto ao que entende dever ser música popular e qual o seu papel. Eles são também presença do 1.º de Maio — mas também de uma outra festa bem perto de nós: este ano, o ano passado, a festa organizada pelos portugueses no Brasil comemorando o 25 de Abril contou com a música amiga de Rui, Achilles, Milton e Magro.

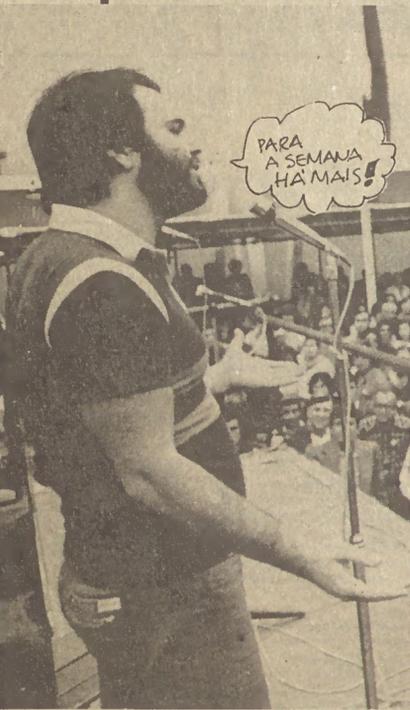
Apenas mais um pormenor: para a Festa do Alto da Ajuda, o MPB4 trará mais três músicos e Milton Nascimento um acompanhante.



MPB 4



Carlos Paredes • Carlos Paulo • Edmundo Silva • Fernando Farinha
Fernando Tordo • Helena Isabel • João Fernando • Joaquim Pessoa



e...

Tom Paxton

Dixieland All Stars
Berlim

Soledad Bravo

Vladimir Saveller

Alexander e Galina

António Correia da Oliveira • Ary dos Santos

Brigada Vitor • Jura e Carlos do Carmo

Carlos Winks • Maria do Amparo • Carlos Mendes

Alfredo V. de Sousa • Barbra Moura

Solidariedade com o MPLA e o povo angolano

Na madrugada de 12 de Maio tropas sul-africanas transportadas em oito helicópteros protegidos por seis aviões «Mirage» bombardearam e ocuparam durante algumas horas a sede da comuna Chiedo, na província do Cunene, a 25 km da fronteira angolana com a Namíbia, causando mais de 60 mortos entre homens, mulheres e crianças, e destruindo a maior parte das habitações. Na manhã de 21 de Maio uma coluna de tropas sul-africanas, com helicópteros, avião de reconhecimento, blindados, artilharia pesada, atacaram a povoação de Savata, na província de Kuando a 60 km Kubango, da fronteira com a Namíbia. Após 15 horas de luta os combatentes das FAPLA viram-se obrigados a recuar momentaneamente, tendo-se perdido mais de 200 homens, entre civis e militares, para além dos feridos, das destruições e da perda de algum material de guerra que os invasores levaram consigo. Mas em ambos os casos, os sul-africanos viram-se posteriormente obrigados a abandonar as suas posições.

Esta a verdade dos factos que a África do Sul vem agora

divulgar, em versão própria, como se de uma novidade se tratasse. Significativamente, após ter sofrido duas derrotas assinaláveis. No dia 7 de Junho, três dos seis aviões bombardeiros «Mirage» sul-africanos, que uma vez mais violaram as fronteiras da República Popular de Angola, numa agressão contra um campo de refugiados namibianos a 16 km da cidade de Lubango, foram abatidos pela defesa anti-aérea das FAPLA. A África do Sul, claro está, negou, afirmando mesmo, clinicamente, que «está na Namíbia para combater o terrorismo e não tem qualquer intenção de se envolver em combates com os nossos vizinhos». Desmentidos que caem pela base quando é em Joanesburgo que se refere, com grande alarde, tardio embora, a criminosa incursão de 21 de Maio. Uma outra derrota para o imperialismo, os racistas de Joanesburgo e os seus fanteochos angolanos: numa operação militar denominada «10 de Dezembro» e recentemente levada a cabo pelo Exército angolano, 606 soldados da UNITA foram mortos, 140 aprisionados, tendo-se

apresentado voluntariamente cerca de 50. Esta operação, realizada nas províncias do Huambo Bié, Kuanza-Sul e Benguela, para além da apreensão em massa do material utilizado pelos terroristas, saldou-se na destruição de 46 bases desta organização ao serviço do imperialismo.

Porquê as agressões?

Ora negadas, ora extemporaneamente divulgadas com intenções propagandísticas, as sistemáticas e criminosas agressões a Angola por parte dos racistas de Pretória têm claros objectivos: travar o processo revolucionário angolano rumo ao socialismo, também pela imposição à jovem República de uma concentração de forças na defesa, forças que poderiam ser utilizadas na tarefa da reconstrução nacional em moldes que correspondem aos reais interesses do povo angolano; impedir ou atrasar o processo de libertação na Namíbia, dificultando a activa solidariedade do povo angolano ao movimento de libertação da Namíbia; impor na zona desmilitarizada proposta por Angola

a presença das forças fanteochas da UNITA, o que servia o duplo objectivo de criar obstáculos à pacífica construção do socialismo em Angola e ao processo de libertação da Namíbia, dificultando ainda a solidariedade de Angola à SWAPO — Organização dos Povos do Sudoeste Africano.

Quando das violentas agressões de Maio à República Popular de Angola, no comunicado então emitido pelo Chefe do Estado-Maior General das FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), afirmava-se: «Face a esta nova escalada de agressões por parte das tropas racistas sul-africanas, cujos objectivos políticos são bem determinados, o Ministério da Defesa alerta a opinião pública internacional para o facto de as nossas gloriosas FAPLA não podermos continuar a suportar impunemente estas constantes agressões e adverte que não se responsabilizará pelas possíveis medidas de represálias que venham a ser tomadas pelas nossas Forças Armadas com o fim de garantir a integridade territorial da nossa Pátria, da mesma maneira que continuamos a afirmar categoricamente que não recuaremos nem um passo no nosso apoio inderrotável à causa da libertação do povo namibiano e à sua vanguarda revolucionária, a SWAPO».

Contra a política de Pretória

Com os três «Mirage» abatidos e a liquidação de múltiplas bases da UNITA, os racistas da África do Sul sofreram sérias reveses que o anúncio extemporâneo da incursão de 21 de Maio com o massacre de 200 vidas não pôde atenuar, nem para as próprias hostes. A determinação do povo angolano em defender as fronteiras do seu país e manter a sua ajuda internacionalista à SWAPO dá os seus frutos, bem palpáveis.

Acresce que não é só de Angola que o Governo de Pretória tem a temer a justa resposta à sua política ao serviço do imperialismo, contra os povos da África meridional. Bem pode afirmar o primeiro-ministro da África do Sul, Botha, referindo-se às forças patrióticas da Namíbia, «onde quer que estabeleçam as suas bases, perseguir-las-emos e destruí-las-emos». Na verdade, a SWAPO prossegue

e intensifica a sua luta — indestrutível — no interior da Namíbia.

Na África do Sul, são claros os indícios de intensificação da luta armada e de massas por parte da ANC — Congresso Nacional Africano. Provam-no os atentados às ultra-secretas instalações periferias, como o crescendo de luta de massas, em particular da juventude estudantil que conduz, há mais de dois meses, uma batalha contra a discriminação racial nas escolas, que conta mesmo com a adesão de universidades de estudantes brancos. Soweto, o subúrbio negro de Joanesburgo, que se tomou símbolo da mais brutal repressão — 600 mortos em 1976 — da determinação e heroísmo do povo da África do Sul na luta contra o «apartheid», volta a ser cenário de manifestações e movimentos grevistas.

Apesar da proibição do governo de Pretória de ajuntamentos de mais de dez pessoas até ao fim deste mês, apesar das cargas policiais com gases lacrimogéneos e matracas, centenas de jovens juntaram-se num comício diante da Igreja católica Regina Mundi, de Soweto, afirmando a sua

indomável vontade de liberdade.

situação política internacional desfavorável a uma acção frontalmente contra a vontade dos povos. Pesa a firme resposta de Angola, a alteração da correlação de forças em África. Pesa a luta da SWAPO e da ANC, dos povos da Namíbia e da África do Sul. Pesa ainda, e de forma decisiva, a solidariedade fraternal de todas as forças progressistas e de todos os povos amantes da paz. Pela sua parte, ontem como hoje, o PCP, interpretando os sentimentos do povo português, manter-se-á sempre fiel aos seus deveres internacionalistas e não abdicará da sua solidariedade militante com o MPLA e o povo angolano, a SWAPO e a ANC. A libertação do Zimbábwé é de fresca data, mas já tem os seus reflexos no continente e funciona como um símbolo inapagável do poder do movimento de libertação. A acentuação das acções agressivas contra Angola, por sangrentas que sejam, surgem já não como a arrogância criminosa de quem pode esmagar impunemente, mas como o princípio do fim do baluarte mais importante do racismo e do neocolonialismo em África.

GOVERNO PARA A RUA Manifestações no sábado por todo o país

Uma exigência patriótica e um imperativo nacional farão confluir no próximo sábado para os centros das cidades e vilas por todo o País grandes multidões que, em unidade, exigirão o fim deste Governo que escolheu quem trabalha para seu inimigo principal.

«Sá Cameiro para a rua é uma palavra de ordem central que ganhou o movimento de massas e em torno da qual, numa unidade sem precedentes, se têm congregado cada vez mais largos sectores da população», acentuam as organizações sindicais e as comissões de trabalhadores que promovem as grandes manifestações unitárias.

Em Lisboa, as Uniãos de Sindicatos e os secretariados das Cinturas Industriais dos distritos de Lisboa e Setúbal anunciam três locais de concentração na capital. Santa Apolónia, Restauradores e Praça D. Dinís (Cais do Sodré) serão às 4 da tarde os pontos de partida dos desfiles que desembocarão na Praça do Comércio.

No Porto, as concentrações confluem para a Praça Humberto Delgado.

Outras concentrações e desfiles em Braga, Guimarães, Famalicão, Évora, Aveiro, Faro, Viseu, Mangualde, Vila do Castelo, Vila Real, Guarda, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Coimbra, Covilhã e Figueira da Foz estavam já anunciados no princípio desta semana, enquanto noutras localidades se preparava ainda a sua realização.

A jornada inicia-se às 16 horas por todo o País. Para exigir o fim do Governo Cameiro/Amaral saíram para a rua, como afirmam as organizações representativas das massas trabalhadoras e do movimento democrático e popular, «todos os democratas e antifascistas, todos os trabalhadores, homens e mulheres, operários, empregados, quadros técnicos, jovens e reformados, todas as camadas antimonopolistas lesadas com a política deste Governo» que pretende fazer de Portugal uma coudada de meia dúzia de famílias e de outras tantas multinacionais como fez o fascismo derrubado em Abril.



Standard/ITT

Solidariedade activa é ponto número um contra o despedimento ilegal

A escalada ITT em Portugal ameaça todas as empresas do grupo. Um protocolo já assinado e que não veio a público, ficando no segredo de uma «comissão interministerial», nada promete de bom para milhares de trabalhadores dessas empresas. O exemplo da Standard/ITT e da Rabor aí estão a demonstrá-lo. A luta em conjunto é uma exigência permanente enquanto durar este Governo antinacional. Apolar concretamente as operárias despedidas da Standard, em Cascais, é contribuir para o êxito da sua luta, que prossegue nos locais de trabalho ocupados, apesar de a administração lhes ter retirado as máquinas e todas as condições para trabalhar.

Constituída no último sábado num plenário de dirigentes e delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores dos concelhos de Sintra, Amadora, Cascais e Oeiras, uma comissão de solidariedade empreenderá várias acções de apoio material às operárias despedidas da Standard/ITT com, relevo para a recolha de fundos, diligências junto dos órgãos de soberania e mobilização dos trabalhadores e da população em geral para várias formas de acção solidária, incluindo já a concentração que decorria ontem em frente

do arbitrio de um Governo submetido aos interesses económicos do grande capital e das multinacionais responsáveis pelos maiores despedimentos colectivos efectuados em Portugal depois do 25 de Abril. A par da luta desenvolvida pelas próprias vítimas dos despedimentos, pelos seus organismos representativos, pelo Movimento Sindical e pelas forças democráticas, esses atentados contra direitos de trabalhadores portugueses e contra as leis do País para favorecer o capital estrangeiro reclamam atitudes e medidas concretas da parte de órgãos do poder para quem a Constituição e os direitos que consagra não são moeda de troca para facilitar lucros ainda maiores à multinacional ITT.

A Rabor na calha

O processo ITT é vasto e conhecido. Os trabalhadores têm utilizado todos os meios ao seu alcance para denunciarem junto da opinião pública o secretismo das negociações. Governo, ou governos/ITT, a inexistência de

motivos económicos e financeiros para os despedimentos, as razões políticas que os determinam, a subordinação dos Executivos de direita aos interesses das multinacionais, as ameaças que pairam sobre outros postos de trabalho na Rabor e nas outras empresas dependentes da ITT em Portugal.

O protocolo assinado em 30 de Maio entre este Governo e a ITT devolve a Rabor de Ovar à multinacional americana sem condições. Informada dessa decisão pela comissão interministerial que negociou o acordo, a Comissão de Trabalhadores da empresa, após um plenário geral, decidiu «repudiar a entrega incondicional da Rabor à ITT» e desenvolver todas as acções capazes de «impedir que o Governo/AD ponha em prática a sua decisão arbitrária antidemocrática», lesiva dos «interesses dos trabalhadores e da economia nacional».

O plenário da Rabor afirma que a ITT sabotou a empresa depois do 25 de Abril e «praticou uma gestão ruinosa, pondo em risco postos de trabalho e não pagando salários

Açores e Madeira Direitos em mãos PPD

Digno partidário do Governo PPD/CDS, o Governo Regional dos Açores ataca os direitos de quem trabalha, ultrapassando os limites impostos pela Constituição da República», afirma o Plenário da DORAA (Organização Regional) do PCP que, num comunicado recente, repudia, entre outras, as seguintes medidas:

- Boicote e congelamento da contratação colectiva na Região;
- Reposição de leis fascistas para a Função Pública (por exemplo, o decreto regulamentar regional, 21/80/A, de 14 de Maio, que limita os concursos para o funcionalismo aos cidadãos com idade compreendida entre os 21 e os 35 anos);
- Baixa de letra (categoria profissional de trabalhadores da Região relativamente aos que trabalham fora dela com igual categoria ou classificação;
- Discriminação institucional entre homens e mulheres no acesso ao preenchimento de vagas em cargos públicos;
- Eshulho dos aumentos salariais de um ano inteiro.

Requisites repressivos na Câmara do Funchal

«Sob a batuta do chefe de secretaria, sr. Arlindo Barbosa», coberto pela «benevolência do sr. presidente», os trabalhadores da Câmara Municipal do Funchal vivem num «ambiente de tensão e terror», lê-se num comunicado com a data de 23 de Maio. Relatando com algum pormenor vários actos de prepotência do chefe de secretaria, o documento revela que o sr. Barbosa insulta trabalhadores chamando-lhes «gado, cães rafeiros, garotos do calhuu, funcionários sem vergonha», ao mesmo tempo que, «covardemente, põe uma pistola nas mãos

de um infeliz contínuo, que por mais de uma vez esteve internado na Casa de Saúde do Tapiche, para ameaçar um subalterno que deixou de ser seu (do sr. Barbosa) amigo íntimo».

Suspensão de trabalhadores sem processo disciplinar, uma multa de 5 mil esdudos aplicada a uma trabalhadora por um acto de negligência de que não era culpada, controlo do tempo passado na casa de banho, através de «um sistema de luzes coloridas (vermelho para os homens e verde para as mulheres)» e da intervenção do contínuo que tem ordens para tomar nota desse tempo a fim de informar o chefe de secretaria — eis alguns dos mimos e requites a que chega o talento de ditador do sr. Barbosa, certamente um fiel servidor da autarquia «social-democrata» e da política do PPD instalado no Governo Regional da Madeira.

Reivindicação/80

Governo batido na Lisnave

A ofensiva governamental contra as reivindicações dos trabalhadores foi batida na Lisnave. O «servilismo, a desinformação e a calúnia» denunciados pela CGT e pela Comissão Intersindical, organismos representativos (ORTS) dos trabalhadores na empresa, não conseguiram evitar a aprovação da «Reivindicação/80» que estabelece, entre outras conquistas de vulto, aumentos salariais médios de 3600 esdudos a partir de Julho próximo, com retroactivos desde Janeiro relativamente ao subsídio de férias, e valores mínimos de 9 mil esdudos e 5400 esdudos para reformados e pensionistas, respectivamente.

Para se avaliar a importância das reivindicações alcançadas refira-se, nomeadamente, que, segundo a administração da empresa, os aumentos salariais médios deveriam ser de 3 mil esdudos a aplicar desde Outubro próximo, a actualização das reformas e pensões competiria à Previdência, o preço das refeições passaria de 25 para

45 esdudos, os transportes subiriam, a comparticipação para o passe social seria menor, os preços do infantário aumentariam e o sistema de eleição da chefia directa desapareceria, passando o encarregado geral a ser nomeado como antes do 25 de Abril. Este «caderno reivindicativo» da administração não passou.

Mas passou o dos trabalhadores que, com a luta em unidade, conseguiram ainda regalias substanciais em matéria de prémios (incluindo um novo de 15 por cento que engloba as oficinas, transportes, controladores e centrais) de higiene e segurança e horário de trabalho (a remuneração do sábado foi aumentada em 50 por cento). Contra o que a administração tinha em mente, a chefia directa passou a ser englobada na tabela geral, ao lado dos outros trabalhadores, e os salários dos quadros técnicos serão submetidos aos ORTs pela administração.

Com o êxito já obtido, o processo reivindicativo na Lisnave, embora ainda não tenha terminado, é uma prova indelmentável de que este Governo não consegue impor a sua política de baixos salários e de confronto permanente com as classes trabalhadoras dispostas a vencer.

Contratação Têxteis e ferroviários na luta comum

Um acordo colectivo, cuja revisão deveria ter terminado há meses, paralizou novamente a CP na última terça-feira. Por detrás do conselho de gerência, que se recusou a reunir com os representantes dos trabalhadores poucas horas antes do início da greve, está novamente o Governo e a sua política de confronto e prejuízo para as populações.

Têxteis e ferroviários destacam-se esta semana entre os trabalhadores em luta pela contratação colectiva. Dependentes, ainda na altura em que escrevemos, das últimas tentativas para evitar o recurso à greve, as reivindicações comuns a centenas de milhares de trabalhadores daqueles ramos de actividade acompanham o processo geral das lutas por salários e regalias sociais que, pelo menos, se aproximam da reposição de um poder de compra que desapareceu com os salários velhos de mais de um ano, mas para tornarem apenas menos sombria a meta dos próximos meses roídos pela inflação.

Os salários actuais dos têxteis estão em vigor desde Janeiro do ano passado. O mesmo ou pior sucede com

venenosa e toda virada contra os direitos e interesses das classes trabalhadoras, tentam negar as evidências que começam todas as manhãs nas lojas, nos mercados, em todo o lado onde se abre a bolsa para adquirir o essencial à vida de milhões de pessoas.

Os truques mais baixos (e quantas vezes ridículos) são utilizados diariamente pelas fontes de desinformação do Governo para tornarem impopulares as lutas que ele próprio torna indispensáveis para alcançar aumentos de salários que pouco excedem os 20 por cento. E o patronato tenta acelerar essa escalada. Recorre ao boicote, à intransigência. Sabe que isso interessa ao Governo, ao seu Governo e à sua política de confronto com as massas trabalhadoras. Os contratos demoram meses a ser negociados, melhor, a ser boicotados. Entretanto, o patronato embolsa centenas de milhares de contos, que

deixa de pagar aos trabalhadores.

O caso do têxtil é flagrante. É um caso onde o patronato ainda se atreve a fazer uma proposta de aumento que não excede os 13 por cento. «Propostas miseráveis» considera com razão a Comissão Negociadora Sindical (CNS) do contrato dos têxteis essa tentativa de ganhar tempo enquanto os capitalistas esperam pela «conciliação» de um Ministério do Trabalho às suas ordens, ao serviço obediente do lucro num sector que os próprios patrões reconhecem em boa situação.

Com este Governo, os conflitos conduzem invariavelmente à luta. A abertura das comissões negociadoras, dos órgãos representativos dos trabalhadores e dos sindicatos às negociações, encontra geralmente por diante conselhos de gerência incapazes de decidir no interesse das empresas ou dos sectores, antes de pensarem nos interesses políticos do